



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SOCIAL – CIAGS**

SONEIDE CRISTINA OLIVEIRA RIOS TEIXEIRA

**PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA
REDE PINTADAS NO MUNICÍPIO DE PINTADAS, BAHIA, NO
PERÍODO de 2005 a 2010**

**SALVADOR - BAHIA
2011**

SONEIDE CRISTINA OLIVEIRA RIOS TEIXEIRA

**PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA
REDE PINTADAS NO MUNICÍPIO DE PINTADAS, BAHIA, NO
PERÍODO de 2005 a 2010**

Dissertação apresentada ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Sampaio Damin Custódio

**SALVADOR - BAHIA
2011**

Escola de Administração - UFBA

T266 Teixeira, Soneide Cristina Oliveira Rios

Participação e controle social da política municipal de assistência social: um estudo de caso a partir da experiência da Rede Pintadas no município de Pintadas, Bahia, no período de 2005 a 2010 / Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira. – 2011.

184 f.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Sampaio Damin Custódio.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

1. Assistência social – Pintadas (BA) – Estudo de casos. 2. Assistência social – Sociedades – Pintadas (BA). 3. Controle social – Pintadas (BA). 4. Bem-estar social – Pintadas (BA). 5. Sociedade civil. 6. Redes de relações sociais. 7. Administração municipal – Participação do cidadão – Pintadas (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 302.4



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE
SONEIDE CRISTINA OLIVEIRA RIOS TEIXEIRA DO CURSO
DE Mestrado MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Profa. Dra. Sueli Sampaio Damin Custódio** (CIAGS/UFBA), orientadora da aluna, pelos membros titulares **Profa. Dra. Petilda Serva Vazquez** (UNIJORGE) e pela **Profa. Dra. Rosana de Freitas Boullosa** (CIAGS/UFBA) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulada: **"PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REDE PINTADAS NO MUNICÍPIO DE PINTADAS, BAHIA, NO PERÍODO DE 2005 A 2010"** de autoria de **Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira**. Após a apresentação da dissertação a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser..... **APROVADA**..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientadora, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 30 de setembro de 2011.

Profa. Dra. Sueli Sampaio Damin Custódio
(CIAGS/UFBA- Orientadora)

Profa. Dra. Petilda Serva Vazquez
(UNIJORGE)

Profa. Dra. Rosana de Freitas Boullosa
(CIAGS/UFBA)

Sra. Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira
(Mestranda)

SONEIDE CRISTINA OLIVEIRA RIOS TEIXEIRA

**PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA
REDE PINTADAS NO MUNICÍPIO DE PINTADAS, BAHIA, NO
PERÍODO de 2005 a 2010**

Dissertação aprovada para obtenção do grau de
Mestrado Profissional em Desenvolvimento e
Gestão Social do Centro Interdisciplinar de
Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da
Universidade Federal da Bahia

Salvador, Bahia, _____ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sueli Custódio
Universidade Federal da Bahia - UFBA
(Orientadora)

Profa. Dra. Petilda Serva Vazquez
Unijorge
(Convidado)

Profa. Dra. Rosana de Freitas Boullosa
Universidade Federal da Bahia
(Convidado)

Acima de qualquer coisa e de qualquer pessoa, dedico a Deus que me proporcionou tão grande felicidade porque tenho a certeza de que Este é o mestre dos mestres! Dedico aos meus lindos pais, *Jaime e Noêmia Rios*, minha amada irmã, Soraia Jane, pelo infinito amor, sempre me apoiando. A Tia Zena, a Luciana Duarte e a minha linda sogra Alda Miranda que me apoiaram e estiveram do meu lado para que eu cumprisse tal tarefa. Ao meu amor, Frank William, meu esposo, e aos meus filhos, Frank William e Maria Eduarda pela participação e pela compreensão na abdicação, em alguns momentos, do convívio familiar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meu agradecimento especial a Deus, que me concedeu tão grande conquista, “porque Dele e por Ele e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11: 36).

Agradeço imensamente a “Tia” Zena, que de coração me acolheu com minha pequenina Maria Eduarda, em sua casa, nos momentos que precisava me conduzir até Salvador, para as aulas na UFBA. Neste momento também tenho imensa gratidão a Luciana Duarte que cuidou de Dudinha quando eu precisava ir para as aulas e minha sogra, Alda, a quem amo, que também me acompanhou nesta caminhada.

Aos meus Franks Williams - meu esposo e meu filho - minha gratidão pela compreensão, pelo apoio, pelo carinho, pelo incentivo. Vocês são meus amores!

As minhas amigas Lucineide e Michele e em especial a amigona Elizete Mendes que esteve comigo no caminhar desta tarefa, nos momentos mais difíceis se disponibilizando a ajudar e ajudou muito mesmo. Obrigada amigas.

A minha irmã Soraia Jane e a minha irmã em Cristo, Maria Neuza, que se disponibilizaram na luta do dia-a-dia. Amo vocês duas!

Aos meus pais, Noêmia e Jaime, que em silêncio, torciam pelo meu sucesso e pela chegada do final desta tarefa. Vocês são luz para a minha vida!

Ao ex Secretário Maurício Carvalho e a atual Secretária Geresa Sampaio, além de Sr. Adilson Guimarães, Ione, Rosinha, Dalvinha e Elizalma, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Feira de Santana, pela compreensão, nas horas de sufoco, quando tive que me ausentar do meu setor de trabalho.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social do município de Pintadas, Elma Silene, a quem devo agradecimentos por ter conduzido os meus encontros com os entrevistados no município. Você é especial para mim!

A minha querida Bárbara Michele que pôde me acompanhar para que eu não me perdesse a procura dos entrevistados. Linda!

Zane, Eliana e Ailda pela ajuda na busca dos dados e documentos da Secretaria e do Conselho, em Pintadas. Vocês foram importantes neste processo.

Ao meu cunhado Cláudio pelas idas e vindas de Salvador quando necessitava encontrar-me com a minha orientadora ou ir à UFBA.

Agradeço a uma recente amiga, Paula Freitas, que me estimulou e me ajudou muito nestes últimos dias a chegar à reta final. Linda Paulinha!

Em especial, a minha orientadora **Sueli Custódio**, que foi uma pessoa imprescindível na realização desta tarefa. Obrigada minha Pró pelo carinho, dedicação e preocupação com o alcance desse mágico momento.

Agradeço também a todas as pessoas que puderam fazer dessa atividade uma realidade, principalmente as pessoas que se dispuseram de tempo e de diálogo para responder as perguntas por mim realizadas durante a pesquisa de campo: meu muito obrigada.

...a sociedade tem sede de informações, tem sede de reflexões, tem sede de debate, porque a partir desse debate é que se buscam caminhos e alternativas para a solução dos problemas que nós enfrentamos. [...] Mas é preciso que haja toda uma mobilização da sociedade, uma organização forte para que, de fato, esses processos possam ser efetivados. Evidente que isso não é só um sonho, é uma expectativa de esforço da sociedade para que isso se efetive. É possível, sim, mudar este país, a partir, eu acredito, da própria sociedade civil, das organizações sociais, dos cidadãos. Eu aposto nessa luta, nessa briga...

Elenaldo Celso Teixeira, 2005

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido junto a Rede Pintadas no município de Pintadas, Bahia. A questão investigadora que norteou este estudo foi: de que forma a Rede Pintadas tem contribuído para a construção e controle social da Política de Assistência Social no município de Pintadas, Bahia, nos anos de 2005 a 2010. Para responder a este questionamento foram elencados os seguintes objetivos: Geral: analisou a contribuição da sociedade civil na construção e no controle social da Política de Assistência Social no município de Pintadas, Bahia; Específicos: a) estudou a atuação da Rede Pintadas na construção e no controle social da Política Pública de Assistência Social, no município de Pintadas; b) conheceu o grau de participação da Rede Pintadas e/ou de suas associadas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Pintadas, Bahia e c) evidenciou junto ao poder executivo e legislativo os resultados proporcionados pela atuação da Rede Pintadas e de suas associadas na construção e controle social da Política Municipal de Assistência Social. O referencial teórico possibilitou uma análise crítica da realidade observada quando estudou sobre sociedade civil e redes sociais, políticas sociais e a política de assistência social, participação e controle social. No processo investigativo foi utilizado como tipo de estudo a pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos. Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para o melhor entendimento das questões propostas no roteiro da pesquisa. O estudo apontou para a evidência de uma coesão social e uma força política crescente em virtude de um processo de mobilização social exercido pela Rede Pintadas. Evidencia-se, no entanto, uma necessidade de intensificação do trabalho no âmbito da política de assistência social para que se possa romper por definitivo as práticas assistencialistas.

Palavras-chave: Controle Social, Participação, Políticas Sociais, Redes e Sociedade Civil.

ABSTRACT

This work was developed together with Pintadas Network in the town of Pintadas, Bahia. The investigative question that guided this study was: how Pintadas Network has contributed to the construction and social control to the Social Policy in Pintadas municipality, Bahia, in the years 2005 to 2010. To answer this question were listed the following objectives: General: analyzed the importance of civil society participation in the Social Policy construction and social control in Pintadas, Bahia, specifically: a) study the performance of Painted Network in the construction and social control of Public Welfare Policy in Pintadas b) know the degree of participation of Painted Network and/or its affiliates in the Municipal Council of Social Service (MCSS) of the municipality of Painted, Bahia and c) evidence from the executive and legislative results provided by performance of Pintadas Network and its affiliates in the construction and social control of the Municipal Social Welfare Policy. The theoretical framework that enabled a critical analysis of reality observed decrease is proposed to study on civil society and social networks, social policy and social policy, participation and social control. In the investigative process was used as a type of study used descriptive research and qualitative approach to data collection were semi-structured interviews and document analysis. For data analysis we used the technique of content analysis to a better understanding of the issues proposed in the roadmap of the research. The study pointed to the evidence of social cohesion and a growing political force due to a process of social mobilization exerted by Network Painted. It is evident, however, a need for intensification of work within the social assistance policy so that it can break a definitive welfare practices.

Keywords: Social Control, Participation, Social Policies, Networks and Civil Society.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução do número de famílias atendidas pela Política de Assistência Social em Pintadas – 92

Gráfico 02: Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – 93

Gráfico 03: Gênero (Executivo) - 141

Gráfico 04: Faixa Etária (Executivo) - 141

Gráfico 05: Escolaridade (Executivo) - 142

Gráfico 06: Profissão (Executivo) - 142

Gráfico 07: Número de Conselheiros (Executivo) - 143

Gráfico 08: Representação (Executivo) – 143

Gráfico 09: Gênero (Legislativo) - 144

Gráfico 10: Faixa Etária (Legislativo) - 144

Gráfico 11: Escolaridade (Legislativo) - 145

Gráfico 12: Profissão (Legislativo) - 145

Gráfico 13: Gênero (Soc. Civil) - 146

Gráfico 14: Faixa Etária (Soc. Civil) - 146

Gráfico 15: Escolaridade (Soc. Civil) - 147

Gráfico 16: Profissão (Soc. Civil) - 147

Gráfico 17: Filiados da Rede Pintadas (Soc. Civil) - 148

Gráfico 18: Número de Conselheiros (Soc. Civil) -148

Gráfico 19: Repres. dos Conselheiros quanto à Rede Pintadas (Soc. Civil) - 149

LISTA DE MAPA

Mapa 01: Atuação do Centro Sabiá - 116

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Investimentos públicos da Política Municipal de Assistência Social de Pintadas-Bahia – 92

Tabela 02: Perfil dos Entrevistados - 101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
- AGROFLOR - Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim
- AMP - Associação das Mulheres Pintadenses
- ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
- ASA - Articulação no Semi-Árido Brasileiro
- AEZM - Articulação de Entidades da Zona da Mata de Pernambuco
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BPC - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
- CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
- CCSP - Centro Comunitário de Serviços de Pintadas
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- CEDES - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco
- CIAGS - Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
- CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
- CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
- CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
- CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONSEA/PE - Conselho Estadual de Segurança Alimentar de Pernambuco
- CPC - Conselho Pastoral das Comunidades
- CPORG-PE - Comissão da Produção Orgânica no Estado de Pernambuco
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CPJ - Conselho Pastoral da Jovens

EMATERBA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDI- Índice de Desenvolvimento Infantil

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

JPL - Juventude Procurando a Libertação

KNH - Agência de Cooperação Internacional Alemã Kindernothilfe

LBA - Legião Brasileira de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

NOB - Norma Operacional Básica

PAD - Processo de Articulação e Diálogo

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMAS - Plano Municipal de Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

PNUD - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

RAMA - Rede de Agroecologia da Mata

RECAPE - Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco

REDE ATER/NE - Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SIDE - Sistema de Dados Estatísticos

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA...	24
1.1. Conceituando sociedade civil	24
1.2. Sociedade Civil: construindo caminhos para a organização em rede....	34
1.3. A formação dos territórios: fortalecimento da democracia participativa.	40
2. O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: ENTRE CONTRADIÇÕES E INTERESSES POLÍTICOS	46
3. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ROMPENDO COM O ASSISTENCIALISMO PARA EFETIVAR DIREITOS	57
4. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INSTRUMENTOS DE AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA.....	69
5. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	83
5.1. Tipo de Estudo	83
5.2. Sujeito do Estudo	84
5.3. Campo de Estudo	84
5.4. Técnica de coleta de dados	91
5.5. Técnica de análise de dados	92
5.6. Aspectos Éticos	93
5.7. A pesquisa de campo	94
6. RESIDÊNCIA SOCIAL: VIVENCIANDO OUTRA EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	120
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido	149
APÊNDICE B – Representação Gráfica do Perfil dos Entrevistados do Poder Executivo	150
APÊNDICE C - Representação Gráfica do Perfil dos Entrevistados do Poder Legislativo	153
APÊNDICE D - Representação Gráfica do Perfil dos Entrevistados da Sociedade Civil	155
ANEXO A – Lei de criação do CMAS	159

ANEXO B – Decreto de nomeação dos membros do CMAS – 2005	162
ANEXO C - Decreto de nomeação dos membros do CMAS – 2006	165
ANEXO D - Decreto de nomeação dos membros do CMAS – 2007	168
ANEXO E - Decreto de nomeação dos membros do CMAS – 2009.1	171
ANEXO F - Decreto de nomeação dos membros do CMAS – 2009.2	173
ANEXO G – Regimento Interno do CMAS	175
ANEXO H – Lei de criação da Secretaria de Desenvolvimento Social	183

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a Rede Pintadas e sua relação com a Política Municipal de Assistência Social no município de Pintadas, Estado da Bahia, com o intuito de avaliar o seu nível de participação e da efetivação do controle social na referida política. Nesse contexto, o estudo avalia o envolvimento da sociedade civil organizada no âmbito das políticas públicas, buscando com isso observar se essas políticas conseguiam se desvencilhar de visões assistencialistas. Para isso, as entrevistas com os sujeitos sociais envolvidos nos conselhos municipais, nas secretarias municipais e na Rede Pintadas, bem como o levantamento documental ajudaram a fornecer elementos de análise para avaliar de que forma a Rede Pintadas tem contribuído para a construção e controle social da Política de Assistência Social no município de Pintadas, Bahia, nos anos de 2005 a 2010.

Estrategicamente, o estudo trabalha a compreensão de sociedade civil e a sua formação em redes, as políticas sociais e a própria política de assistência social do município para analisar de forma ampliada o envolvimento da Rede Pintadas, enquanto uma entidade formada por quatorze organizações da sociedade civil.

Este projeto apresenta a formação e organização da Rede Pintada a partir de registros e depoimentos colhidos no município de Pintadas. Essa formação tem suas raízes a partir da década de 80 como uma iniciativa de organização social em busca do desenvolvimento local, interagindo ou confrontando diretamente com o Estado na busca de soluções de qualidade de vida e garantia de direitos para a comunidade local. Cabe ressaltar que a Rede, nos moldes teóricos tratados nessa pesquisa, reflete umas das muitas estratégias de ação política usadas pela sociedade civil durante este período para a busca da consolidação do Estado Democrático e Social de Direito.

O objetivo geral da pesquisa analisou a contribuição da sociedade civil na construção e no controle social da Política de Assistência Social no município de Pintadas, Bahia. Os objetivos específicos se preocuparam em estudar a atuação da

Rede Pintadas na construção e no controle social da Política Pública de Assistência Social, no município de Pintadas; em conhecer o grau de participação da Rede Pintadas e/ou de suas associadas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Pintadas, Bahia e; em evidenciar junto ao poder executivo e legislativo os resultados proporcionados pela atuação da Rede Pintadas e de suas associadas na construção e controle social da Política Municipal de Assistência Social.

A identificação com o município de Pintadas para a construção desta pesquisa e escolha do tema se deu no campo profissional e pessoal, a partir de discussões ampliadas sobre o processo de participação da sociedade civil na construção e controle social da política de assistência social. A pesquisa parte do pressuposto de que a participação popular é condição necessária para iniciativas voltadas ao desenvolvimento local a partir de uma gestão democrática, descentralizada e com efetivo controle social.

Os sujeitos participantes deste estudo foram definidos a partir da compreensão de que os mesmos têm interferência direta ou indireta com as ações da Rede Pintadas e com a própria Política de Assistência Social. Preocupou-se em compreender como internamente a Rede se percebe enquanto rede e qual o seu envolvimento com a referida política. Para uma análise de fora para dentro, ou seja, foi envolvido um público que pudesse avaliar a Rede sem que estivesse envolvido diretamente na mesma. Trata-se do olhar externo avaliativo do comportamento da Rede Pintadas e do seu envolvimento com a política de assistência.

Para se analisar o tema em questão, o referido relatório foi dividido, de uma forma geral, em sete capítulos e mais a introdução e as considerações finais.

O primeiro capítulo aborda os conceitos de sociedade civil e de redes sociais. Visa com isso, apresentar os diferentes sentidos atribuídos aos termos, bem como a força política e social da sociedade civil organizada e, especialmente, das redes sociais como sujeitos sociais capazes de reivindicar do Estado a garantia de direitos e de participação popular na gestão pública.

O segundo capítulo aborda o surgimento das políticas sociais e o avanço dos movimentos populares para a busca de melhorias das condições de trabalho e da própria dignidade dos trabalhadores e de suas famílias. Para isso, a perspectiva histórico-política foi apresentada com o intuito de mostrar como a queda do feudalismo e a revolução industrial se constituem como fundamentos para o Estado Liberal e suas contradições. Nesse contexto, as políticas sociais passam a ser analisadas e associadas a momentos históricos de transformações estruturais em virtude da mudança dos meios de produção e das próprias relações sociais que se apresentam. Assim, a demarcação das diferenças entre o Estado Liberal e o Estado Social é apresentada como o objetivo de um maior entendimento das políticas sociais.

O terceiro capítulo expõe as políticas sociais no Brasil a partir de um resgate histórico, mostrando a fragmentação e a setorização da área e a sua associação às idéias neoliberais até a década de 90. Expõe que os regimes políticos que se sucederam nos anos 30 a 90 foram marcados pela influência de práticas neoliberais. A mudança de regime político no final da década de 80, com a abertura política e com a inclusão do Estado Social nos marcos legais advindos da promulgação da Constituição Federal de 1988 foram decisivos para um novo desenho institucional de políticas voltadas para Assistência Social no Brasil. Assim, a perspectiva legal é abordada com o intuito de mostrar as mudanças de referenciais na gestão pública a partir da Constituição Federal de 88 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993.

Os marcos legais gerados durante esse período permitiram a efetivação da LOAS com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e demonstram que as características assistencialistas e filantrópicas presentes inicialmente na política de assistência social vão sendo substituídas pela efetivação dos direitos sociais. A Assistência Social como política pública não contributiva pertencente ao sistema de Proteção Social brasileiro faz parte do tripé da Seguridade Social junto a Saúde e a Previdência Social. Atualmente é destacada como medida legal e legítima e

assegura os direitos sociais aos seus assistidos e a emancipação e autonomia das famílias.

O quarto capítulo se propôs a estudar sobre o entendimento de participação e controle social, foco principal da presente pesquisa, que nesta seção, está diretamente relacionado ao processo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, através da participação social nos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais, especificamente a política de assistência social.

O capítulo traz informações a respeito dos espaços legítimos de participação e controle social que se efetivam para que a sociedade civil possa se inserir nas pautas políticas contribuindo para a efetivação de uma política de assistência social que atenda as necessidades locais. O processo perpassa pela abertura democrática que se configura no âmbito das políticas sociais brasileiras a fim de possibilitar à população uma abertura política e fortalecimento da organização coletiva diante de um processo articulado e forte provocado pela sociedade civil.

O quinto capítulo apresenta a metodologia da pesquisa de campo que utilizou como tipo de estudo a pesquisa descritiva de abordagem qualitativa visto que se buscou alcançar as características e significados das situações apresentadas pelos sujeitos de estudo. Para que a coleta dos dados fosse possível, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos a fim de proporcionar uma estreita relação entre a entrevistadora e os entrevistados. Os sujeitos da pesquisa em questão foram os Conselheiros Municipais de Assistência Social, os representantes das filiadas da Rede Pintadas e desta, os Secretários Municipais ligados ao poder executivo e os vereadores do município.

Para alcançar sucesso na análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo para o melhor entendimento das questões propostas no roteiro da pesquisa. Os dados levantados, sobre o contexto do estudo, foram pré-analisados buscando-se fazer a triagem de toda a documentação coletada para a pesquisa e posteriormente atravessou-se pelas fases de análise e interpretação destes instrumentos de coleta.

Este capítulo apresenta a Rede Pintadas enquanto campo de estudo e traz uma abordagem desde as primeiras iniciativas para a sua criação, nos anos 80, através da organização social influenciada e fortalecida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) até o período do presente estudo. Aborda ainda sobre os objetivos de sua criação, as suas atribuições e como a Rede se apresenta coletivamente.

Assim, o grande desafio foi conhecer como historicamente e hodiernamente a Rede Pintadas vem participando diretamente da construção e controle social da política de assistência social e qual o grau de participação efetiva desta e/ou de suas organizações a partir de processos que se configurem no desenvolvimento das capacidades locais para atrair, de forma pró-ativa, em sistema de rede, a superação de ações pontuais, desconectadas e assistencialistas que só mantêm e reforçam as desigualdades sociais no controle dos bens ativos do desenvolvimento.

O sexto capítulo transmite ao leitor a experiência prática da residência social que foi realizada no Estado de Pernambuco nas cidades de Recife, Caruaru e Bom Jardim. Esta tarefa foi realizada no mês de Outubro de 2010 na instituição denominada de Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, mais conhecida como Centro Sabiá, e está situada na capital do Estado. O Centro é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e desenvolve suas atividades junto a agricultores e agricultoras familiares na preservação da agrofloresta. A identificação com a instituição foi o trabalho que esta desenvolve com a instituição Agroflor através de assessoria no desenvolvimento de ações que impulsionem a participação efetiva das famílias nos espaços locais, regionais e/ou nacionais de discussão e elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar. O referido capítulo faz uma abordagem histórica sobre as instituições identificando, dentro do trabalho desenvolvido, os passos que levam a efetivação da participação popular e sua importância para o desenvolvimento local.

Por fim, as considerações finais, no capítulo sete, demonstram um olhar crítico a partir dos resultados encontrados na pesquisa de campo, analisando-os a luz do referencial teórico.

1. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA

1.1. Conceituando sociedade civil

O conceito de sociedade civil traça caminhos complexos e possui diferentes sentidos, tanto no campo histórico quanto no campo político- ideológico. Portelli (2002) contribui quando observa perspectivas diferenciadas e afirma que a sociedade civil é um conjunto complexo, e seu campo muito extenso, sendo assim, analisa a categoria sob três aspectos complementares, sendo-os:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc.;
- como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advêm daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
- como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica”- isto é, as organizações que a criam e difundem -, e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc (PORTELLI, 2002:21).

É importante destacar que o conceito adotado na presente pesquisa segue uma perspectiva política na qual a sociedade civil utiliza estratégias, por meio de relações sociais e ações políticas, com o objetivo de reivindicar um Estado democrático que garanta direitos, legitimando a participação popular na gestão pública. Trata-se do “processo de aprofundamento da participação comunitária em projetos públicos, aumentando a performance do governo e sua aceitação pública” (GOHN, 2005: 62). Contudo, entendendo também a importância da compreensão histórica do termo sociedade civil o presente estudo resgatará alguns autores, em especial os autores dos séculos XVII e XIX, buscando apontar como o conceito de sociedade civil vai recebendo diferentes sentidos a depender do autor estudado, ao mesmo tempo em que vai dialogando com a perspectiva de ordem social e base política do Estado.

Gohn (2005; 62), partindo de uma perspectiva histórica para explicar o termo sociedade civil, afirma que o termo "*koinonia politike*" ou sociedade civil tem a sua

origem atribuída a Aristóteles, que a concebe como a participação dos cidadãos da *polis* grega nas decisões que afetam a *comunidade pública*. Nesse momento, segundo a autora, não há uma distinção entre Estado e sociedade civil, o que só ocorre na Idade Moderna com a obra de Adam Ferguson intitulada *Ensaio sobre a História da Sociedade Civil*, escrita em 1767.

Por outro lado, o termo sociedade civil sob a ótica dos jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII passa a ser abordado a partir da relação natureza/civilização. Para autores como Hobbes, Locke e Kant, o processo de formação do Estado Moderno passa por diversas fases. Em sua origem, o homem vivia no estado primitivo existindo uma liberdade natural com prevalência das individualidades, o que se oporia à sociedade civil. Segundo Bobbio e Bovero (1986) o termo sociedade civil alcançou importante definição com os jusnaturalistas visto que os mesmos o percebiam como estado civil, ou seja, como estado político organizado.

Para Aranha e Martins (1993) esta transição do estado de natureza para o estado civil, apresentada pelos jusnaturalistas, foi celebrada mediante um pacto, um contrato, no qual os homens renunciam as suas vontades pelo poder de um só homem ou um conjunto de homens. O sentimento de medo e o anseio de encontrar um estado de paz leva a fundação de um estado pautado em um direito natural.

Abordando sobre o tema e colaborando com os pensadores jusnaturalistas, especialmente Locke, Coutinho afirma que:

O contratualismo lockiano apóia-se na convicção de que a ordem política existe para assegurar a livre expansão dos direitos naturais do indivíduo; a passagem do estado de natureza para a sociedade civil só se justifica se o governo resultante dessa passagem assegurar esses direitos, os quais, para Locke, confundem-se com a explicitação dos interesses individuais. Condição para isso é que o governo garanta e proteja, sem nela interferir, uma esfera de livre mercado. (COUTINHO, 1989: 48-49).

Segundo Hobbes (1999) o contrato se configura na transferência mútua de direitos, ou seja, ambas as partes farão jus ao que foi determinado. De acordo com o autor, *jus naturalis* ou direito de natureza “é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria

natureza, ou seja, de sua vida”. É o agir do homem através de sua própria razão ou justiça (HOBBS, 1999:113).

Para Hobbes e Locke a orientação dos indivíduos vem de maneira natural por meio dos seus próprios costumes e interesses e o aperfeiçoamento da sociedade civil se configura a partir da existência e preservação desses costumes e interesses próprios. Assim, esta sociedade civil é a representação de uma ação contrária ao estado de natureza à medida que a sociedade será dirigida através de algum tipo de autoridade, que é reconhecida, que tenha poder e que seja capaz de garantir a liberdade, preservação dos interesses privados e segurança (DURIGUETTO, 2007).

De fato, Locke (1973) compreendia que o estado de natureza não traria ao homem a preservação da propriedade visto que lhes faltava uma lei estabelecida para ser seguida e obedecida e, além disso, a inexistência de um juiz que tivesse poderes para resolver desavenças. Assim, Locke concordava que seria necessária a união dos homens em comunidade, que seria submetida a um governo, para ser possível a preservação da propriedade.

Por outro lado, para Rousseau (1999) a substituição do estado de natureza em estado civil provoca no ser humano uma significativa transformação à medida que o comportamento instintivo de justiça é substituído pela moralidade que não existia no estado de natureza, ou seja, o dever toma assento em lugar do impulso físico.

Sobre propriedade e trabalho Rousseau (1978) afirma que:

(...) enquanto só se dedicavam a obras que um único homem podia criar e a artes que não solicitavam o concurso de várias mãos, viveram tão livres, sadios, bons e felizes quanto o poderiam ser por sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de um comércio independente; mas, desde o instante em que um homem sentiu necessidade do socorro de outro, desde que se percebeu ser útil a um só contar com provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas transformaram-se em campos aprazíveis que se impôs regar o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas (ROUSSEAU, 1978: 265).

É importante destacar que a transição do estado da natureza para o estado civil se concretizou por meio de um pacto – o contrato social - firmado entre os homens para garantir o direito à propriedade, preservar a segurança individual e estabelecer regras sociais que limitassem a convivência. Assim, conforme a concepção dos autores jusnaturalistas, surgiu o Estado legitimado pelo consenso coletivo, que estabeleceu a sua autoridade, ou seja, a sociedade civil legitima a autoridade do Estado de governar e exercer o poder cedendo o seu direito de decisão em favor do bem comum.

Rousseau compreende a sociedade civil como uma sociedade civilizada mesmo que diferente da sociedade política visto que esta se formará através do contrato social que se configura como corpo político da passagem do estado de natureza para o estado civil (BOBBIO e BOVERO, 1986). De acordo com Rousseau (1999) o estado primitivo teria que subsistir para que o gênero humano não perecesse.

Reduzamos todo esse balanço a termos de fácil comparação. O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quando aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. A fim de não fazer um julgamento errado dessas compensações, impõe-se distinguir entre a liberdade natural, que só conhece limites nas forças do indivíduo, e a liberdade civil, que se limita pela vontade geral, e, mais, distinguir a posse, que não é senão o efeito da força ou o direito do primeiro ocupante, da propriedade, que só pode fundar-se num título positivo” (ROUSSEAU, 1999 :77).

Pode-se afirmar então que esta compreensão de sociedade civil está diretamente relacionada ao Estado, distante do Estado de natureza proposto pelos jusnaturalistas, mas que ganha outro sentido no pensamento neoliberal contemporâneo compreendendo-a como diferente da sociedade política. “A idéia de um estágio pré-estatal da humanidade inspira-se não tanto na antítese sociedade/Estado quanto na antítese natureza/civilização” (BOBBIO, 1982:27).

Em relação à discussão sobre contrato social, Sousa Santos compreende que “o contrato social é assim a expressão de uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum” (SOUSA SANTOS, 1999: 83).

Hegel contribui de forma profícua com esta problemática ao distinguir Estado e sociedade civil. Opõe-se à concepção democrática, segundo a qual, a soberania é do povo que a exprime no Estado, ou seja, a sociedade civil triunfa sobre o Estado. Assim, o autor inicia a inversão do conceito de sociedade civil trazido pelos jusnaturalistas e compreende este termo como sociedade pré-política. A sociedade civil hegeliana reflete interesses particulares e é por meio do Estado que o interesse universal pode prevalecer (GRUPPI, 1980).

Para Hegel, a sociedade civil concretiza-se no campo intermediário entre a família e o Estado. Assim, o autor vai contemplar tanto o campo da esfera econômica a partir das necessidades de cada indivíduo como a esfera jurídica, administrativa e corporativa.

Contraopondo-se a Hegel, Marx não comunga com a idéia de que a sociedade civil seja uma instituição que está entre a família e o Estado. A abrangência do pensamento crítico de Marx, no que se refere à concepção burguesa do Estado, pressupõe o conceito de sociedade civil como o terreno das relações de propriedade e do individualismo, surgido da destruição da sociedade medieval, com a substituição das sociedades parciais pelo poder dos sujeitos sociais (BOBBIO, 1982). Ao contrário de Hegel, Marx afirma que:

A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação, embora, por outro lado, tenha de se fazer valer em relação ao exterior como nacionalidade e de se articular como Estado em relação ao interior (MARX & ENGELS, 1974: 94).

Embasado na perspectiva ideológica em relação à concepção de Estado e de sociedade civil, assim como Hegel que os percebia distintos, Marx compreende a sociedade civil inserida no conjunto das relações econômicas, ou seja, está inserida num processo de relações econômicas e de formação das classes sociais. Além disso, a sociedade civil é compreendida pelo autor como uma instância que representa a estrutura sobre a qual se eleva uma superestrutura (PORTELLI, 2002).

Assim, Marx (1977) compreende a sociedade civil no campo social inserida num processo de desenvolvimento das forças produtivas:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabeleceram relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1977: 23).

Na tradição marxista o termo sociedade civil ganha diferentes nuances e significados. Marx e Gramsci interpretam e conceituam a categoria sociedade civil em sentidos opostos, sendo que o primeiro a concebe como parte da estrutura (base econômica/relações de produção), em contrapartida, Gramsci entende como o complexo da superestrutura (base jurídica e política) ideológica, para este, existem duas estruturas: a sociedade política que compõe o aparelho Estatal e a Sociedade Civil que é a maior parte da superestrutura (COUTINHO, 2006). “A mudança do conteúdo do termo ‘sociedade civil’ de Marx para Gramsci é fruto das novas condições históricas que se apresentavam na realidade ocidental (SIMIONATTO, 2004).

Gonh (2005), por outro lado, infere que Gramsci é o pioneiro na compreensão do espaço da sociedade civil como o espaço da organização da cultura. Para ela, a dominação de uma classe sobre a outra não se dá apenas no âmbito econômico, mas em diversas outras instâncias políticas e sociais. A hegemonia não é unicamente produto do domínio econômico e, conseqüentemente, do Estado, que reflete os interesses da classe dominante. A hegemonia ocorre também, no plano cultural e expressa a forma de uma classe conduzir moralmente e intelectualmente o conjunto da sociedade.

Na ótica gramsciana, a sociedade civil permeia o campo de esforços societários dedicados politicamente aos interesses de classe (fracionados pela dinâmica do capitalismo). Nesse sentido, Gramsci defende o associativismo, desde que este

esteja com respaldo político. Para o autor não há grande vantagem na agregação pela agregação, na agregação em função de interesses restritos: sua ênfase repousava na superação política dessa disposição espontânea dos indivíduos e grupos sociais.

Dava-se o mesmo com a consciência econômico-corporativa: ela existia como estado primário da consciência social, e devia ser superada pela forma mais sofisticada da consciência política, promovendo-se assim, como se diz nos *Cadernos*, “a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas” e o ingresso numa fase em que as ideologias lutam entre si até que “uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral” (GRAMSCI, 2000: 41).

Diante do exposto, a sociedade civil permite a articulação e a unificação dos interesses, a politização das ações e consciências, a superação de tendências corporativas ou concorrenciais, a organização de consensos e hegemonias. Seus protagonistas são atores do âmbito estatal em sentido amplo. O Estado que reflete essa sociedade civil é um Estado que denomina de “*máximo*”: um Estado social radicalizado, democrático e participativo, servindo de parâmetro geral dos diversos interesses sociais, balizando-os, de algum modo compondo-os e, especialmente, liberando-os para uma afirmação completa e não competitiva (GRAMSCI, 2000).

Nessa medida, o espaço para a disputa pela hegemonia é a sociedade civil que se completa no plano da sociedade política. A primeira é compreendida como organismos “privados” (organizações e associações, sindicatos, partidos, meios de comunicação, cultura, etc) e a segunda configura-se como mecanismo que a classe dominante impõe a sua força (aparato policial e militar, sistema administrativo e judiciário). Nesse contexto, salienta a importância da organização da sociedade civil para a mudança da sociedade política, na perspectiva de democratizar o Estado visto que este é formado por essas duas esferas – sociedade civil e sociedade política (DURIGUETTO, 2007).

Seguindo essa linha de raciocínio, Cardoso (1995) infere que no pensamento gramsciano a hegemonia tem uma função eminentemente pedagógica, enquanto processo de constituição ideológica das classes subalternas, que se realiza tanto

para afirmar a direção dessas classes quanto para superar a sua condição de subalternidade, construindo uma nova ordem social.

Dentro desta mesma dimensão assumindo um patamar para a valoração e a conscientização da subjetividade, de modo a potencializar o “ser sujeito e o vir a ser”, como portador de transformação, a análise de Gramsci sobre o homem assemelha-se em muito com os posicionamentos de Marx:

(...) só quando o homem real individual absorve em si o cidadão abstrato, e mesmo permanecendo homem individual se torna elemento do gênero humano, tanto em sua vida empírica como em seu trabalho e em suas relações individuais, quando o homem reconheceu as suas forças próprias como forças sociais e as organizou, só então pode-se considerar terminada a emancipação humana (MARX, 1984: 45).

Essa complexidade temática marxista reflete, em Gramsci, na proposição no que concerne ao projeto de formação de uma cultura e de uma nova concepção ético-política das classes subalternas, que tentam aglutinar a quase totalidade da sociedade, tornando-se, tal asserção gramsciana, em princípios ativos de conduta, em força ativa de emancipação humana. Corroborando assim, na conquista das liberdades sociais de maneira irrestrita, amparada inexoravelmente na liberdade, na socialização do poder e na capacidade inventiva dos indivíduos (CARDOSO, 1995).

Gramsci enfatizou a possibilidade da classe subalterna se tornar dirigente, por meio da hegemonia a qual expressa à direção e o consenso ideológico que uma classe consegue obter dos grupos próximos e aliados; esse consenso ideológico requer articulação, mobilização e organização dos grupos. Sendo assim, para Gramsci, consenso, persuasão e diálogo devem caminhar, progressivamente, para um processo de construção de um novo projeto societário hegemônico das classes subalternas. A sociedade civil propicia confronto ao capitalismo, para que se construam estratégias de relação ao mercado, para que se implementem programas democráticos e para que se validem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas (CARDOSO, 1995).

O Estado para Gramsci, segundo Portelli (2002), é um pacto entre hegemonia e coerção. O exercício da hegemonia, no que tange o clássico do regime parlamentar assinala-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de forma variada sem que a força exceda muito o consenso, mas, contraditoriamente, camuflam as circunstâncias na perspectiva de transparecer que a força esteja apoiada no consenso da maioria, expresso pelos conhecidos órgãos da opinião pública.

Dentro desta mesma dimensão, a tomada da hegemonia representa um grande progresso filosófico, além de político-prático, nesse sentido serão descritos mecanismos de unidade intelectual e uma ética de acordo com uma concepção do real transcendendo o senso comum. A hegemonia, vinculada a um projeto coerente e unitário de gestão democrática e popular e dentro dessa criação ético-política, favorece fundamentalmente a transformação da sociedade. Em virtude disso a partir do momento em que um grupo subalterno se torna realmente autônomo e hegemônico, esta constatação suscita um novo tipo de Estado, aponta para a necessidade de construir uma nova ordem intelectual e moral, ou seja, um novo tipo de sociedade.

Diante dos conceitos acima abordados pode-se observar que dois fenômenos aparecem inversamente diante do último século: de um lado o processo de fluxo da sociedade pelo Estado e de outro lado a absorção do Estado pela sociedade. Em relação ao primeiro pode-se afirmar o processo de mudança do Estado de direito e o seu poder de regulação da economia. O segundo representa o processo intensificado da participação social no âmbito político e do crescimento das instituições públicas não estatais com alguma forma de poder ou representação política (BOBBIO, 1987).

Assim, mesmo compreendendo contemporaneamente que o conceito de sociedade civil é diversificado do conceito de Estado, observa-se que esta separação não se configura com a mesma nitidez que se apresentava diante dos escritos marxistas. Conforme Campilongo (1988:46), o século XIX, com o liberalismo clássico, apresentava-se numa perfeita nitidez em relação à separação entre Estado e sociedade civil, o que não acontece a partir do século XX onde este ponto de divisão

já não se apresenta tão nítido assim. “Sob este aspecto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna” (BOBBIO, 1987:52).

É fato que muitas transformações ocorreram após a apresentação dos escritos de Marx e Gramsci, tanto na esfera estatal quanto na esfera da sociedade civil e que atualmente se configuram de forma diferenciada por ter passado por diversas transformações ao longo do tempo. Assim, o cotidiano configura-se de forma que a estrutura modifica-se e há o que podemos chamar de intercâmbio com a superestrutura. Bobbio (1992) afirma que:

Sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impõem à conquista do poder político (BOBBIO, 1992: 1.210).

A partir das considerações acima, pode-se concluir que o processo de conceituação do termo sociedade civil é complexo e recebe diferentes sentidos e está atrelado a cada época vivida pelos autores que a definem, atrelados a ideologias e contextos históricos distintos e que merecem destaque à medida que também são modificadas as formas de organização social, econômica e política de uma sociedade.

Contudo, é prudente afirmar que a sociedade civil a qual se deve preservar hodiernamente é uma sociedade civil consciente e crítica que busque respostas do poder público diante das demandas apresentadas pelo cotidiano por meio da mobilização e organização do espaço político/público. E, dessa forma, “A sociedade civil não pode assumir responsabilidade que são do Estado, mas exercer uma função política sobre o Estado e o sistema político no sentido de que possam atender às necessidades do conjunto da sociedade” (TEIXEIRA, 2002:47).

Depreende-se disso que ao defender o *locus* da sociedade civil, muitas pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as intervenções e regulamentações feitas pelo aparelho Estatal. Delegam para a sociedade civil o

desígnio de remanejar as “virtudes cívicas” inerentes à tradição comunitária limitadas pelo mundo moderno, e a incumbência do retorno aos bons modos e aos bons valores em confronto com o ideário neoliberal. Diversos governos têm buscado o apoio da sociedade civil para legitimar programas de ajuste fiscal e para emprestar uma postura modernizada para as políticas públicas; outros governos progressistas buscam alinhar suas decisões e seus discursos às expectativas da sociedade civil (CARDOSO, 1995).

Desse modo, o termo sociedade civil deve ser compreendido nesse trabalho como um espaço legítimo de organização coletiva direcionado a defender interesses sociais dentro de uma dinâmica em que as causas políticas estejam em pauta entre sociedade civil e poder público.

1.2. Sociedade Civil: construindo caminhos para a organização em rede

São inúmeros os canais e instrumentos determinantes para que a sociedade civil organizada possa se inserir na discussão política e nos espaços públicos e, ao mesmo tempo, ser co-participante na busca de alternativas frente à defesa dos direitos fundamentais, em especial a defesa da efetivação dos direitos sociais. Assim, este espaço busca analisar a sociedade civil por meio da organização de redes sociais, baseando-se no fortalecimento dessa e na construção de espaços mais democráticos e participativos.

Conforme afirma Dagnino (2002) as formas de participação estão sendo construídas a partir da implantação de novos canais e instrumentos que vão agir na relação entre a sociedade civil e a esfera pública. Para tanto é necessário que o Estado esteja conectado a processos democráticos e participativos com abertura as organizações da sociedade civil deixando para trás as práticas autoritárias e patrimonialistas. A autora provoca a discussão quando compreende uma necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil.

A representatividade nos espaços públicos de interlocução com o Estado constitui um desafio cujas proporções têm provocado um amplo debate, mencionado acima, não apenas sobre as formas de assegurar-la como também sobre a avaliação do funcionamento

desses espaços. A necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil tem sido apontada como uma forma de assegurar uma representatividade maior. A enorme emergência de redes de vários tipos, assim como fóruns (...), responde a essa necessidade de tornar mais densa a representatividade da sociedade civil, de modo a assegurar uma interlocução eficaz com o Estado, tanto nos processos concretos de negociação como na inclusão de questões específicas na constituição da agenda estatal (DAGNINO, 2002:292).

O trecho acima traz consigo a importância da organização da sociedade civil para a interlocução com o Estado dando sentido a esta relação por meio da articulação entre as próprias organizações, e, aborda neste sentido, a formação de redes sociais.

A idéia de redes sociais tem em si mesmo uma gama de sentidos o que torna necessária uma análise em vários eixos conceituais. O mais comum é se abordar o problema em torno dos aspectos morfológicos das redes. Existem também, estudiosos que se concentram na simbologia do agir coletivo ou às vezes se enfatiza a relação de alguns grupos sociais com o poder público (MELLUCI, 2001).

Desta forma, a intensificação da formação das redes sociais, reflete um processo de fortalecimento da sociedade civil, em um contexto de maior participação democrática e mobilização social, colaborando assim para formação de estruturas que contribuam no enfrentamento dos problemas sociais. É bom enfatizar que uma compreensão mais abrangente de como construir essas redes só será alcançada com análises que envolvam as suas complexidades, envolvendo as formas, os conteúdos simbólicos, as relações de poder e os sujeitos coletivos envolvidos no processo.

Neste sentido, para Paulo Freire, é no envolvimento coletivo, que o sujeito constrói sua identidade e se percebe enquanto sujeitos que sente, pensa e age. Nessa medida, compreende que é possível transformar o mundo que os mediatiza e busca instrumentos e estruturas que os possibilitem superar os estereótipos, e a prolixidade de preconceitos estabelecida pelos diversos pontos de vista, interpretações, visões, e atitudes, provenientes de diferentes bagagens (FREIRE, 1981).

Partindo desse pressuposto, Castells (1999) defende a idéia de que a rede é um conjunto de nós interconectados desprovida de um centro, haja vista não se tratar de uma lógica de simples inclusão ou exclusão de componentes. As redes da sociedade civil organizadas tendem a funcionar de forma que se um dos “nós” (seja pessoa ou organização) deixa de desempenhar sua função este será suprimido da rede e a mesma automaticamente se reestruturará como acontece com um corpo biológico, à revelia da atuação de uma autoridade central (SCHERER, 2002). A evidência de que alguns elementos da rede são mais atuantes e tem maior importância que outros, é notória, entretanto, cada um estabelece uma relação de interdependência particular enquanto se encontra ligado à rede.

As possíveis relações de poder que surgem entre os componentes da rede não assumem o caráter de dominação sistêmica, ou seja, dificilmente numa organização em rede um dos componentes poderia dominar toda a rede, isto é, a sociedade civil não tende a seguir um modelo de organização piramidal, trata-se de fenômeno mais complexo, quando se analisa a morfologia das redes sociais se evidencia processos de articulação entre diferentes elementos interconectados de forma transversal estabelecendo laços de apoio mútuo que, por sua vez, são geradores de novos contatos de solidariedade em determinada área de atuação e isso se estabelece através de relações horizontalizadas (MELLUCI, 2001).

É importante destacar que a revolução tecnológica que vem ocorrendo desde a década de 1970, traz uma nova dimensão mundial de comunicação e conhecimento que vem refletir, mesmo de forma desigual, também a quem atua na área social, o que ajudou no crescimento da constituição das redes sociais (SCHLITHLER 2004).

Nesta direção, segundo Santos (1997), o mundo está entrando numa nova fase tanto no ponto de vista econômico quanto social, período técnico científico informacional, ou seja, as redes sociais não mais se organizam somente em torno de limites territoriais bem como em torno das forças elaboradas pelo desenvolvimento tecnológico.

Com efeito, as tecnologias da informação, têm remodelado o ritmo, não só de produção de riquezas, mas também de relações entre pessoas e comunidades. Apesar dos meios de comunicação estar enfatizando a formação da “aldeia global” em função do desenvolvimento dos meios de comunicação, não se pode ignorar que os relacionamentos humanos se desenvolvem prioritariamente no processo de desenvolvimento das cidades (SANTOS, 1994).

Nesta direção, durante o curso da história, a fundação das cidades permitiu a convivência entre os homens; as cidades propiciaram o surgimento das relações de poder e o estabelecimento de meios fundamentais para a articulação das organizações sociais humanas. Portanto, as cidades são a expressão política e cultural dos relacionamentos humanos e em determinado momento histórico. Nas cidades se formam conhecimentos, desejos e culturas, fazendo com que as possibilidades de trocas sociais sejam multiplicadas (ARENDETT, 1995).

É preciso reconhecer, também, o relevante papel que a política exerce no processo de elaboração do ser humano, pois ela expressa o infinito jogo de interesses que acontecem nas diferentes relações entre indivíduos e coletividades. Desta maneira, nessas redes modernas os indivíduos não se relacionam apenas como sujeitos do estado (cidadãos) ou como agentes do mercado (consumidores). Passam a estabelecer relações em torno de outras identidades tais como, as relacionadas com o gênero, com a expressividade artística, a faixa etária etc (IANNI, 1992).

Neste sentido, segundo Schlithler, é que vão se formando as redes sociais, especificamente a Rede de Compromissos Sociais, onde os parceiros têm como objetivo a união, a busca e troca de conhecimentos mútuos, na perspectiva de desenvolver ações que visem o bem comum da sociedade. Estas estruturas intersetoriais, são constituídas de Organizações da Sociedade Civil, empresas socialmente responsáveis, órgãos do setor público, fundações, e Institutos, bem como por profissionais independentes que partilham valores e objetivos comuns (SCHLITHLER, 2004).

Com ações pautadas na soma de esforços mútuos, nas parcerias estabelecidas e pela mobilização social, se constitui as redes sociais, na perspectiva de se implantar e desenvolver as políticas públicas sociais (TÜRCK, 2002). Concomitantemente ao desmonte da capacidade de regulação econômica e social do Estado advindo da onda neoliberal, aconteceu também a emergência destas novas redes de solidariedade, que formaram mecanismos de sociabilidade originários na sociedade civil e baseados na esfera local e cotidiana (IANNI, 1992).

Segundo Melucci (2001), as antigas formas de análise sociológica centradas sobre a classificação dos tradicionais movimentos sociais não permitem a apreensão desse novo modelo de organização, pois um estudo centrado unicamente nos condicionamentos de classe, por exemplo, não são suficientes para a identificação dos signos que afirmam ações coletivas de novo tipo que passam a se organizar em torno de demandas de natureza cultural e simbólica.

Daí, baseados em redes de solidariedade, surge no interior de novos acordos sociais, elementos que traz a necessidade de buscar novas estratégias de desenvolvimento social. Esses novos sujeitos passaram a procurar uma forma de mobilização social coletiva que transcendem as formas organizativas tradicionais de se fazer política. Os novos movimentos sociais não são limitados a traços ideológicos lineares, trata-se de sistemas de ação baseados em redes complexas entre os distintos níveis de ação social.

Vale salientar que num mesmo movimento social freqüentemente estão em jogo variados significados analíticos. Por exemplo, numa ação do movimento dos sem terra ou teto pode-se encontrar tanto sujeitos que estão ligados a uma luta anticapitalista quanto outros que esperam apenas a satisfação imediata de suas necessidades de moradia e produção (SCHERER, 2002).

O surgimento das redes sociais contribui para uma compreensão mais real das relações entre os sujeitos nos diferentes espaços sociais da cidade. A concepção da cidade enquanto expressão do indivíduo aprisionado em seu lar deixa margem a não

compreensão de captar a complexidade da vida social, que ignora a interdependência existente entre os sujeitos (CARRANO, 2002).

No entanto, ao se tratar o processo de formação das redes sociais não se deve desconsiderar a influência da globalização nos valores e objetivos das redes sociais locais. A globalização é marcada por um intensivo processo de aceleração no processo de movimentação de pessoas, mercadorias e idéias. Pela primeira vez na história da humanidade as sociedades se encontram ligadas num único sistema técnico, que passou a ser usado pelos dominadores hegemônicos da economia, da cultura e da política (SANTOS, 1994).

A partir desse processo, o espaço passou a ser considerado como algo dinâmico e unitário. Pode-se destacar que não apenas as mercadorias estão mundializadas, as relações sociais também estão subordinadas às imposições do meio técnico-informacional. A união técnica gerou as condições para a convivência de uma comunidade mundial no mesmo tempo e espaço (CHESNAIS, 1996).

Para Santos (1994), as redes sociais se apresentam enquanto possibilidade de organização dos sujeitos sociais, aqueles que se ausentam ou se afastam das redes acabam por ficar indefesas em posições de marginalidade ou irrelevância social. Trata-se da importância dada à organização da sociedade civil, uma ação coletiva, forte e redimensionada para posicionar-se contrariamente ao processo da globalização.

Portanto, a ação política por meio da formação das redes sociais, contra a fragmentação provocada pela globalização capitalista, é um meio de rever as possibilidades ajustando-as às necessidades das comunidades visto que as identidades comunitárias locais estão sendo cada vez mais influenciadas pelo estabelecimento de laços transnacionais que transcendem as barreiras territoriais. Até mesmo em regiões "isoladas" geograficamente nota-se a influência de processos culturais e instâncias de decisão provenientes de outros lugares do planeta (SANTOS, 1994).

Sobre o assunto, Canclini (1998) chama desterritorialização e esta se evidencia pela existência de estruturas culturais que se originam em diferentes territórios, o que gera uma montagem multicultural criando identidades múltiplas, tanto territorialmente quanto linguisticamente. Neste contexto, é perceptível em nosso cotidiano, o linguajar, especialmente de jovens, com uso expressivo de termos do inglês americano, o que evidencia esta globalização dos valores, e a multiplicidade cultural, expressada pelo autor ao se reportar ao que chama desterritorialização.

Nessa direção, conforme o entendimento de Schlithler (2004), ao se formar uma rede social, os atores envolvidos, também desenvolvem o sentimento de pertencimento de rede mesmo que pertencente a regiões geográficas distintas e este sentimento é reforçado a partir da construção e coordenação de projetos coletivos, criados para responder às demandas levantadas pela rede.

Nas redes devem ser desenvolvidas atividades integradas, em que as ações rompem com as distâncias, gerando uma aproximação entre as organizações, pois o comprometimento e a co-responsabilidade dos envolvidos são elementos fundamentais para a transformação social e uma perspectiva de construção cidadã (SCHLITHER, 2004).

Corroborando com o autor acima, Torrens (2011) afirma que a sociedade civil organizada contribui para o fortalecimento da gestão democrática impelindo um comportamento estatal mais ativo para a abertura dos espaços públicos. A formação de redes alarga o processo de comunicação e coordenação na busca de resolução dos problemas que se apresentam no âmbito coletivo. É importante afirmar ainda que esses espaços são vistos e avaliados como impulsionadores da ocupação e implantação de novos espaços públicos de negociação e debates conquistados pela sociedade civil.

1.3. A formação dos territórios: fortalecimento da democracia participativa

Criado nos anos trinta, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) implantou a divisão regional do Brasil, o qual foi dividido em regiões geográficas que

são: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro–Oeste. Tal divisão regional tinha como propósito auxiliar na implantação do planejamento econômico do país, através das regiões. Neste contexto, acontece o início da implementação das políticas públicas, com o intuito de minimizar os desequilíbrios regionais, tendo em vista que algumas regiões tiveram seu desenvolvimento mais acentuado, em detrimento de outras que permaneceram classificadas como primária, a exemplo da região Nordeste.

No Brasil, a década de 80 é marcada por grandes transformações sociais, políticas, econômicas, principalmente no que diz respeito à criação de um grande aparato institucional regulamentador, que amplia e fortalece a participação de novos atores sociais representados pela sociedade civil, evidenciando assim o processo de redemocratização do país (BONASSA, 2007).

Neste contexto, a evolução destas transformações societárias, econômica e culturais, ocasionados pelo desenvolvimento, vem se articulando e surge então a necessidade de um reordenamento territorial. Neste sentido, políticas de planejamento territorial são implantadas no Brasil com o objetivo de diminuir os desequilíbrios regionais até então existentes (BONASSA, 2007).

Nesta forma, tendo como pano de fundo a globalização, o espaço local, ou o território, reaparece e vem com a grande tarefas – o desenvolvimento – tendo como base o reconhecimento das potencialidades e identidade ali existentes (TEIXEIRA, 2000).

Neste sentido, o que significa território antes desta nova roupagem? Em Ferreira encontra-se a compreensão, do significado de território, como sendo: “1. Extensão considerável de terra. 2. A área de um país, província, etc. 3. Jur. Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos,baías, portos, etc.), *sobre a qual exerce ele a sua soberania*” (FERREIRA, 2044:78).

Portanto, se busca a partir deste momento, um entendimento para a nova forma de conceituar este espaço - Território - para tanto, nas palavras de Zapata (2007), significa:

(...) espaço e fluxo, ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos (ZAPATA, 2007: 24)

Entretanto, para Sposati, ao se conceituar território é necessário levar em consideração a dinâmica de sua organização no espaço, qual a significação destas relações e como elas se processam entre si e com outros. Neste sentido diz:

Território é dinâmica, pois para além da topografia natural, constitui uma “topografia social” decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso, discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo do que definir sua área com densidade. Implica considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (SPOSATI, 2001:21).

Efetivamente, a idéia da existência de um Território é relativamente nova. Após a década de 90 é que este espaço socialmente organizado antes composto por município era conhecido como pertencente à determinada Região, tendo hoje a denominação de Território, os quais são identificados conforme a denominação da micro regiões aos quais os municípios pertenciam (ZAPATA, 2007). Entretanto, para a autor, “...o que caracteriza um território é a sua identidade cultural, seu patrimônio natural, sua organização e sua capacidade de construir um futuro melhor” (25).

Um território pode ser também compreendido como um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam em determinado espaço. A marca maior dos territórios é o sentimento de pertencimento dos seus habitantes (SEBRAE, 2004). Não há território, se as pessoas que nele vivem, não se sentem incluídos. Por essas razões predomina a idéia de que a maioria dos Territórios já estão demarcados restando aos que querem deles se aproximar para revelá-los.

Nesse sentido para a autora, essa mudança de direção acontecem com as novas normas adotadas pelo governo federal a partir da administração do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a finalidade de traçar orientações para que a execução das políticas governamentais, sejam direcionadas de acordo com as necessidade

apresentadas por cada região, considerando as diferentes realidades e características de cada uma (ZAPATA, 2007).

Ainda na sua visão, Zapata, (2007), caracteriza território como sendo:

Território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxo, ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, político, humanos. São atores inteligentes organizados que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos. (ZAPATA, 2007:24).

Nesta direção, o desenvolvimento de um território se dá através da visibilidade das potencialidades local, com e participação de todos, isto quer dizer, que a base econômica, sociais, culturais, institucionais, do território precisa ser identificada, para, a partir desse conhecimento, se traçar estratégias e projetos aproveitando as habilidade e potencial deste (DIAS, 2006).

Assim, para a compreensão do significado de identidade, em território, Ghizelini (2007) apud Wauntier (2001), o define como sendo um espaço de identidade e autonomia e que estão diretamente relacionados visto que esta construção de identidade vai proporcionar aos sujeitos e grupos sociais a reconstrução de suas aspirações e desejos sejam eles de justiça, de solidariedade, de democracia ou até mesmo de espiritualidade.

Tendo como base a preocupação de não remeter-se para o presente, os equívocos e dificuldades vivenciadas no passado, frente a este grande desafio estrutural, econômico, social, político e cultural, que vem através da reorganização das regiões brasileiras, em todos os entes federados, Dias (2006) afirma que o Brasil precisa analisar e posteriormente alterar os antigos paradigmas direcionados para a concentração dos ativos e de renda, assim como para a devastação e super exploração dos recursos naturais. Afirma ainda que as mudanças somente acontecerão de fato e de direito a partir da implantação de padrões de desenvolvimento sustentáveis e que sejam conduzidos continuamente (DIAS, 2006).

Em nosso país a idéia de reorganização dos espaços em territórios, como mecanismos de desenvolvimento, e efetivamente implantados a partir de 2003, teve boa aceitação, em especial na Bahia, onde teve impacto bastante positivo.

Neste modelo de organização, as ações alcançam a participação de todos, que se apóiam e são co-autores na construção de seu desenvolvimento, seja, político, econômico, social, e cultural, onde efetivamente seus atores participam dos destinos de seu território com espírito de pertencimento, pois as qualidades de um território estão na regionalização das suas ações (DIAS, 2006). Segundo o autor, a organização desses espaços em Território para a Bahia, vem trazer grandes esperanças no sentido de poder atender as grandes expectativas na articulação e consolidação de projetos contemplados para o Estado, porém, doravante implementados de forma desarticulada. Para tanto o autor enfatiza:

A idéia do desenvolvimento rural a partir da abordagem territorial foi bem recepcionada em todo Brasil, e, em particular, na Bahia, em função de ocupar um espaço metodológico que estava vazio e se constituía enquanto anseio das organizações sociais para encontrar esta vertente. A angústia das organizações era exatamente assistir e, por vezes, até atuar como protagonistas de políticas públicas desarticuladas, sem um mínimo de integração (DIAS, 2006:05).

Com exceção da Região Metropolitana de Salvador, os demais municípios baianos estão organizados em 24 territórios de identidade espalhados pelo Estado da Bahia. Neste contexto, este estudo do processo de regionalização brasileira, tem como recorte espacial o Território da Bacia do Jacuípe, formado por 14 municípios, a saber: Baixa Grande, Mairi, Gavião, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe e Quixabeira.

Dentre os municípios formadores do Território da Bacia de Jacuípe, o Município de Pintadas, está integrado nas ações desse território, e a Rede Pintadas é uma das articuladoras desse processo.

É importante destacar que a construção dessas institucionalidades, seja ela qual for a nomenclatura, deve dotar os territórios de espaços de gestão participativa, de

capacidade de negociação, poder de regulação e ações articuladas e complementares entre o Estado, os municípios e as iniciativas das comunidades, garantindo o efetivo protagonismo da sociedade civil.

É necessário ainda que os sujeitos sociais - sejam eles oriundos do governo ou da sociedade civil - possam tomar parte das decisões, num processo de ação-reflexão sobre a própria prática social, desenvolvendo a capacidade de habilidade de transformar a realidade. Este processo de participação deve envolver todos os atores locais, constituindo-se num conjunto de relação entre pessoas e grupos organizados, que tenham consciência da situação atual, com suas possibilidades, limites e capacidades de vislumbrar o Estado desejado, considerando os valores éticos, culturais, políticas e sociais presentes e pretendidos.

2. O SURGIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: ENTRE CONTRADIÇÕES E INTERESSES POLÍTICOS

Este capítulo busca inicialmente analisar a implantação das políticas sociais no período compreendido entre os séculos XIX e XX com o intuito de expor como as tensões sociais relacionadas às condições de trabalho, saúde e moradia serviram de fundamentos para a criação dos direitos e das políticas de Assistência Social nos países ocidentais.

Nessa medida, a mudança do modo de produção feudal – essencialmente agrário – se constitui em norte interpretativo para compreender as novas configurações do poder político e as mudanças que se apresentavam no mundo do trabalho durante o século XVIII, sobretudo porque a migração em massa dos feudos para os centros urbanos e o aumento populacional nas cidades nos séculos XII e XIII trouxeram as condições necessárias para o desenvolvimento do mercantilismo e posteriormente, da Revolução Industrial no século XVIII (1789-1848) (MAZZEO, 1997).

A substituição do Estado Absolutista para a construção do Estado liberal propicia a consolidação econômica e política do capitalismo. A redefinição do papel do Estado se dá com a mudança do modo de produção e as novas atribuições conferidas ao poder público, como por exemplo, o papel regulador respaldado em certo grau de legitimidade popular. “O Estado passou a ser compreendido como instituição humana e sua legitimidade a ser entendida como derivada da legitimidade da vontade popular” (PETERSEN: 1998, 55)

A expansão do capitalismo provocou o desenvolvimento das forças produtivas intensificando a exploração dos trabalhadores, aumentando também a questão social e suas novas formas de enfrentamento. Neste sentido, a questão social passa a ser compreendida como “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001: 16).

Esse momento histórico de mudanças estruturais do modo de produção será gerador do pauperismo em razão das condições desumanas de trabalho e do acúmulo de pessoas nas cidades, contribuindo desse modo para que ex-camponeses se tornassem vendedores de si mesmos. Marx ao abordar o assunto, enfatiza o fato da retirada do homem dos seus meios de subsistência:

Na história da acumulação primitiva são particularmente importantes as épocas em que grandes massas humanas são repentinamente e violentamente despojadas de seus meios de subsistência e jogadas ao mercado sob a forma de proletários privados de tudo. Todo o processo repousa sobre o produtor rural, do camponês (MARX, 1986: 173).

A jornada de trabalho, segundo Marx (1982), também é fator predominante na interpretação da relação entre questão social e política social, na medida em que há uma grande disputa entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção. Nesse momento, observa-se a luta de classes que vai expor, em muitas formas, a questão social em relação ao tempo de trabalho e ao valor da força de trabalho – o salário.

Pereira (2008), ao expor o tema o atrela a um processo interligado a luta contínua dos trabalhadores na busca de melhorias de suas condições mínimas de trabalho, bem como da sua própria existência. Para ele, a movimentação da classe trabalhadora - independente dos ideais liberais – trouxe à tona uma série de reivindicações sociais e uma nova base de valores para o exercício de cidadania e, por conseqüência, de criação de novos direitos sociais.

Por outro lado, o Estado liberal com autonomia reduzida, estimulado pela pressão da luta de classes, vem atuar com os olhares do capital, como um forte aliado à burguesia, e assume de um lado, o papel de repressor da classe trabalhadora e, de outro, o de regulador das relações de produção por meio da legislação fabril. Assim, pode-se afirmar que as primeiras expressões da questão social estão diretamente relacionadas “a luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado” (Behring e Boschetti, 2007, 55).

O Estado liberal traz consigo características próprias inerente à defesa do livre e ilimitado funcionamento do mercado, dando a idéia de assegurar o bem estar individual e coletivo com a regulação das relações sociais e econômicas sob a ótica do capital. Para Coutinho (1989: 48), no pensamento liberal existe “a idéia do interesse de todos, mas não do interesse comum como algo diverso e mais substantivo do que a soma do interesse de todos”.

Com o mercado se comportando como uma mão invisível, ou seja, auto-regulável, cabia ao Estado tão somente o papel de fornecedor da base legal a fim de garantir que o mercado pudesse ser livre para amparar os “benefícios aos homens”, tornando o Estado mínimo, com suas funções bastante limitadas. Para os liberais, o Estado não deveria interferir nas relações de trabalho e nem tampouco disponibilizar tempo para o atendimento das necessidades sociais e sim contribuir na defesa dos interesses liberais de livre mercado e propriedade privada (Behring e Boschetti, 2007). Assim o Estado não intervinha na liberdade individual visto que os indivíduos deveriam agir livremente quanto ao seu direito à propriedade e à liberdade.

O ideal liberal compreende que o direito à proteção social é um processo não natural e maléfico à liberdade individual visto que induz os pobres a dependerem do aparato estatal, conduzindo-os para uma pobreza extrema (PEREIRA, 2007). Na realidade, o liberalismo apregoa que o Estado deve prover apenas os mínimos sociais para que os indivíduos não se tornem dependentes do mesmo:

(...) não haveria porque criar sistemas de proteção social aos pobres, nem mesmo no âmbito das instituições privadas, pois tal atitude impediria o processo de *adaptação social* por meio do qual os indivíduos adquiririam a necessária capacidade para participar de um mundo mais diferenciado e complexo (PEREIRA, 2007: 107).

Segundo Faleiros (2007) as iniciativas de proteção social também circulavam dentro da Igreja Católica e a encíclica *Rerum Novarum* buscava proteção aos trabalhadores com a pretensão de harmonizar as relações dos ricos com os pobres. Além disso, havia a defesa da propriedade privada dos meios de produção e a Igreja era contrária ao movimento de luta de classes. A encíclica difundia também a idéia de que os pobres deveriam receber as sobras dos ricos. Contudo, nesse período, os

trabalhadores, mesmo quando desempregados, continuam a contribuir com os impostos. Nessa medida, em síntese, pode-se afirmar que “são os pobres que financiam seus próprios benefícios” (FALEIROS, 2007: 48).

Além disso, o Estado liberal buscava manter a ordem social, por meio de punição à vagabundagem e as ações de cunho social não assumiam um caráter garantidor de direitos, mas estavam associados a aspectos morais. A disseminação da caridade e ações estritamente filantrópicas era a forma de combater as misérias e de reiterar os deveres morais. Acresce-se a isso, o fato das legislações terem caráter repressivo e punitivo, a exemplo do Estatuto dos Trabalhadores, do Estatuto dos Artesãos, da Lei dos Pobres, da Lei de Domicílio, entre outras (Castel, 1998).

Portanto, as primeiras legislações criadas distinguiam a sociedade entre “pobres merecedores” e “pobres não merecedores”, ou seja, o primeiro se tratava de pessoas incapazes de realizar qualquer atividade laboral e, portanto, merecedores de algum tipo de assistência – restrita e mínima – muito ligada aos deveres morais e cristãos de caridade, não assumindo uma perspectiva de direito. Os não merecedores estavam na categoria de trabalhadores visto que eram possuidores de capacidade, mesmo que mínima, para desenvolver algum tipo de atividade laboral (Behring e Boschetti, 2007).

É nesse cenário, nas relações de exploração do capital sobre o trabalho que vão se manifestar as muitas faces da questão social no campo capitalista onde surgem, como respostas e maneiras de enfrentamento, as iniciativas de proteção social e as políticas sociais ainda que assumindo um caráter fragmentado e setorializado (Behring e Boschetti, 2007). Segundo as autoras, a questão social está estritamente relacionada à maneira com a qual a sociedade se organizou num determinado período da história.

Na visão de Faleiros a perspectiva liberal predominante à época percebia as questões sociais como individuais:

Essa liberdade aparece aos indivíduos como a *livre escolha* tanto do trabalho (patrão) como dos serviços e condições oferecidos pelo

Estado. Ilusoriamente, crêem eles ser donos de seu destino e depender deles adotar uma ou outra opção, fazendo maior ou menor esforço para superar as suas dificuldades. As situações sociais são transformadas em problemas individuais, como se as oportunidades fossem iguais para todos, dominantes e dominados, exploradores e explorados, ricos e pobres, e como se a ascensão social dependesse de cada um. (Faleiros, 2007: 24).

O Estado capitalista assumiu as características liberais dando à questão social, apresentada no final do século XIX, resposta altamente repressiva e apresentou poucas iniciativas legais, provocadas pela classe trabalhadora, no estabelecimento de pequenas melhorias para as condições de vida deste segmento (Behring e Boschetti, 2007, 63).

Os conservadores defendiam o *laissez-faire* porque buscavam esta liberdade absoluta para o comércio e sua produção. Neste sentido, estabeleciam um liberalismo radical totalmente oposto às idéias de instalação de um Estado interventor no campo social, e dessa forma, defendiam a permanência forte do mercado. Além disso, as pessoas que tinham condições de trabalho não poderiam receber qualquer ajuda do Estado ou da Igreja, uma vez que as ajudas estavam reservadas apenas para os inválidos, estes por sua vez estariam nestas condições pela imperfeição e natureza humana e não pelo processo social de distribuição desigual de riqueza (FALEIROS, 2007).

No final do século XIX e início do século XX observou-se uma inquietação por parte do movimento operário - classe trabalhadora - que, neste momento histórico, mobilizava-se e organizava-se para provocar mudanças nos campos dos direitos sociais e políticos. O movimento da classe trabalhadora provocou a organização de sindicatos e o surgimento de partidos políticos. Todas as iniciativas e ações da classe trabalhadora contribuíram para a eliminação de um Estado estritamente restrito (COUTINHO, 1989).

Faleiros aborda o assunto e conclui que as políticas sociais são ganhos conquistados por meio de duras lutas e processo de relação de forças:

As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes

forças sociais, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico de acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou uma outorga do bloco do poder. Elas são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças (FALEIROS, 2007: 62).

Corroborando com Faleiros, Coutinho (1989:54) afirma que “o Estado já não representa apenas os interesses da burguesia; ele é obrigado, pela pressão ‘de baixo’, a se abrir também para outros interesses, provenientes de diferentes classes.

Diante das forças políticas e sociais que se apresentam em toda a sociedade é que o Estado vai se modificando e se moldando a fim de assumir um sistema que venha garantir os direitos de cidadania. Percebe-se com isso, a nova configuração entre Estado, sociedade e economia que vai sendo mudada à medida que surgem as contradições políticas, culturais e sociais e novos espaços.

Navarro (1997), por exemplo, afirma que entre os anos 50 e 60 a força da classe trabalhadora que se expressava através dos sindicatos já enxergavam resultados: a obtenção de direitos trabalhistas e aumento dos salários. É bem verdade que a pressão dos trabalhadores ameaçava a ordem social principalmente com as iniciativas de greves em que pese a oscilação do grau de participação no processo de trabalho em virtude da classe trabalhadora, naquele momento, depender dos donos dos meios de produção, ou seja, dos proprietários das empresas. Esta iniciativa estava instalada pelas idéias dos sindicatos e, além disso, interessavam-se também pelas relações de poder que se instalava dentro do próprio espaço de trabalho e que vai desencadear também nas “relações de poder fora da empresa” (92).

As políticas sociais foram assumidas de forma mais ampla pelo Estado Capitalista, no final do século XIX, com um processo sistemático oriundo da luta da classe trabalhadora (Behring e Boschetti, 2007, 65). Porém, o surgimento de políticas sociais não aconteceu ao mesmo tempo e nem da mesma forma em todos os países, sobretudo porque o mesmo pode ser associado a diferentes ritmos e pressão da classe trabalhadora, bem como ao desenvolvimento das forças produtivas e ao próprio comportamento estatal.

Por outro lado, a implantação do *Welfare State* (Behring e Boschetti, 2007:67) serviu como um mediador civilizador da crise do capital e do enfraquecimento da ideologia liberal no final do século XIX e início do século XX. Nesse contexto, dois aspectos contribuíram para a implantação do Estado de Bem Estar Social. A força e o crescimento do movimento operário pressionaram a burguesia - donos dos meios de produção – a reconhecer que a classe trabalhadora deveria ter direitos sociais e políticos garantidos, uma vez que essa classe já ocupava espaços significativos de decisão política e social. O segundo aspecto foi marcado pelo crescimento e concentração do capital e pelos desdobramentos políticos, econômicos e sociais das duas guerras mundiais.

Acresce-se às duas grandes guerras mundiais, a crise de 1929 a 1932, período conhecido como a grande depressão decorrente da queda financeira da Bolsa de Nova York que se espalhou pelo mundo inteiro. Faleiros (2007: 73) aborda que nesse período instala-se diante do mercado capitalista a superprodução e o subconsumo. Vale destacar ainda, que o processo da industrialização incentivou a produção de máquinas provocando um desequilíbrio em virtude de estas estarem ocupando o lugar da mão-de-obra, produzindo um aglomerado de pessoas sem oportunidade de trabalho.

O cenário de incertezas decorrente da depressão econômica com a queda da bolsa em 29 põe em xeque várias iniciativas e práticas do liberalismo para resolver as demandas sociais provenientes da pressão dos assalariados e intensificação da pobreza. Couto, ao tratar do assunto expõe que:

Foi por meio das reivindicações por serem reconhecidas as precárias condições de trabalho e de vida que a crise do capitalismo de 1929 trouxe à tona a insuficiência do sistema de auto-regulação do mercado e a necessidade de intervenção mais efetiva do Estado na regulação da economia, agora não mais à margem do processo econômico, mas como promotor de uma política econômica, baseado principalmente nas idéias de Keynes (COUTO, 2008: 63-64)

Constitui-se, nesse momento, uma articulação dos donos dos meios de produção junto ao Estado para buscar maneiras diferenciadas que pudessem ter um caráter

mais generalizado no que diz respeito aos benefícios e seguros que eram oferecidos aos trabalhadores em virtude da própria pressão dos operários (FALEIROS, 2007, 50).

Nesse momento, busca-se uma alternativa para manter a procura de bens e serviços para que o capital não fosse prejudicado. John Maynard Keynes (1883-1946) começa a defender um novo modelo de Estado, no qual o trabalhador pudesse adquirir novamente o seu poder de compra em virtude da manutenção da procura de bens e serviços. Assim, o economista inglês, buscou ampliar os gastos públicos com o intuito de trazer para o mercado de trabalho, os desempregados, na tentativa de estimular a demanda. Neste sentido Pereira (2008) traz sua análise sobre o *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social:

Sabe-se que o *Welfare State* com as suas políticas; seu aparato institucional, suas justificações teóricas e ideológicas e seu acervo técnico-profissional é parte integral do sistema capitalista. Isso quer dizer que ele, como um complexo moderno de proteção social, ancorado nos conceitos de seguridade e cidadania social, não surgiu, resgatando Fraser, como um coelho da cartola de um mágico. Muito do que hoje se conhece do *Welfare State* tem a ver com os rumos adotados pelo sistema capitalista, que deixou de ser liberal, nos anos 1940, por uma questão de sobrevivência, para se temporariamente regulado (PEREIRA, 2008: 87).

A proposta keynesiana ganha força e começa a ser aplicada em alguns regimes políticos (Behring e Boschetti, 2007: 71), Assim, alguns governos começam a buscar meios de reparar os danos causados pela crise ao capital financeiro, estabelecendo medidas anticíclicas por meio da implantação das políticas sociais que pudessem, sem perder o foco central que seria o capital, reverter o processo de superprodução, superacumulação e conseqüentemente, subconsumo.

A figura do Estado interventor ganha força e passa a ser relacionada diretamente às políticas do “pleno emprego e maior igualdade social” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007:86). A geração de emprego por meio dos serviços públicos e de iniciativas estatais estimulando atividades econômicas passam a nortear as ações de Estado, alargando a renda da população e ampliando o acesso aos serviços públicos.

As iniciativas voltadas às políticas sociais se consolidam e são legitimados os direitos sociais. Contudo, é bom lembrar, que o Estado de Bem Estar Social, o *Welfare State*, não representa mudança estrutural da sociedade capitalista, em que pese os vários avanços sociais observados durante esse período sob esse modelo, “Esta foi a fase de ouro das políticas de proteção social, na qual a otimização da satisfação das necessidades humanas básicas tornou-se uma tendência promissora, a partir da Europa (PEREIRA, 2007: 112-113).

Cabe ressaltar, no entanto, que tanto o Estado liberal quanto o Estado social não deixam de lado a preocupação da manutenção dos fundamentos do capitalismo (Behring e Boschetti, 2007, 63), e, portanto, estão sujeitos a avanços e retrocessos sociais a depender dos interesses do capital e das configurações hegemônicas do poder vigente observadas. Até porque, como salienta Faleiros (2007):

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 2007: 8)

Nessa medida, o Estado social pode refletir a força do mercado a despeito da prestação de benefício e serviços à comunidade, sobretudo porque “...no Estado de Bem-Estar social, a maior ou menor restrição ao acesso a bens e serviços sociais está articulada ao desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições” (FALEIROS, 2007: 26).

Os anos dourados, iniciados após a segunda guerra mundial - do capitalismo regulado não duraram muito tempo. A partir da década de 60 o modelo vai perdendo força em decorrência dos pequenos índices de crescimento aliados a grandes taxas de inflação (BEHRING e BOSCHETTI, 2007), produzindo no ideal neoliberal força para modificar o modelo ora implantado.

O neoliberalismo, na Europa e na América do Norte, surge depois da década de 45, como uma reação ao Estado do bem estar social cujas ações intervencionistas limitavam o desenvolvimento do mercado capitalista tal qual o ideário liberal. Nessa

medida, colocava-se contrário ao pensamento keynesiano por entender que tal modelo provocou uma desestrutura no processo de acumulação capitalista. A idéia principal era fortalecer o Estado para que o mesmo pudesse quebrar o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro, bem como se transformar no Estado fraco para as intervenções sociais e econômicas. A meta era trazer de volta a estabilidade monetária através de uma retomada disciplinar orçamentária que conseqüentemente desencadearia a diminuição brusca nos gastos públicos no campo social provocando o desemprego em massa e assim, enfraquecer os sindicatos (ANDERSON, 1995).

Segundo visão de Coutinho (1989) os neoliberais buscavam o retorno ao Estado-mínimo:

A solução apontada por esses liberais que fetichizam o mercado seria o desmonte do Welfare State: eles pregam o retorno a um Estado-mínimo, mediante uma drástica redução dos direitos sociais, das políticas sociais públicas, e, se preciso (como o caso chileno o comprovou), até dos direitos políticos. Essa redução é vista como condição para a garantia dos 'direitos civis' (ou, mais precisamente, da liberdade de mercado e da propriedade privada) (COUTINHO, 1989: 59).

Couto (2008) enfatiza que essa nova ordem social, inserida nos ideais neoliberais, caracteriza-se pela mercantilização das políticas sociais.

(...) o projeto de Estado fundado nesse paradigma sustenta o retorno à ótica da sociedade civil para reconhecimento dos direitos, dando sustentação ao âmbito dos direitos individuais. Já no campo dos direitos sociais, retoma a lógica do mercado e da filantropia para o atendimento das demandas geradas por eles. Se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los no mercado, transitando, assim, da ótica do direito para a da mercadoria. Se não possui condições de comprá-los, deverá acessá-los através da benevolência da sociedade, que retoma o papel de responsável por atender às demandas sociais (COUTO, 2008:72).

Ao desenvolver o argumento acima, a autora expõe as implicações e desdobramentos da adoção do modelo neoliberal, como por exemplo, a desregulamentação dos direitos sociais e a mitigação de direitos para aqueles países que adotaram o sistema de proteção social, "baseado numa trajetória de

construção de pactos e leis fundamentados nas lutas sociais e com tradição de participação social e democrática (COUTO, 2008: 73).

É fato perceber, diante do exposto, que o declínio do Estado de Bem Estar Social carrega consigo a crise do pensamento democrático e igualitário e transforma-se em ideais de cunho individual em que o Estado interventor deve deixar de existir para que uma nova ordem social tenha força: o desmonte dos direitos sociais a partir da retomada liberal.

3. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ROMPENDO COM O ASSISTENCIALISMO PARA EFETIVAR DIREITOS

Este capítulo busca expor a Política de Assistência Social brasileira a partir de uma perspectiva historiográfica com o intuito de apontar as mudanças conceituais que ocorreram a partir dos novos marcos político-jurídicos como a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005. Para isso, aponta que as características assistencialistas e filantrópicas presentes inicialmente nas experiências de Assistência no Brasil vão sendo substituídas por uma concepção democrática de política pública.

É importante destacar que a Assistência Social no Brasil, em sua origem, apresentou caráter puramente assistencialista, clientelista com prestação de serviços filantrópicos à comunidade, distanciando-se de uma política de direito. Compreende-se assistencialismo o acesso a um serviço percebido como doação ou benesse e o estabelecimento de uma relação de poder na qual a subserviência daquele que recebe é exigida por aquele que doa, constituindo-se dessa maneira, segundo Sposati (2004), um sistema de dependência e apadrinhamento.

As primeiras legislações observadas no Brasil, a exemplo da Lei Eloy Chaves em 1923, no qual cria a Caixa Previdenciária dos ferroviários, e da Lei que assegura indenização de acidente de trabalho por seguradora privada em 1919 podem ser visualizadas como os primeiros passos das políticas sociais no Brasil (MOTA, 2005). Na análise de Boschetti (2007), durante esse período, as ações de Estado não contemplavam os direitos sociais tais quais são concebidos na ordem constitucional de 88, até porque os dispositivos normativos, a exemplo do Código de menores aprovado em 1927, apresentavam orientações restritivas ou estritamente punitivas aos jovens à época, qualificados como “*delinqüentes juvenis*”.

A acolhida às famílias era visto como uma iniciativa de bondade ou benemerência de quem oferecia. O receptor deste atendimento era visto como pobre sinônimo de vítima e incapaz. O atendimento não tinha continuidade e a forma como este amparo

aconteciam tinham características clientelistas e não geravam compromisso de um com o outro. Além disso, as famílias não podiam reivindicar ou reclamar pela prestação dos serviços já que se tratava de um favor e não direito (BRASIL, 2006:12).

Segundo Sposati (2007), os pobres eram vistos, neste momento inicial, pela parcela da sociedade que exerciam a solidariedade, como grupos especiais, excluídos da sociedade, frágeis ou doentes. Essa rede social compreendia a assistência como um gesto de benevolência e caridade para com o próximo. Nesse período as relações entre o poder público e as instituições privadas assistenciais eram marcadamente pautadas por uma visão filantrópica e assistencialista. Percebe-se com isso que, conforme aborda Alayon (1989), a assistência social ainda não tinha avançado para uma agenda no campo das políticas econômica e social.

As décadas de 30 e 40 se constituíram em um marco político do Estado brasileiro em relação à Política de Assistência Social com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Até este momento o amparo aos menos favorecidos ficava ainda sob responsabilidade de instituições religiosas e filantrópicas, desresponsabilizando o Estado do seu papel (BRASIL, 2006).

Os serviços de amparo social prestados neste período para as famílias e indivíduos não atendiam as necessidades básicas dos mesmos que ficavam à mercê da ação das entidades sociais e religiosas e das primeiras damas. Os assistidos eram vistos como incapazes de construir seus interesses próprios e de se organizarem política e socialmente (SPOSATI, 2004).

As políticas sociais se desenvolvem no Brasil nos anos 30 a 64 com base em novas relações entre Estado/Sociedade a despeito de se observar ainda coberturas bastante restritivas dos programas implantados. É no governo Vargas com a política trabalhista que as políticas sociais brasileiras começam a ganhar força. A criação do sistema de seguro social e os mecanismos legais e institucionais para implementação de uma política previdenciária e de saúde passam a fazer parte da agenda política do governo. O sistema de seguros - mesmo a passos lentos - vai

sendo implantado, porém com restrita cobertura, sendo contemplados apenas trabalhadores marítimos, estivadores industriais e bancário. Neste período vão ser criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) (FALEIROS, 2000). Boschetti ao analisar as ações e programas do período, expõe a fragilidade dos mesmos em virtude de não atenderem as demandas da época :“Os IAPs ofereciam um conjunto de benefícios e serviços de acordo com a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, que não eram uniformes...” (Boschetti, 2007:107) . Além disso, os trabalhadores rurais não eram contemplados com o sistema de previdência (COUTO, 2008).

Foi na década de 30, sob a ditadura do Estado Novo, com o governo de Getúlio Vargas, que o Brasil presenciou mudanças quando o governo passa a colocar na sua agenda política responsabilidades de coordenar e regulamentar as funções econômicas, políticas e administrativas na área da assistência social. Nesse período, a concentração do poder estava nas mãos do CNSS criado em 1938 vinculado ao Ministério de Educação e Saúde (BRASIL, 2006).

O CNSS era formado por pessoas ilustres e atuantes na área da assistência social, indicados pelo presidente [...] A relação do governo federal no campo da assistência acontecia diretamente com as instituições, sem qualquer controle social ou participação dos governos estaduais e municipais [...] os olhos do governo federal estavam mais voltados para os trabalhadores, que se organizavam em sindicatos. Para estes Getúlio dirigiu sua atenção e tentativas de controle de suas ações, ou seja, de cooptação (BRASIL, 2006: 10)

A ditadura varguista, com características liberais, não permitia que os usuários pudessem participar das decisões no âmbito da assistência social, e conseqüentemente, as relações constituídas não eram democráticas (SPOSATI, 2007).

A década de 40 foi marcada por meio da Constituição Federal de 1946 pela desconcentração do poder que até então estava na esfera federal conduzindo para uma maior participação com os governos estaduais tanto no campo legislativo quanto no campo executivo. Na área social, pode-se citar a implantação da LBA, em 1942, que se espalhou pelo Brasil com a criação das comissões municipais, e

estimulavam o voluntariado feminino e a ação das primeiras-damas (BRASIL, 2006). A LBA foi criada para amparar os pracinhas brasileiros que estavam servindo a Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial (SPOSATI, 2007).

O atendimento aos pobres da zona urbana, o olhar para os indivíduos considerados inaptos ao trabalho, o atendimento à criança, o órfão, a pessoa com deficiência e a pessoa idosa nortearam as ações assistenciais nessa fase (BOSCHETTI, 2003). Cabe salientar que as famílias moradoras da zona rural não estavam contempladas nessas políticas e ações.

De 1946 a 1964 a atuação na área social teve duas características marcantes. A primeira foi o atendimento aos pobres garantido pelo repasse de recursos e liberação de pagamento de imposto para as instituições; a segunda, marca o atendimento destinado aos trabalhadores, que combinava ações assistenciais e educacionais, para atender os usuários que preenchiam os requisitos. O governo se associou aos empresários e fortaleceu a atuação do Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e outras instituições. O governo buscava com isso aumentar a competência profissional da população trabalhadora (BRASIL, 2006).

No ano de 1964, mesmo marcado pela ditadura militar, regime autoritário e anti-democrático, foram aprovadas emendas que criaram os Fundos de Participação para Estados e Municípios, estes fundos garantiam a transferência de recursos federais para outras esferas de governo (BRASIL, 2006).

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por crises no campo político, social e econômico e a população conviveu com a queda dos salários, com as crescentes desigualdades sociais e o silenciamento das reivindicações. O padrão de proteção social erguido nas décadas passadas perde força, mas continua baseado na concessão da seguridade social somente para os trabalhadores que contribuíam com a previdência. As ações assistenciais não se destinavam para aqueles que não tinham acesso ao trabalho e viviam das ações pontuais e dos favores da rede

assistencial (BEHRING e BOSCHETTI, 2007). SPOSATI aborda sobre a crise da década de 70, esclarecendo a nova posição das relações do trabalho:

O final da década de 70, além de manifestar a agudização da crise econômica e o desenvolvimento de “propostas sociais” do governo buscando conformar um discurso distributivista é também o momento no qual a questão social é resposta a partir de nova posição da força de trabalho (SPOSATI, 2007: 21).

Em 1974 é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), baseado na centralidade e exclusividade da ação federal. Anterior a este, havia apenas o Ministério do Trabalho e Previdência (SPOSATI, 2007).

“Nesse período as ações da área da assistência foram se burocratizando por meio da criação de regras, normas técnicas e critérios de atendimento da população cada vez mais rigorosos e excludentes” (BRASIL, 2006:16). O governo federal transformou a LBA em órgão governamental e ampliou sua atuação. Além disso, criou outras instituições que ofereciam serviços, programas e projetos segmentados por faixa etária ou por necessidade.

Em 1982, a eleição direta para governadores dividiu as forças políticas no País. O movimento pela descentralização e abertura democrática decorrente das forças políticas da sociedade civil ganha força. A organização da sociedade civil, marcada pela forte participação popular defendia a abertura política e a descentralização do poder.

Segundo Ferraz (2006) e Couto (2008), a década de 80 foi motivada no interior da sociedade brasileira, a resistência à dominação desencadeou propostas que incentivaram a criação de outros projetos de sociedade e Estado e modelos de democracia.

A sociedade brasileira até a democratização do País na década de 80 conviveu em grande medida, com o conservadorismo e o autoritarismo do projeto político do neoliberalismo que ia de encontro à idéia de que a sociedade deveria ser vista e tratada como sujeitos de direito (BIDARRA, 2006).

Assim, “A Assistência Social afirmada, sobretudo a partir da metade dos anos 80, é a Assistência como um direito social e como uma ampliação da cidadania” (SCHONS, 2003: 39). É a compreensão de que a Assistência Social não passa mais por uma prática compensatória idealizada pelo capitalismo, mas agora afirmada como um processo de luta dos trabalhadores pela efetivação e ampliação dos direitos sociais (MOTA, 1989).

Foi neste contexto histórico, dirigido sob os princípios da democracia, que se presenciaram significativas e importantes mudanças no campo dos direitos civis, sociais e políticos com a inserção de novas formas de organização da seguridade social brasileira. A assistência social passa a ser entendida como uma política social de natureza pública (COUTO, 2008).

Em que pese os avanços observados após a abertura política, Boschetti, chama à atenção de que a assistência social ainda traz traços filantrópicos e assistencialistas.

[...] a assistência social, mesmo quando ainda não tinha o status de direito, resulta da construção de um conjunto de práticas com função protetora, integradora e preventiva, que se inicia em sistemas relacionais comunitários (família, vizinhança e trabalho), sob a ótica da benemerência, mais que vai se deslocando destas relações e origina estruturas de atendimento privado e público cada vez mais complexo e sofisticados. Ou seja, a assistência social como política pública guarda traços das primeiras medidas filantrópicas, o que ajuda a explicar a insistente permanência de confusão entre assistencialismo, assistência e benemerência (BOSCHETTI, 2003:48-49).

É importante destacar que o silêncio ao qual se encontrava a Secretaria Nacional de Assistência Social, em 1984, foi derrubado pela iniciativa da Proposta Nacional de Assistência Social que traz consigo iniciativas para a compreensão de que é dever do Estado as políticas de proteção social. O Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND) é um instrumento que contempla a Assistência Social enquanto política pública e, além disso, vê o usuário enquanto sujeito de direitos. Ao contrário da ditadura varguista, este documento previa a participação dos usuários no âmbito da assistência social, colaborando com a queda da perspectiva caritativa e tutelar a qual era tratada esta política. É importante lembrar que neste mesmo ano, o então Presidente José Sarney, cria o Ministério da Ação Social (SPOSATI, 2007).

Com a aprovação do novo texto da Constituição Federal de 1988 e a luta da sociedade, a Assistência, junto com a Saúde e a Previdência, passa a integrar a seguridade social, cada uma dessas políticas atendendo a uma determinada demanda da sociedade, buscando romper no plano legal com a tradição clientelista e com a benesse. Contudo, ainda se percebe traços do assistencialismo e da filantropia nos dias atuais. Em seu Artigo I, do Capítulo I, a LOAS define a assistência social, assim como a Carta Magna, como política de seguridade social:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Campos (2006) compreende que esta iniciativa pública foi imprescindível para que o Estado reconhecesse os direitos dos usuários da política de assistência social.

O não-reconhecimento da assistência social como política pública, como política social destinada a atender a demandas coletivas e como dever do Estado, gera óbices consideráveis ao controle social, pois sendo processo de natureza política, somente terá lugar nas relações sociopolíticas que dão exterioridade aos interesses conflitantes. Um requisito insuprimível à exteriorização dos interesses é o reconhecimento, por parte do Estado e também do governante, dos direitos devidos aos destinatários da proteção assistencial (CAMPOS, 2006: 106).

Assim, a partir desse momento a Assistência Social passa a ser vista como Política Pública de Proteção Social, o que significa, segundo Yazbek (2004) "... uma mudança substantiva na concepção da Assistência Social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição não-política para o campo da política pública".

No final da década de 80, em 1989, cria-se o Ministério do Bem Estar Social que fortalece o modelo centralizador simbolizado pela LBA, ou seja, apesar desse avanço, o modelo já existente não é alterado. Em 1990, a primeira redação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é vetada no Congresso Nacional.

O primeiro projeto aprovado pelo Legislativo em 1990 foi vetado por Fernando Collor e já continha esse conjunto de idéias. A primeira gestação da menina LOAS teve aborto provocado. Mas, o processo social era extremamente fecundante e se fortaleceu na luta. Em seu veto Collor afirma que a proposição não estava vinculada a uma assistência social responsável. É realmente paradoxal. (SPOSATI, 2007:49)

Entretanto, em 1993 as negociações de movimento nacional envolvendo gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais com o governo Federal e representantes no Congresso pressionaram para a aprovação da LOAS, Lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 2005).

É o momento em que a sociedade brasileira atua em vista da democratização e ampliação de direitos sociais, da descentralização político-administrativa e da conquista de espaços públicos de participação popular, o que resultou uma reorganização institucional da Assistência Social no País com a criação da LOAS.

Direito à Assistência Social é dever de Estado, e não, compensação do mercado. A menina LOAS, que não tem nada de parentesco com a Assistência Social conservadora, não é consanguínea com ações compensatórias. Nela a transfusão, com este tipo de sangue entra em choque. Seu tipo sanguíneo combina com proteção, segurança social, seguridade social. Vamos parar de tentar matá-la ou torná-la anêmica com tanta transfusão errada. Isso pode ser um crime! (SPOSATI, 2007:13).

A LOAS dispõe sobre a organização da Assistência Social e regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, privilegiando a descentralização da assistência e a participação da população na formulação das políticas sociais, propondo assim o exercício do controle social exercido pela sociedade civil na gestão e execução das políticas de Assistência Social, através das instâncias de negociação, espaços que vão reunir os representantes do governo e ou da sociedade, com os Conselhos de Assistência Social (BRASIL, 1993).

Carvalho (1994) assinala que a assistência social se inscreve como política pública no âmbito da seguridade social. Isto significa que ela se move no campo da proteção social e deve garantir mínimos de proteção social à população de que dela

necessitar. A missão da assistência social é estabelecida no âmbito setorial desta política, no entanto sua gestão nem sempre se dá neste mesmo *locus*. A assistência social enquanto política trabalha com dois paradigmas: o do direito constitucionalmente inscrito e o da solidariedade, isso demanda uma ação conjunta com ONGs, entidades filantrópicas e movimentos sociais. Esta ação precisa ser regulada por diretrizes, normas, prioridades.

A descentralização político-administrativa das ações foi um processo garantido tanto pela Constituição de 88 quanto pela LOAS e permite o rompimento de uma prática centralizadora dos governos, com o fortalecimento do poder local; ou pode ser percebida como forma de transferências de responsabilidade pública para os poderes locais e para a sociedade. Nesse contexto, não só a União como também os Estados e Municípios passam a ser co-responsáveis por reduzir a exclusão social. A parceria com a sociedade civil ganha força, o que não tira a responsabilidade do Estado na prestação dos serviços públicos e na salvaguarda dos direitos sociais:

...não há descentralização com fortalecimento do pacto federativo, sem que os estados tenham papel decisivo e explícito na condução da política de assistência social. O papel dos Estados está claramente subsumido e secundarizado no SUAS. Ora são chamados para operar serviços de alta complexidade, ora para atuar nas bordas da política como capacitador de recursos humanos (CARVALHO, 2006: 127).

É editada, em 1997, a primeira versão da Norma Operacional Básica (NOB) que conceitua o sistema descentralizado e participativo e amplia o âmbito de competência dos governos Federal, estaduais e municipais. A norma institui a exigência de Conselho Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) como instrumentos imprescindíveis para transferência de recursos federais aos municípios. A NOB configura-se como o resultado de formulação e debate na área da assistência social com centralidade e premência para o processo de consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 1998. A NOB consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre os três entes federados e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação,

visando à implementação e consolidação do SUAS no Brasil. Em 1998, a nova edição da NOB diferencia serviços, programas e projetos, amplia as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e cria espaços de pactuação e negociação (BRASIL, 2005).

Com o intuito de consolidar a LOAS, é aprovada a PNAS, um documento normatizador das ações de assistência social que define diretrizes, princípios, estratégias e formas de gestão da assistência social, e estabelece as competências entre as três esferas de governo e permite a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, caracterizando-se pela intersectorialização, isto é, pela ação conjunta com as demais políticas. Ela expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social (BRASIL, 2005).

Em 2004 é criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), que acelerou e fortaleceu o processo de construção do SUAS e em 2005 o MDS apresenta proposta para NOB 2005, texto debatido em seminários municipais e estaduais, apoiados pelo Ministério e que teve sua versão final aprovada em 14 de julho em reunião com o Conselho Nacional de Assistência Social e, em agosto o SUAS vira realidade (BRASIL, 2005).

É importante observar que os serviços indicados e normatizados na NOB 2005 não foram novidades enquanto prática da assistência social, “mas são novos na sua lógica organizativa, operativa e de funcionamento” (CARVALHO, 2006:126)

Sposati (2004) compreende a assistência como acesso a um bem, de forma não contributiva, ou através de contribuição indireta, pela alocação de recursos governamentais que podem ser redistribuídos para atender a uma necessidade coletiva, considerada prioritária, para garantir um dado padrão de condições de vida e de direitos a todos os cidadãos. Para a autora, várias políticas públicas podem ter a presença da assistência, ou a função programática assistencial, sem que, com isto, sejam assistencialistas ou protecionistas no mau sentido, isto é, subalternizadoras e tuteladoras. A assistência social como política pública se ocupa

do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos dos mínimos de cidadania e dignidade.

Potiara Pereira (1991) concorda com Sposati e distingue a assistência social "*stricto sensu*" da assistência social "*lato sensu*". A assistência social "*stricto sensu*" é a ação tópica, circunstancial e sem garantia legal, voltada administrativamente para carências sociais graves, que deixaram de ser assumidas pelas políticas socioeconômicas setoriais. Assistência, nesta ótica, é sinônimo de emergência, de amadorismo e de ausência de planejamento, de espírito crítico, de indignação e de visão de conjunto. É a antipolítica social ou a ação eventual e incerta. Em contraposição a este perfil de assistência, que é a que prevalece no Brasil, Pereira (1991) defende um perfil mais lato, escorado em planejamento de políticas inclusivas com interfaces com todas as políticas sociais setoriais e com políticas de conteúdo econômico.

Pereira (1991) conclui que a assistência é a condição necessária para que as políticas de atenção às necessidades sociais, engendradas pelos mecanismos excludentes do mercado de trabalho, se efetivem como direito de todos. Sem a assistência, as políticas sociais setoriais tendem a se elitizar, a se fechar na sua especialização e é ela quem tem o imperativo de lidar com os segmentos populacionais situados na base da pirâmide social e de se colocar como a via de denúncia da cidadania negada a esses segmentos. "Assim, cabe a Assistência Social ações de prevenção e provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais" (SPOSATI apud YAZBEK, 2004:14).

A assistência social foi reconhecida como direito, tornando-se uma política social, o que apesar das contrariedades e das limitações, permite ao cidadão brasileiro o acesso a serviços sociais e a participação em espaços públicos. O que significa, segundo Yazbec (2004:92) "... uma mudança substantiva na concepção da Assistência Social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição não-política para o campo da política pública".

José Paulo Netto, afirmou durante sua palestra na II Conferência Nacional de Assistência Social que:

Como componente da seguridade social, a assistência social é medida legal e legítima que visa oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelo lado contributivo da seguridade social. A assistência social visa livrar esses cidadãos não só dos infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã, protegendo-os das adversidades causadas por enfermidades, velhice, abandono, desemprego, desagregação familiar, exclusão social. (II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MPAS, 1997).

No entanto, cabe ressaltar que é necessário que os olhares estejam guiados pela política de garantia de direitos para que a assistência social não tome outra direção que não seja a de fazer parte do sistema de proteção social brasileiro, e, ao mesmo tempo, que continue sendo reconhecida, mesmo nos dias atuais, como uma política pública não assistencialista.

4. PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: INSTRUMENTOS DE AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA

Todo indivíduo é atraído a participar de grupos e atividades coletivas no decorrer de sua vida. Por opção ou não, a participação em grupos faz parte do cotidiano de cada um, que por sua vez busca, nessas ações, objetivos que certamente de forma individual não conseguiria atingi-los, a exemplo da organização política em prol de um regime democrático. Tenório (2007) ao abordar a realidade cotidiana de cada ser humano ressalta essa tendência à participação por escolha ou determinação. Defende a idéia de que o ser humano não consegue viver sem ao menos se relacionar e/ou participar de algo. A despeito dos diferentes sentidos possíveis de serem atribuídos ao termo participação, o mesmo deverá ser compreendido, nesse estudo, a partir do enfoque político e como ação necessária à efetivação de um Estado Social Democrático de Direito.

Segundo Nogueira (2005) podemos observar quatro formas de participação no mundo capitalista de acordo com a conjuntura histórico-social, que se combinam de diversas maneiras, que são: a participação assistencialista, de natureza filantrópica ou solidária; participação corporativa; participação eleitoral, e a participação política. Esta última será abordada ao longo deste estudo e se caracteriza pela atuação democrática dos sujeitos no exercício de direitos e no exercício do controle social.

Para analisar a participação e o controle social na nova estrutura das políticas públicas brasileiras, o trabalho se debruçará no processo democrático e em especial, no conceito de cidadania.

Segundo Gomes (1999) cidadania deve ser compreendida como a participação consciente e responsável dos cidadãos e cidadãs, cuja preocupação consiste em zelar para que os seus direitos não sejam violados e, tampouco, os direitos do outro sejam desrespeitados:

A construção da cidadania se universaliza e exige um esforço coletivo dos incluídos e excluídos para eliminação da exclusão. Todos somos convocados independente de credo, da posição social, das condições econômicas a formarmos redes de solidariedade que visem não somente suprir as carências sociais mas que sejam capazes de propiciar a realização das potencialidades de todos e de cada indivíduo (GOMES, 1999: 15).

Esta categoria expressa a igualdade dos sujeitos perante a lei e o pertencimento à cultura pública igualitária, com a criação de espaços de participação da sociedade civil na vida pública do País. O conceito de cidadania no século XXI ganha novas nuances com uma atribuição mais ampla de sentidos, contudo, não se pode restringi-lo apenas ao direito de se obter benefícios no campo econômico e tampouco a mera enunciação de direitos formais, ao contrário, o mesmo deve ser associado ao direito do sujeito exercer um papel pró-ativo no campo político o “direito de vez e voz”.

Nessa medida, o efetivo exercício de cidadania deve ser associado a regimes políticos democráticos, pautados em valores de igualdade social, e voltados à proteção e garantia de direitos fundamentais da pessoa humana na perspectiva de uma cultura democrática, cidadã e equânime (TEIXEIRA, 2002).

Raichelis (1998) destaca que a sociedade civil deve estar qualificada, com um olhar mais crítico em relação ao seu papel dentro da comunidade a qual pertence. Assim, a sociedade civil organizada é apreendida enquanto esfera pública não-estatal, como protagonista de novos canais de mobilização a atuação política.

Diante disso, o exercício de cidadania exige algo mais que o voto e a esperança de transformações imediatas, sobretudo porque necessita de uma participação efetiva da população em favor da coletividade. Diante disto, cidadania não é algo pronto e acabado, sua efetivação acontece num processo de conhecimento e conquista de direitos através da sensibilização quanto à importância no envolvimento do cidadão na vida pública do País. Processo este que implica no reconhecimento de que, todas as políticas públicas desenvolvidas nas esferas municipal, estadual ou federal,

dependem de uma participação efetiva do indivíduo nesses espaços, para que seja reflexo da realidade local (TEIXEIRA, 2002).

Corroborando com o assunto, Raichelis (1998) compreende que o conceito de cidadania tem por base assegurar os direitos fundamentais, despertando entre os cidadãos e cidadãs a consciência do direito a ter direitos, num processo de socialização contínua da ampliação dos direitos já conquistados. A interlocução entre a sociedade política e a sociedade civil se torna cada vez mais crescente na direção da universalidade dos direitos de cidadania, ou seja, o direito de todos de participar.

É importante compreender que esta participação visa provocar o combate à indolência política, e monitorar as ações estatais quanto ao acesso à educação, ao desenvolvimento das ações de proteção à infância e à adolescência, à saúde, enfim o acesso, a direitos e interesses sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, como o conjunto de bens e valores necessários à construção da verdadeira cidadania, a partir das garantias contidas desde o artigo 193 até o artigo 217 (BRAVO, 2002).

Como afirma IVO (2001:86), a Constituição de 88 contribuiu para o desenvolvimento de uma “nova consciência civil” conseguindo, naquele momento, superar as iniciativas particulares do poder político visando uma construção ampliada de articulação entre política e sociedade civil.

No Brasil, com o processo de redemocratização na década de 80, houve uma ampliação da participação popular na esfera pública, progredindo para um controle social das ações do Estado, o que diferencia do momento ditatorial anterior, onde o Estado tinha o controle absoluto da sociedade, podendo qualquer iniciativa de participação, mobilização ou reivindicação. Teixeira afirma que “[...] a participação é um instrumento de controle do Estado pela sociedade, portanto, de controle social e político: possibilidade de os cidadãos definirem critérios e parâmetros para orientar a ação pública” (TEIXEIRA, 2002, :38). Para Nogueira (2005:141) “participar passa a significar também uma forma de interferir, colaborar e administrar”.

Nogueira (2005) e Demo (2001) concordam em afirmar que toda expressão de participação perpassa por relações de poder, ou seja, é compreendida não como ausência ou superação de poder, mas como uma nova forma de expressão da mesma.

As novas configurações de participação incluem a sociedade como parceira na formulação e gestão das políticas públicas, contudo, reforça-se que a execução destas políticas é de primazia do Estado. Raichelis (1998) entende que a interlocução entre a sociedade política - Estado - e a sociedade civil se torna cada vez mais crescente na direção da universalidade dos direitos de cidadania, ou seja, o direito de todos de participar da vida pública, o que se consolida, nos espaços públicos principalmente dos Conselhos ou equivalentes. Para a autora, sem a participação ativa dos cidadãos e cidadãs, a democracia política e social não se sustenta.

Demo (2001) afirma que a participação é uma conquista processual e não deve ser entendida enquanto um processo suficiente e acabado, ou seja, não pode ser pensada na sua plenitude como uma participação completa. Para o autor (2001:19), “o espaço de participação precisa ser conquistado, centímetro por centímetro, o que ocorre muitas vezes é que não podemos andar a metro, mesmo porque todos os processos participativos profundos tendem a ser lentos”.

Portanto, o entendimento de participação e controle social desenvolvido neste estudo está diretamente relacionado ao processo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, por meio da participação social nos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, conforme previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRAVO, 2002). Nesta perspectiva, o autor salienta ainda que, a participação não é um instrumento apenas de controle, pela sociedade, para fiscalizar, mas, acompanhar, avaliar e propor através de uma “interferência política das entidades da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas na área social” (BRAVO, 2002:44).

Bravo (2002) compreende que a regulação estatal perpassa principalmente pelo direito do cidadão e dever do Estado e a participação é compreendida enquanto uma força contrária ao Estado:

A ascensão da proteção social à condição de direito do cidadão e dever do Estado representou, inegavelmente, um aperfeiçoamento político-institucional de monta no âmbito da regulação estatal; mas tal ascensão não se deu *por cima* ou *por fora* dos conflitos de classe. Nesses conflitos, ganha proeminência histórica à participação dos trabalhadores em sua luta contra o despotismo do capital e o poder tendencialmente concentrador do Estado (BRAVO, 2002: 33).

É evidente que a Carta Magna pôde proporcionar um alargamento no processo de participação popular na busca de suas necessidades e direitos (NOGUEIRA, 2005).

A abertura de espaços de participação pode, efetivamente, facilitar a obtenção de respostas para as demandas comunitárias, ampliar a comunicação entre governantes e governados, fornecer melhores parâmetros para a tomada de decisões e, nessa medida, fortalecer a gestão pública e promover a expansão da cidadania ativa. (NOGUEIRA, 2005:142 e 143).

Assim, é necessário repensar a tendência de se considerar as questões de cidadania como responsabilidade exclusiva do poder público, ou mesmo achar que na participação, se assume a responsabilidade que seria do Estado. As novas configurações de participação incluem a sociedade como parceira na formulação e gestão das políticas sociais, contudo, reforça-se que a execução destas políticas é de primazia do Estado e que a sociedade civil deve exercitar o controle social.

O controle social que se pretende alcançar não é apenas o de construção de uma cidadania de inclusão dos excluídos, mas também o de definir políticas no qual os cidadãos e as cidadãs possam participar mais amplamente nas definições do sistema ao qual estão incluídos numa perspectiva de construção de novos espaços. A sociedade civil, nesta perspectiva, tem o papel de exercer ações cidadãs que possam efetivamente identificar problemas e posteriormente lançar propostas às demandas da população (CORREIA, 2004).

Essa é a nova dimensão que emerge do atual processo social em que a sociedade civil, por meio da articulação de suas organizações representativas em espaços públicos - entre estes os Conselhos - passa a exercer um papel político de construir alternativas nos vários campos de atuação do Estado e de oferecê-las ao debate político, co-participando inclusive na sua implementação (CORREIA,2004).

Este autor reforça o sentido de controle social da sociedade civil sobre o Estado, numa perspectiva de co-participação, quando acrescenta:

[...] o controle social na perspectiva das classes subalternas visa à atuação de setores da sociedade civil organizada que as representam na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que estas atendam, cada vez mais, às demandas sociais e aos interesses dessas classes. Neste sentido, o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses desta classe tendo em vista a construção de sua hegemonia. (CORREIA, 2004:172)

Neste aspecto, as políticas públicas passam a incorporar, além da participação da sociedade civil um outro elemento primordial, que é o princípio da democratização no processo de sua formulação, gestão e controle. Segundo Demo: “ao lado do controle do poder, talvez se pudesse afirmar que o objetivo mais essencial da participação é a consolidação daquilo que chamamos cultura democrática” (DEMO 2001:78).

A democracia é regime político baseado na soberania popular e na distribuição eqüitativa do poder. Caracteriza-se pelo direito da população de participar das decisões sobre a administração pública, de forma direta (democracia participativa) ou indiretamente, por meio de representantes eleitos livremente (democracia representativa).

A democracia participativa, na visão de Campos (2009), se configura e se alimenta nos sujeitos coletivos, isto é, nos sujeitos organizados. Trata-se da articulação destes atores na perspectiva de se constituírem como fonte de poder que se

articulam, geralmente, em convenções e assembleias e significam exatamente um leque de sujeitos organizados segundo leis compreendidas por todos.

Na realidade a participação se torna uma arma importante no campo democrático já que se trata de uma transferência do poder político para a sociedade para que se possa projetar uma sociedade mais humana e para que as necessidades da coletividade sejam atendidas através da gestão dos recursos públicos (VITULLO, 2008).

De acordo com Sachs (1999) o surgimento da sociedade civil auto-instituída, com uma parceria social independente, deverá modificar completamente os sistemas de governo e regimes políticos. Nessa conjuntura o autor apresenta a possibilidade da sociedade civil tornar-se um terceiro sistema de poder, ao lado do poder político e do poder econômico. Os movimentos dos cidadãos devem ter, portanto, uma oportunidade permanente de participação no governo nos níveis local, regional e nacional, ao lado dos partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e do empresariado organizado.

Em minha opinião, uma tal participação deve assumir forma de um diálogo e negociação quadripartite permanentes, em torno de estratégias de desenvolvimento e procedimentos de implantação escolhidas em comum acordo entre os participantes, convertidos em conjuntos de contratos que estabeleçam as responsabilidades dos stakeholders, até se chegar a um pacto para o desenvolvimento. (SACHS, 1999:206)

Na visão do autor a democracia pressupõe representatividade e participação dos atores políticos. Dessa forma ela só terá possibilidade de acontecer plenamente quando todos os atores sociais e políticos estiverem ligados uns aos outros e quando a representatividade estiver associada à limitação de poderes e à consciência de cidadania. É necessário potencializar a democracia, a solidariedade e a participação de todos no processo: estado e sociedade civil.

Bravo (2002), em sua análise, considera o conceito de democracia na perspectiva de diversos autores:

A noção de democracia é concebida por diversos autores como um processo histórico e está relacionada à soberania popular. Nessa concepção, a democracia representativa é considerada uma vitória dos movimentos organizados da sociedade civil; entretanto, é percebida como uma vitória parcial, uma vez que a sociedade capitalista exige a hegemonia da classe capitalista dominante, havendo um limite interno, pois as principais decisões econômicas são tomadas pelo poder privado (BRAVO, 2002:45).

Vários são os canais de participação possibilitados pela Constituição Federal de 1988, que permite e privilegia o cidadão na perspectiva de uma participação cidadã. (TENÓRIO, 2007).

Os Conselhos é um dos espaços apropriados na busca de efetivação da cidadania. É neles que a sociedade civil e o Estado, trabalham em conjunto discutindo políticas públicas e problematizando a realidade local, em busca de resultados voltados para a população como um todo e estes existem em todos os níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal – tendo caráter permanente, deliberativo e com participação de membros representantes do poder público e da sociedade civil (RAICHELIS, 1998).

Os Conselhos passam a ser uma estratégia governamental para a erradicação de focos de resistência à ideologia autoritária do regime militar que antecedeu a redemocratização do país na década de 80, através da promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste sentido a Carta Magna, já em seu art.1º, sinaliza para uma participação democrática e cidadã (RAICHELIS, 1998).

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: (...) Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 2002).

Nesse sentido, a Constituição Cidadã de 1988 - produto da história de um povo em busca da liberdade de expressão e participação suprimidas pela repressão militar (1964-1985) - expressou a efetividade dos direitos inerentes à cidadania, abrindo espaços de participação à população.

Para efetivar os direitos contidos na Constituição Cidadã, houve a necessidade progressiva de novos canais institucionais de representação de interesses que possibilitassem a expressão e o reconhecimento das demandas populares no campo das políticas públicas, bem como, de canais não necessariamente institucionais, que viabilizassem a publicação das identidades e práticas socioculturais propiciando debates sobre a construção de uma nova esfera pública (RAICHELIS,1998).

Assim, há um avanço nas práticas democráticas brasileiras a partir da criação dos Conselhos de Gestão que possibilitaram a participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas que atendam aos interesses da coletividade, podendo ainda ser fiscalizadas e redefinidas de acordo com esses interesses o que se consolida, nos espaços públicos segundo o entendimento de Raichelis (1998).

Para Demo (2001), os Conselhos têm funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras fundamentais para a gestão democrática das políticas públicas. Contudo, alerta que a participação efetiva do cidadão na sociedade, por meio desses canais de participação, ainda é tímida em virtude da dificuldade de compreensão e importância de sua participação, assim como de sua organização.

De acordo com Ivo (2001) participação política essa diretamente relacionada a própria participação dos conselheiros e das conselheiras na tomada de decisões e/ou deliberações a respeito das políticas sociais. Ressalta que as iniciativas tenham caráter ético e que estejam comprometidas com o desenvolvimento local.

Nesse contexto, Demo (2001), destaca o respeito à autonomia dos conselheiros enquanto sujeitos de transformação social, uma vez que se propõem a contribuir e participar com responsabilidade, dos projetos sociais, na perspectiva de melhorar a qualidade da participação cidadã, nos espaços públicos.

Depreende-se disso que ao exercer a democracia participativa os conselheiros devem buscar, através do diálogo, ações e deliberações sobre as questões de interesse coletivo. Sendo assim, a esfera pública deve ter como elementos

construtivos: Viabilidade social – as ações dos atores sociais envolvidos devem se apresentar de forma transparente; Controle Social – a sociedade civil organizada deve fiscalizar as ações do Estado; Representantes de interesses coletivos – a cidadania deve ser exercida de forma a representar interesses coletivos; Democratização – ampliação dos espaços políticos, respeitando as diferenças de opiniões entre os atores sociais envolvidos; Cultura pública – construção de uma nova cultura em torno do uso indevido da *coisa pública*, Buscando assim uma conscientização de que o público não pode ser utilizado como se privado o fosse (RAICHELIS, 1998).

Ainda nesse sentido, Paulo Freire afirma o seguinte: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996: 24).

Raichelis (1998) ressalta que estas instâncias representam um lugar de participação e decisão, negociação e encaminhamento das demandas da sociedade, permitindo a participação social e promovendo a gestão democrática, sobretudo porque “(...) as políticas sociais facultam direitos políticos e mantêm vínculos estreitos com um projeto democrático, de justiça, redistributiva e social” (IVO, 2001), e é neste cenário que se insere os conselhos enquanto órgãos deliberativos de controle das ações estatais no âmbito das políticas sociais contribuindo para a qualidade das mesmas e para a efetivação dos direitos dos cidadãos.

Acresce-se a isso o fato da Carta Magna de 1988 vislumbrar a possibilidade de democratização das políticas públicas, com a possibilidade da sociedade civil, ingressar nos processos de decisão política e na administração pública, em que os poderes são transferidos do nível nacional, estadual e regional para o local, reconhecendo, desse modo, a esfera pública como instância central da gestão e a comunidade local como parceiras nas tomadas de decisões.

Foi neste contexto, fazendo parte dos movimentos da sociedade civil na luta pela redemocratização do País que os Conselhos tomam força e forma. Vale salientar que, segundo Raichelis (2000), estes não são os únicos espaços de participação política e, além disso, ainda não são completamente considerados como espaços de

caráter democrático e participativo Ainda há muito que construir para que os conselhos se efetivem como uma arena que se situe na perspectiva dos interesses da sociedade civil brasileira. Demo (2001:21) afirma que o planejamento participativo deve partir “dos interesses da comunidade, levando em conta sua contribuição e as potencialidades, deixando-se também convencer do contrário.”

Em relação ao funcionamento dos Conselhos, Boschetti (2003) traz dois pontos que traçam características em relação à criação dos mesmos. O primeiro diz respeito à criação dos conselhos em função de cumprimento de medidas ou critérios apenas para o recebimento de recursos financeiros enviados por outras instâncias governamentais. O segundo aspecto trata da precariedade das informações passadas pelo órgão gestor para o conselho, ou seja, a descontinuidade de ações, centralização, ausência de capacitação para os conselheiros e para as conselheiras, e inexistência de publicização dos serviços prestados.

É importante ressaltar que além dos conselhos, existe outro espaço legítimo em que se efetiva a participação da sociedade civil para a efetivação do controle social: as conferências. Estas são também espaços de deliberação e tem o objetivo de avaliar as políticas públicas e propor caminhos para que possam ser aperfeiçoadas (MARTINS, 2009).

De fato, Raichelis tem razão quando afirma que os Conselhos não são os únicos espaços de caráter democrático. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), além dos conselhos e das conferências existem outras instâncias que incluem força a todo esse processo. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), em seu Artigo 5º., proporcionou abertura à participação popular: “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (Lei 8.742/93).

Observa-se, no entanto, no âmbito da Política de Assistência Social, outros espaços que contribuem para o exercício do controle social: As comissões intergestoras tripartite e bipartite que são constituídas como espaços de pactuação da gestão compartilhada e fazem parte do processo democrático e estas seguem as deliberações dos conselhos de assistência social. A primeira é formada pelos três

entes federativos e a segunda apenas pelo Estado e município (BRASIL, 2005). Cabe salientar que o Fórum Nacional de Assistência Social também faz parte deste processo democrático de participação popular, na construção do controle social, visto que são espaços de articulação e mobilização da referida política (MARTINS, 2009).

A descentralização e desconcentração da Política de Assistência Social visam torná-la mais transparente com o intuito de alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento local por meio da colaboração da sociedade civil.

A descentralização é freqüentemente apresentada como sinônimo de democratização, embora esses dois processos não sejam necessariamente correspondentes. Também não é razoável despojar o Estado nacional de responsabilidades que não possam ser enfrentadas adequadamente no nível regional ou local. Dessa forma, as tão necessárias reformas institucionais devem lidar simultaneamente com dois problemas: a adequada articulação de todos os espaços de desenvolvimento e a democratização de *todos* os níveis de governo (SACHS, 1999: 205).

Estes espaços democráticos “significa procurar um critério de diferenciação não mais se pondo do lado dos governantes (seu número, ou o modo como exercem o poder), mas da parte dos governados” (BOBBIO). Trata-se do processo de desconstruir a idéia de que os espaços de controle social são aliados ao poder público (governo) e construí-los entendendo-os como espaços de interlocução entre sociedade civil e poder público.

Campos (2006) afirma que o controle social traz para os sujeitos da sociedade civil vantagens que contribuem para a interferência e proposições na agenda do poder público. Além disso, expõe que a existência de um governo democrático estimula a criação de espaços de participação popular e de instrumentos que contribuam com o protagonismo da sociedade civil em assuntos de instância pública.

(...) o exercício do controle social pressupõe de um lado, a existência de uma sociedade civil organizada, mobilizada, representativa e politicamente estimulada para a valorização do interesse público, e de outro, a existência de governantes democráticos que valorizem o diálogo com a sociedade civil e que revelem disposição para partilhar decisões com a sociedade. (CAMPOS, 2009: 22)

Neste sentido, Teixeira (2002) conceitua a participação popular na esfera pública:

A participação cidadã é o processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder, articulando-se com reivindicações coletivas e gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas, e superando a já clássica dicotomia entre representação e participação (TEIXEIRA, 2002: 33)

Em que pesem as condições e os retrocessos do tempo presente, emergido do pantanoso enredo neoliberal, o País já demarcou com suficiente nitidez o escopo jurídico e político do Estado e das políticas sociais, dentro dos princípios da democracia e dos interesses públicos. Todavia, a construção de uma sociedade democrática implica no desenvolvimento de uma cultura democrática concreta que permita a interação social nos espaços públicos.

A reconstrução social pela via democrática, entretanto, é lenta porque depende da participação consciente da sociedade no fortalecimento das instituições. Todavia, é certo que para alcançar a democracia plena ainda temos um caminho longo a percorrer, o qual será partilhado, passo a passo, na medida em que a sociedade for adquirindo a consciência política e social e a disposição para interferir e, assim, fazer-se presente no processo histórico rumo à construção de uma participação cidadã. E as organizações populares têm papel importante:

Todas essas medidas, para que não se tornem pacotes autoritários, precisam ser baseadas num processo efetivo de participação e negociação com os interessados. Isto vai depender, basicamente, da ação das organizações populares que necessitam tornar-se capazes de pressionar o governo e de construir uma nova hegemonia (FALEIROS, 2007: 79)

Diante disso, não só o poder público, mas também a sociedade civil é convidada a se modificar e entender o processo de construção de alianças e parcerias em vista de interesses públicos. Portanto, excluindo da pauta pública qualquer iniciativa de interesse partriarcalista e/ou corporativista, construindo, desse modo, espaços de mediações sociais e políticas para as questões sociais. Para tanto, é necessária à

reconstrução de um Estado que viabilize o interesse público por meio de participação popular e da busca de parcerias que efetivamente reflitam a defesa dos interesses republicanos e democráticos.

5. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

5.1. Tipo de Estudo

De acordo com Lakatos (2004:272) “a finalidade da pesquisa científica não é apenas a de fazer um relatório ou descrição dos dados pesquisados empiricamente, mas relatar o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos”.

Assim, este estudo apresenta uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Segundo Oliveira (2005) a pesquisa descritiva busca aprofundar-se do problema a ser pesquisado, sobretudo porque é abrangente e exige um planejamento adequado quanto à escolha dos caminhos a serem traçados para a coleta de dados. Quanto à abordagem qualitativa, a escolha se dá em virtude “da tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]”.(RICHARDSON, 1999: 90)

Segundo Minayo apud Lakatos:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões particulares. Em Ciências Sociais, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO APUD LAKATOS (2004:271)

Segundo Lüdke Menga (1986), a investigação trará dados descritivos, a partir de um olhar mais aguçado sobre a realidade de maneira contextualizada e complexa. Esta posição vem reafirmar, de fato, a importância e o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo evitando assim, distâncias e discrepâncias entre este objeto e a relação autêntica com a sua realidade.

O Estudo de Caso, corroborando com Triviños (1987) passa a ser uma categoria de investigação em que o objeto de estudo deve ser analisado intensamente, em que pese para Lakatos (2004), ser considerado limitado porque estuda e/ou investiga

apenas um fato e não pode ser utilizado para análises ou comparações de outros casos.

5.2 Sujeito do Estudo

A pesquisa contemplou em sua fase preparatória alcançar um público total de 52 (cinquenta e dois) entrevistados, abarcando desse modo 9 (nove) representantes do Poder Executivo, 9 (nove) representantes da Câmara de Vereadores do município, 14 (quatorze) representantes das instituições filiadas à Rede Pintadas e 20 (vinte) conselheiros(as) titulares e suplentes do CMAS. Contudo, o universo de entrevistados se reduziu, pois alguns representantes da Rede e do Poder Executivo eram também representantes do Conselho, além disso algumas pessoas não aceitaram em participar da pesquisa.

Diante do exposto, o referido estudo, em sua totalidade, envolveu um público de 37 (trinta e sete) pessoas. Assim, foram envolvidos 08 (oito) representantes do Poder Legislativo de Pintadas; 17 (dezessete) foram pessoas que estavam representando as organizações da sociedade civil, dentre elas as filiadas a Rede Pintadas e o Poder Executivo que foi representado por 12 (doze) pessoas.

É importante destacar que os sujeitos do estudo foram convidados a participar da pesquisa ora apresentada e foi respeitado o direito de não aceitação da sua participação ou revelação do seu nome.

5.3. Campo de Estudo

O presente estudo foi realizado no município de Pintadas, Estado da Bahia, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está localizado no semiárido baiano, micro-região de Feira de Santana, distante 258 km da Capital Salvador-Bahia. Para se chegar ao município a partir da capital baiana, um dos acessos mais utilizados é através da BR 324 até a cidade de Feira de Santana, e, em seguida, a BA 052, mais conhecida como *Estrada do Feijão* até o Município de Ipirá e a partir deste são 48 km ainda não pavimentados.

Limita-se com o Município de Mairi ao oeste, Capela do Alto Alegre ao norte, Pé de Serra ao leste, Ipirá ao sul e Baixa Grande ao sudeste. O clima da região é semiárido com longos períodos de estiagens e por isso a população sofre com a seca e a escassez de água, tanto para o consumo humano como também para a produção.

O município apresenta uma população de 10.927 habitantes, sendo: 8.555 pessoas acima de 10 anos; desses 4.262 são mulheres e 4.293 são homens. Crianças entre 0 a 9 anos perfazem um total de 2.372 habitantes. A zona rural conta com 6.851 habitantes e a zona urbana, com 4.706 habitantes. A área geográfica do município é de 529,211 km² e sua densidade demográfica é de 21,00 hab/km², segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

O Índice de Desenvolvimento Humano do município, em 2000, estava em 0,625 e segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD/2000) o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano. O Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2004 era de 0,413 o que demonstra que o município está com baixo IDI, e isso significa dizer que o município tem um caminho a percorrer para que todas as crianças menos de seis anos morem com seus pais, freqüentem à escola e tenham direito aos serviços básicos de saúde materno-infantil.

Segundo o Sistema de Dados Estatísticos (SIDE) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), em 2006, Pintadas encontrava-se em 341º lugar no ranking de Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e em 346º lugar no Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

Os dados de vulnerabilidade social do município, segundo o PNUD (2000), apontavam que o percentual de crianças em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo é de 79,3% e o percentual de mães chefes de família, sem cônjuge, com filhos menores é de 5,5%.

O maior volume de recursos em circulação é oriundo dos órgãos das três esferas governamentais, através do pagamento de salários, benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e programas de transferência de renda. Estes recursos atendem em torno de 468 servidores municipais, 2 mil beneficiários da Previdência Social; além de 1.474 famílias do Programa Bolsa Família, conforme dados colhidos junto ao poder executivo municipal. No setor privado destaca-se a produção leiteira, sobretudo bovina e a criação de corte caprino-ovina; bem como o comércio na sede do município, além de pequenas iniciativas de inclusão econômica.

O município de Pintadas foi emancipado em 1985 principalmente porque o distrito de Pintadas tinha uma distância considerável de Ipirá além de que suas necessidades eram bastante complexas e demandava do município um olhar e atenção diferenciados. Atualmente existem ações que se preocupam com a vida no semiárido e, diante disso, conseguem uma maior valorização do meio ambiente, com um olhar para o desenvolvimento sustentável. Algumas práticas como o plantio de palma, a introdução da apicultura e a construção de cisternas e açudes comunitários para captação de água da chuva na zona rural, colaboraram para mudanças físicas do município, contribuindo para a convivência com o semiárido (RAYMUNDO e ASANO, 2006).

Anterior a sua emancipação, segundo Milani (2003), na década de 60, o movimento social do município já tinha experiências de trabalho voltado às necessidades dos produtores rurais dando início a um processo de mobilização liderado pela Igreja Católica. Podem-se citar como exemplos de resistência coletiva, naquela década, os mutirões que eram denominados de “boi roubado” e “baleia”.

De acordo com o mesmo autor, a organização social foi influenciada e fortalecida na década de 80 a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) criadas pela Igreja Católica que, além de trabalhar questões de espiritualidade e religião, iria refletir coletivamente sobre a realidade cotidiana das comunidades pintadenses. Os mutirões foram transformados em atividade de cunho laboral à serviço da população do município, através de iniciativa da Pastoral da Terra.

A partir daí foram formados sub-grupos para continuidade destas ações de sensibilização e mobilização eram eles: o Conselho Pastoral das Comunidades (CPC) e o Conselho Pastoral da Jovens (CPJ). Este último uniu-se ao grupo Juventude Procurando a Libertação (JPL) e este cenário de protagonismo juvenil e também de questões de gênero são partes do cenário do município de Pintadas e é importante lembrar que algumas lideranças das instituições que compõem a Rede Pintadas foram oriundas desses grupos jovens (FISCHER e NASCIMENTO, 2002).

Acreditar que o desenvolvimento no semi-árido era possível foi inicialmente difícil e a cultura da migração sempre esteve ocupando os ideais das famílias pintadenses. Assim, a ocupação de espaços importantes, pelas mulheres, como os movimentos sociais se deu principalmente pelo afastamento dos seus companheiros visto que estes migravam para a região Sudeste em busca de emprego. Esta participação feminina foi fortalecida também pelas ações da Igreja Católica além da astúcia das próprias mulheres que começavam a perceber a sua capacidade e força de decisão e de mudança e isso proporcionou uma maior participação política, econômica e social das mulheres no município (RAYMUNDO e ASANO, 2006).

Um grande exemplo deste episódio de participação das mulheres foi à criação da Associação das Mulheres Pintadenses (AMP) que, hodiernamente, além de administrar o Telecentro e o Espaço Arte da Mulher, desenvolve atividade no âmbito de econômica solidária através de um restaurante, uma padaria e uma lanchonete conhecido como Delícias do Sertão que produz pão lanches e refeições, conforme informações da publicação Rede Pintadas: Cooperação e Articulação (2006).

Neste cenário de conscientização social, no mesmo ano da emancipação de Pintadas, este assistiu a um episódio de participação e luta popular que foi à expulsão de dezesseis famílias que habitavam na conhecida comunidade de Lameiro e que contou com o apoio da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) (FISCHER e NASCIMENTO, 2002).

Após longas discussões e iniciativas populares, o governo federal desapropriou 250 hectares de terra para que essas famílias pudessem se assentar. Mas, naquele

momento surge o entendimento que a terra somente não resolveria o problema de subsistência daquelas famílias. Assim houve uma articulação com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATERBA) que contribuíram com conhecimentos técnicos que seriam incorporados pelas comunidades (FISCHER e NASCIMENTO, 2002).

Neste cenário, mais precisamente no ano de 1988, o município recebe o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o desenvolvimento da produção, e como resultado desse repasse de recursos foi iniciado o Projeto Pintadas/BNDES que teve como entidade gestora, o Centro Comunitário de Serviços de Pintadas (CCSP) e este por sua vez nasceu, além do apoio de 240 famílias e algumas entidades locais, teve o impulso do STR, Movimento de Jovens e a Paróquia e Diocese de Ruy Barbosa (CUNHA, 2003).

Diante deste contexto, novos projetos foram surgindo trazendo consigo a necessidade de pensar novos núcleos de desenvolvimento que vão crescendo e estruturando-se, ganhando institucionalidade e autonomia. Assim, esses núcleos surgidos a partir do Projeto Pintadas, da Igreja Católica, do STR, entre outros foram crescendo e os atores locais perceberam a necessidade da organização de uma rede que teria o papel de articular as ações e entidades locais que visam o desenvolvimento de Pintadas (FISCHER e NASCIMENTO, 2002).

Conforme os autores,

O principal papel da Rede é o de canalizar as discussões, lutas pleitos, e projetos para uma discussão mais ampla, representativa e democrática. Foge-se completamente do meios tradicionais de “planejamento de gabinete”, rumo a formas participativas de se pensar a coisa pública e planejar a gestão social, assim como a administração pública de forma integrada.

Dentro desse contexto, a Rede não constitui um projeto nos moldes tradicionais a que estamos acostumados. Trata-se mais de um desdobramento natural que emanou da comunidade como uma necessidade lógica de um grupo de instituições e pessoas com uma visão convergente: o desenvolvimento local de Pintadas (FISCHER e NASCIMENTO, 2002,12).

Diante do exposto, é notável que uma das maiores motivações para a organização em Rede foi a necessidade de se trabalhar perseguindo o desenvolvimento local por meio de demandas decorrentes de novas experiências. Além disso, a própria captação de recursos demandava a necessidade de uma organização mais forte.

Observa-se assim a presença de um movimento endógeno que surgiu da própria comunidade diante de uma experiência de auto-gestão e de um trabalho coletivo buscando interesses e objetivos comuns, uma ação mobilizadora que ganhou força a partir da participação popular. Neste cenário de organização social, fica evidente que a Igreja Católica foi a principal parceira e conseguiu relacionar religiosidade com mobilização e transformação social impulsionando as iniciativas de organização da sociedade civil no município.

A Rede Pintadas surge nesse contexto de mobilização e nova organização social, no ano de 2000, com 12 (doze) filiadas, dentre elas, a Prefeitura Municipal. Contudo, a última mais tarde é desligada em virtude de não ser uma organização não governamental. É importante lembrar que a Rede Pintadas inicia as suas ações em 2000, mas, somente é institucionalizada sob a forma jurídica no ano de 2003.

A Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento de Pintadas ou Rede Pintadas é uma organização que atualmente reúne quatorze¹ instituições representativas do município de Pintadas, dentre cooperativas, associações, instituições religiosas, culturais e produtivas. As instituições integrantes se assemelham no seu conjunto de normas, valores e princípios e possuem objetivos coletivos e organizacionais comuns.

Atualmente a Rede Pintadas conta com uma diretoria formada por uma pessoa de cada entidade e o escritório funciona no CCSP onde conta com o apoio de uma

¹Associação Comunitária Rural Boa Sorte; Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo (Renascer); Associação das Mulheres Pintadenses (AMP); Associação dos Apicultores de Pintadas (ASA); Associação Mantenedora Escola Família Agrícola (EFAP); Centro Comunitário de Serviço de Pintadas (CCSP); Companhia de Arte Cênica Rheluz; Cooperativa Agroindustrial Pintadas (COOAP); Cooperativa de Crédito Rural Pintadas (Sicoob Sertão); Cooperativa Ser do Sertão; Cooperativa de Transportes do Sertão; Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Sindicato dos Servidores Públicos municipal de Pintadas (SINSPUPI).

secretária e de uma auxiliar contábil que trabalha no setor financeiro da Rede e presta assessoria as suas filiadas quando necessário. Essas duas pessoas são funcionárias, sendo que uma é funcionária da Rede e outra é contratada pelo gabinete do prefeito, mas fica disponível para as atividades da Rede Pintadas, demonstrando a existência de uma parceria entre a instituição e o poder público.

A Rede Pintadas estabeleceu como seus principais objetivos: trabalhar para a aproximação, o entrosamento e o desenvolvimento institucional das associadas; promover o estudo e a divulgação dos assuntos econômicos, financeiros, culturais, sociais e técnicos de interesse das integrantes da rede e do município de Pintadas; realizar parcerias com órgãos públicos e entidades privadas, nacionais e internacionais, para atender as necessidades das associadas e aos interesses locais; promover o desenvolvimento econômico, sustentável e solidário do município e promover ações voltadas à defesa do meio-ambiente, fomento da cultura local e regional e ações ligadas ao bem estar social das comunidades pintadenses.

E como valores: a cooperação e articulação no território; solidariedade e trabalho em mutirão; cultura e identidade regional; união e reciprocidade; desenvolvimento local e sustentável; coesão e participação popular e igualdade de gênero.

Segundo Fisher e Nascimento,

O Projeto Rede Pintadas corresponde, assim, a uma nova validação prática da importância da ação coletiva no âmbito da gestão social em nível municipal. Integrando em forma de rede a gestão pública municipal a uma estrutura de poder colegiada da sociedade civil organizada, a experiência mostra que é possível romper com a inércia do isolacionismo político e geográfico, superar e conviver com adversidades climáticas e naturais, empreender articulações com organizações complexas e integrar diferentes interesses pessoais e institucionais em torno do bem comum: o desenvolvimento social e econômico do município da forma mais ampla, democrática e participativa possível (FISHER e NASCIMENTO, 2002: 17).

Por fim, é importante salientar que a Rede Pintadas e suas filiadas têm representação em todos os conselhos de políticas públicas e de direitos no município e, além disso, há representações também na Câmara Municipal ocupando o cargo de vereador e o próprio prefeito, Valcyr Rios, era presidente da Cooperativa

de Crédito Rural de Pintadas antes de ser eleito. Cabe ressaltar que a antecessora deste prefeito, Neusa Cadore, foi integrante de uma das filiadas da rede, e em 1984 chega ao município impulsionando o processo de mobilização e organização social já iniciado na década de 60.

5.4. Técnica de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada no período de setembro a janeiro de 2011, com realização de entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos.

A entrevista é uma técnica utilizada em que o pesquisador dialoga com o pesquisado traçando um diálogo que pode ser anotado ou gravado onde o primeiro se coloca como coletor de dados e o segundo como fonte de informação (GIL, 1999). Por outro lado, conforme afirma o próprio autor a entrevista, diferente da aplicação do questionário, não exige que o sujeito de estudo tenha conhecimento de leitura e/ou escrita, além disso, pode haver, neste diálogo, possibilidade de esclarecimentos das perguntas realizadas pelo pesquisador facilitando dessa forma o desenvolvimento da pesquisa e obtenção das informações a serem coletadas.

Para a entrevista, foi confeccionado um roteiro com perguntas semi-estruturadas. As entrevistas semi-estruturadas são compostas por entrevistas estruturadas e não estruturadas (MINAYO, 1994). A entrevista estruturada, conforme Gil (1999) é desenvolvida a partir de perguntas fixas e será realizada buscando dados socio-demográficos (sexo, escolaridade, faixa etária, tempo de participação na Rede) dos sujeitos de estudo e a entrevista não estruturada, neste trabalho, se baseou no estudo de caso propriamente dito para alcançar os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa. Estas foram constituídas de relação de perguntas abertas onde o sujeito de estudo abordou livremente sobre o tema em questão (MINAYO, 1994).

A entrevista segundo Minayo,

...é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma

determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 1994:57).

Sobre a análise de documentos – outra técnica de coleta de dados -, diferencia-se das entrevistas visto que esta não se relaciona com pessoas, mas com “fontes de papel: arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas, etc.” (GIL, 1999, 160). Este instrumento ajudou a pesquisadora na coleta de informações detalhadas, precisas e reais sobre o objeto a ser pesquisado.

Para o alcance dos objetivos específicos de estudar a atuação da Rede Pintadas na formulação e execução da Política Municipal de Assistência Social e de conhecer o grau de participação da Rede Pintadas e/ou de suas associadas no Conselho Municipal de Assistência Social utilizou-se a técnica de análise de documentos e entrevistas semi-estruturadas. Para o terceiro e último objetivo específico proposto de identificar a força política da Rede Pintadas e de suas associadas na construção e controle social da Política Municipal de Assistência Social foi utilizada a entrevista semi-estruturada.

É importante salientar que todos os relatos feitos pelos sujeitos de estudo foram gravados com a permissão destes e resguardados os seus nomes com o intuito de respeitar a identidade de cada participante. Os nomes dos pesquisados foram substituídos por nomes de flores e as entrevistas foram transcritas e analisadas após a sua finalização. Os nomes identificados no decorrer da análise de conteúdo aparecem devido ao consentimento de cada entrevistado.

5.5. Técnica de análise de dados

Este presente estudo utilizou da técnica de análise de conteúdo, a partir da coleta de dados que se deu entre os meses de Setembro a Janeiro de 2011. Esta técnica proporcionou ao pesquisador o encontro das respostas daquelas questões que foram previamente formuladas contribuindo para a afirmação ou não das hipóteses ora apresentadas (MINAYO, 1994, 74).

De acordo com Richardson (1999) a análise de conteúdo é utilizada para o estudo de pesquisas qualitativas e o pesquisador deve buscar a melhor compreensão do discurso aprofundando todas as suas características, sejam elas gramaticais ou ideológicas, entre outras, e, por fim, identificar o que servirá de norte interpretativo para o estudo.

Segundo Bardin apud Gil (1999) a análise de conteúdo se desenvolve em três fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados, inferência e interpretação.

Na fase da pré-análise a pesquisadora buscou fazer a triagem de toda a documentação coletada a fim de que sejam selecionados os documentos principais e importantes para a pesquisa (GIL, 1999, 165). Assim, buscou-se após esta fase, a exploração analítica do material recolhido na fase anterior a fim de estabelecer e buscar elementos que contribuíssem para a resposta dos questionamentos ora feitos neste estudo. Tratou-se de um momento bastante exaustivo e que requereu tempo no sentido de administrar as decisões já tomadas na pré-análise.

As três últimas etapas, que abordam sobre o tratamento dos dados, inferência e interpretação foram realizadas a partir das entrevistas transcritas e dos documentos analisados a partir do arcabouço conceitual apresentado nos capítulos 1, 2, 3, 4 e 5.

5.6. Aspectos Éticos

A pesquisa se preocupou com os aspectos éticos quando solicitou antecipadamente aos entrevistados autorização para a participação neste estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a Resolução 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, no atendimento das diretrizes e normas de pesquisa que envolve seres humanos (BRASIL, 1998).

Conforme a Resolução 196, sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido,

O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos,

indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa (BRASIL, 1996: 3)

Diante disso, foram assegurados o anonimato e o sigilo durante as entrevistas realizadas, bem como com as informações que foram fornecidas pelos entrevistados e os mesmos tiveram seus nomes substituídos por flores a fim de que não fossem expostos a situações constrangedoras e/ou vexatórias contribuindo para a privacidade em todo o processo da pesquisa.

5.7. A Pesquisa de Campo

Primeiramente, importa localizar o corte epistemológico do caso concreto sob análise. Diante da proposta apresentada inicialmente no trabalho, cumpre ilustrar a dinâmica da participação da sociedade civil organizada de Pintadas, por meio da Rede Pintadas na elaboração e implementação da política de assistência social naquele município. Ou seja, os reflexos da relação estabelecida entre a Rede e o Poder Público de Pintadas na sua política de assistência social.

Considerando a estrutura da administração pública do Município de Pintadas foram eleitas as esferas dos Poderes Executivo e Legislativo. Quanto ao Poder Executivo, foram entrevistados o prefeito e os secretários municipais. Nessa esfera, verifica-se a existência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, responsável pela elaboração e implementação das políticas públicas do município na área de assistência, que, por sua vez, instrumentaliza a participação da sociedade civil organizada por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – criado pela Lei Municipal nº 136, de 15/12/1995 e alterada pelas Leis Municipais nº 259 de 22/06/2005. Em relação ao Poder Legislativo, o município conta com a Câmara dos Vereadores, responsável pela promulgação da legislação municipal pertinente à área de assistência social municipal, atualmente composto por 09 (nove) vereadores.

Assim, serão três os espaços observados na análise que se segue, a saber, o Poder Executivo de Pintadas, particularmente os dois últimos Chefes do Executivo, os membros das Secretarias Municipais e o CMAS (os representantes do poder público

municipal e os representantes da sociedade civil organizada); o Poder Legislativo, especificamente os membros da Câmara dos Vereadores, e; os representantes da sociedade civil que fazem parte da Rede Pintadas e que não são membros do CMAS.

5.7.1. A estrutura envolvida

Os dados e entrevistas coletadas com a pesquisa de campo serão mais intensamente confrontados com as estruturas diretamente vinculadas à atuação no âmbito da assistência social. Diante disso, aqui se faz a opção por apresentar um rápido contorno das questões mais pertinentes ao escopo desse trabalho relacionadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e mais especificamente, ao Conselho Municipal de Assistência Social e a Rede Pintadas:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme Lei de criação de número 258/2005, é um órgão da administração direta municipal, tem como função principal atuar na formulação de estratégias e controle de execução da Política de Assistência Social. Vale salientar que a Secretaria trabalha no desenvolvimento desta política com o acompanhamento direto do CMAS.

Para o melhor entendimento do desenvolvimento da política de assistência social em Pintadas, se buscou informações acerca dos *investimentos públicos*² referentes ao período compreendido entre os anos de 2005 a 2010. Infelizmente não foi possível a identificação dos dados de 2005 em virtude da Secretaria ter sua implantação naquele mesmo ano e estar em fase de estruturação. Assim, os dados abaixo demonstram a evolução dos investimentos públicos entre os anos de 2006 a 2010.

² A despeito da nomenclatura tradicional consignar os recursos direcionados às políticas públicas como *gastos públicos*, fazemos aqui a opção em substituí-lo pela expressão *investimentos público*, por compreender que tais recursos são destinados à melhoria da qualidade de vida da comunidade, sendo este retorno social o ganho obtido pelos investimentos realizados.

Tabela 01: Investimentos públicos da Política Municipal de Assistência Social de Pintadas-Bahia

INVESTIMENTOS PÚBLICOS					
ANO	2006	2007	2008	2009	2010
RECURSOS (R\$)	26.762,80	53.103,56	67.244,25	273.885,50	246.223,85
PROJETOS	CRAS/PAIF	CRAS/PAIF	CRAS/PAIF PROJOVEM	CRAS/PAIF PROJOVEM BPC na Escola Inclusão Produtiva Clube de Leitura	CRAS/PAIF PROJOVEM BPC na Escola Inclusão Produtiva PETI
FAMÍLIAS ATENDIDAS	500	500	575	976	1.051
FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA	xxx	1.483	1.359	1.474	1.530

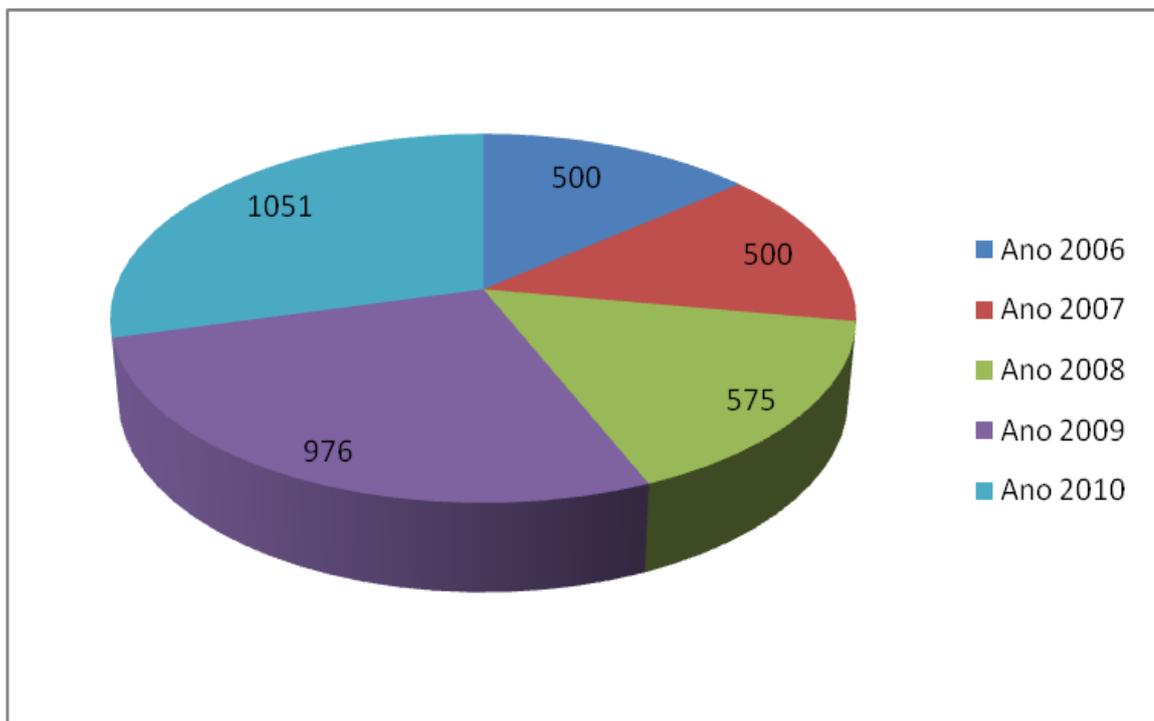


Gráfico 01: Evolução do número de famílias atendidas pela Política de Assistência Social em Pintadas

O gráfico acima demonstra que entre o ano de 2006 e o ano de 2010 houve uma ampliação do atendimento e da prestação de serviços em 551 famílias. Isso se deve ao fato de que as ações da assistência social no município foram, de certa forma,

crecendo a cada ano devido a ampliação de recursos e de serviços vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

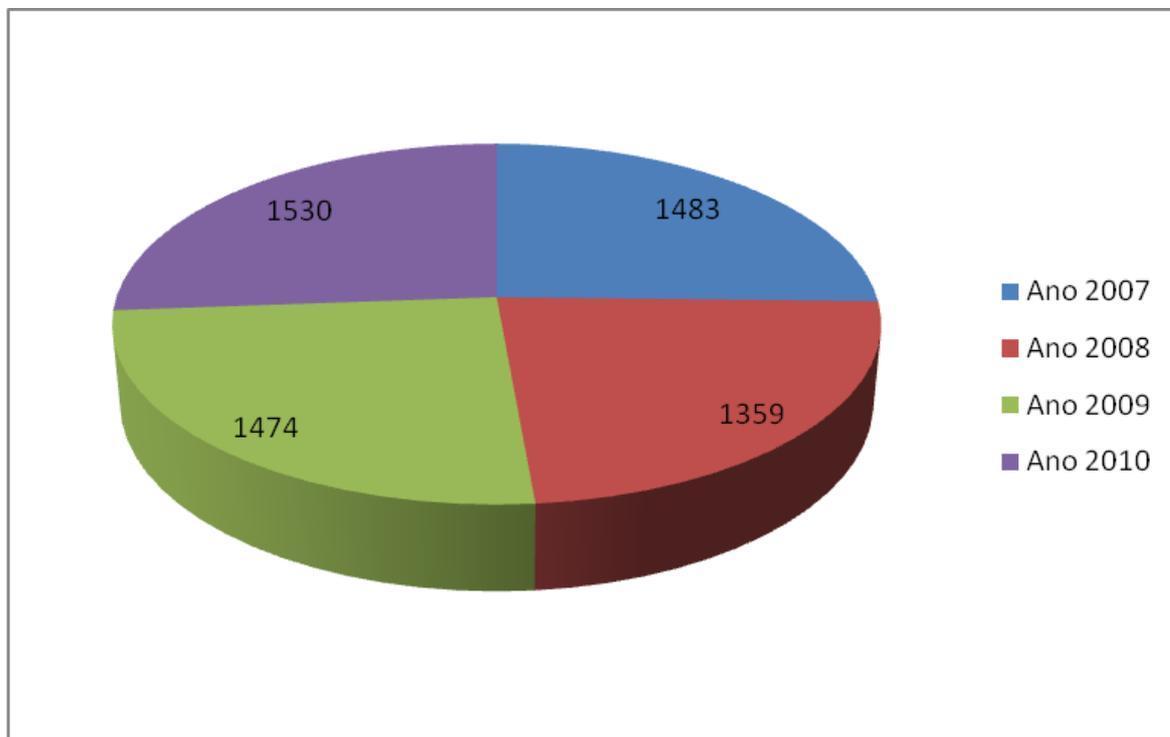


Gráfico 02: Quantidade de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família

O gráfico acima traz informações sobre a evolução dos beneficiários do Programa Bolsa Família e é nítido perceber que entre os anos de 2007 e 2008 observa-se que há uma diminuição do número de famílias beneficiárias. Isso decorre em função das famílias alcançarem um nível de autonomia suficiente para sair do Programa ou serem excluídas do programa porque não cumpriram com as condições exigidas. No caso de Pintadas, conforme relatos da técnica do Programa Bolsa Família, Ailda Sampaio, a diminuição desse número se deu ao fato de que as famílias descumpriram as condicionalidades do Programa. Contudo, no ano seguinte essas famílias foram reinseridas no Programa, quase em sua totalidade. Em 2010, a ampliação do atendimento se deu com a inserção de mais cinquenta e seis novas famílias no Programa. É importante destacar, no entanto, que a evolução desse cenário expõe o contexto socioeconômico e as carências das famílias pintadenses.

Os recursos utilizados no ano de 2006 foram no valor de R\$ 26.762,80 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) e em 2007 foram de R\$

53.103,56 (cinquenta e três mil, cento e três reais e cinquenta e seis centavos) atingindo um público de mil famílias. Ambos os recursos foram utilizados para o desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, desenvolvido em uma unidade pública estatal, conhecida como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Casa da Família. Trata-se de um serviço que contribui para o acesso aos serviços de saúde, educação, trabalho e renda, integração social, dentre outros, bem como a orientação e o fortalecimento do convívio sociofamiliar e comunitário.

Observou-se no ano de 2008 uma ampliação dos serviços oferecidos, visto que, além dos serviços já desenvolvidos no CRAS, que teve uma despesa anual de R\$ 48.971,81 (quarenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e um centavos), implantou-se o Projovem Adolescente que teve seus gastos no valor de R\$ 18.272,44 (dezoito mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), ambos os serviços atendendo a um público de quinhentas e setenta e cinco famílias. Constituiu-se, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Sócio-Assistenciais, em um serviço socioeducativo de convívio de assistência social que objetiva complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para fortalecer a convivência familiar e comunitária e criar condições para a reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Este serviço pode ser ofertado no CRAS ou deverá estar a ele referenciado. Tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, qualificando e valorizando a sua participação na sociedade, como agentes multiplicadores dentro da comunidade, por meio de atividades socioeducativas que estimulem o desenvolvimento de projetos de interesse individual e coletivo dos jovens, estimulando esses jovens a tornarem-se protagonistas da sua própria história.

Em 2009, foram ofertados o serviço PAIF e o Projovem Adolescente, respectivamente com a utilização de R\$ 60.312,65 (sessenta mil, trezentos e doze reais e sessenta e cinco centavos) e R\$ 35.255, 72 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos). Em sua totalidade, o ano de 2009 teve atendimento a um público de novecentos e setenta e seis famílias. Além destes dois serviços, foram prestados o serviço de BPC na Escola com uma utilização de

R\$ 900,00 (novecentos reais) atingindo um público de trinta e um beneficiários. Trata-se de um programa de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos.

Neste ano houve a destinação de recursos próprios no valor de R\$ 177.417,13 (cento e setenta e sete mil, quatrocentos e dezessete reais e treze centavos) que foram destinados ao co-financiamento desses serviços ora citados e para o desenvolvimento de atividades de inclusão produtiva para as famílias pertencentes ao Programa Bolsa Família. Estas atividades atuam diretamente no aprendizado das famílias a fim de garantir o seu próprio sustento na conquista da sua autonomia. Outra ação muito interessante foi a implantação do Clube da leitura acolhendo as crianças, filhos e filhas dos beneficiários do Programa Bolsa Família, e teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes através de atividades lúdicas e de incentivo à leitura de forma prazerosa, contextualizada e crítica, na construção da cidadania. Estes recursos foram utilizados também para a concessão dos benefícios eventuais que se trata de um benefício que está atrelado à proteção social básica do SUAS e destina-se à indivíduos e às famílias que encontram-se impossibilitados de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo e família.

Assim como em 2009, o ano de 2010 desenvolveu o PAIF, o Projovem Adolescente e o BPC na Escola, os três utilizaram dos seguintes recursos, respectivamente: R\$ 67.250,00 (sessenta e sete mil, duzentos e cinqüenta reais), R\$ 55.275,00 (cinqüenta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais) e R\$ 175,00 (cento setenta e cinco reais). Houve também uma ampliação também nas ações de inclusão produtiva para as famílias pertencentes ao Programa Bolsa Família. Neste ano os serviços desenvolvidos atingiram um público de 1.051 famílias.

O ano de 2010 também teve ampliação dos serviços com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e tem como objetivo contribuir

para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil e está inserido em um processo de resgate da cidadania e promoção de direitos de seus usuários, bem como de inclusão social de suas famílias. Foram envolvidos vinte e uma crianças/adolescentes e utilizou, para realização das atividades, o valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Os recursos próprios utilizados este ano de 2010 foram no valor de R\$ 246.223,85 (duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos) para dar continuidade as ações já implantadas no ano anterior e inserir também as ações da política de habitação desenvolvida pela Secretaria.

A análise dos dados apresentados permite que algumas observações sejam feitas, dentre elas destacam-se: a) o município manteve um investimento progressivo nos programas sociais, sendo que do ano de 2006 para 2007 os investimentos praticamente dobraram e do ano de 2008 para 2009 quase que triplicaram e; b) o portfólio dos projetos em 2009 se ampliou em relação aos anos anteriores (de 2 projetos passou-se a ter 5 projetos).

Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O seu ato constitutivo define o CMAS como um órgão deliberativo de caráter permanente, com composição paritária – entre poder público e sociedade civil organizada. Entre as suas competências, nota-se que o seu cumprimento integrado a legitima materialmente como espaço de controle social da Política Municipal de Assistência Social, sobretudo pela proximidade temática:

- ➔ Definir as prioridades da Política de Assistência Social;
- ➔ Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestado à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
- ➔ Convocar, a cada dois anos, a Conferência Municipal de Assistência Social (NOB/SUAS-2005), que institui instâncias deliberativas com o objetivo de avaliar a Política de Assistência Social, bem como propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

Para realizar os objetivos propostos pela legislação vigente, desde o ano de 2005 sobreveio alteração legislativa que o redefiniu com a formação de 20 (vinte) conselheiros(as), entre titulares e suplentes, sendo cinco representantes do poder executivo municipal e cinco representantes da sociedade civil organizada (mais os respectivos suplentes). As nomeações dos seus representantes, a partir de então, foram realizadas pelos decretos nº 013/05, nº 084/2007 e nº 102/2009 responsáveis pelas nomeações das respectivas composições do CMAS, em cumprimento ao desígnio de novas eleições a cada 02 anos.

A eleição dos membros do CMAS está definida em regimento interno. No caso da eleição dos representantes da sociedade civil organizada, esta é dividida em duas partes: a primeira que consiste na indicação de representações das instituições civis cujo escopo seja a assistência social e a segunda que se consubstancia na realização de assembléia geral para eleição de 5 (cinco) titulares e seus respectivos suplentes. Vale ressaltar que todos os membros da sociedade civil são convocados a participarem da assembléia geral com direito a voto.

Uma vez eleitos os Conselheiros(as) municipais, se inicia o exercício do controle social da política Municipal de Assistência Social. Para isso, são realizados encontros sistemáticos por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias. A primeira acontece uma vez no mês e a segunda todas as vezes que forem convocadas. Vários são os assuntos abordados nestas reuniões e a participação dos conselheiros, principalmente os titulares, são de grande importância para as decisões tomadas e deliberadas para a Política de Assistência Social.

Atualmente o conselho é composto pelas seguintes instituições, conforme Decreto 249 de 03 de novembro de 2009:

→ Governo Municipal

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico;

- Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Serviços Urbanos.

→ Organizações da Sociedade Civil

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Presidência do CMAS);
- Associação dos Agentes de Saúde;
- Associação Desportiva Pintadas Júnior;
- Associação das Mulheres Pintadenses (Vice-Presidência do CMAS);
- Associação Cultura e Beneficente Padre Ricardo.

Rede Pintadas

A formalização da Rede ocorreu no ano de 2000, consolidando a participação de 13 instituições privadas, ficando excluída a possibilidade de participação de representantes do poder público. Cabe salientar que há variação nos componentes das entidades, uma vez que alguns integrantes assumiram cargos públicos e tiveram que se afastar das suas atividades na instituição, a exemplo do que ocorreu com chefes do executivo, secretários municipais.

Apesar da restrição da cumulação da representação na Rede Pintadas com cargos públicos, a Rede em si se faz representar no poder público por meio das representações das entidades que lhes são filiadas no conselho gestor. Ou seja, representantes dessas instituições filiadas se candidatam às eleições como representantes da sociedade civil que compõem o CMAS e, com isso, concretizam dentro do município a realização do controle social exercido pela Rede. Neste particular, destaca-se o universo de entidades representativas da Rede que integraram o CMAS nas três últimas gestões:

- 2005: Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo; Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas, e; Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- 2007: Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo; Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas, e; Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- 2009:

- Primeiro momento: Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo; Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e; Associação das Mulheres Pintadenses.
- Segundo momento: Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo; Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e; Associação das Mulheres Pintadenses.

Conclui-se que o CMAS atualmente conta com cinco representações pertencentes a organizações da sociedade civil e destas, três são filiadas à Rede Pintadas: Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo, Associação das Mulheres Pintadenses e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Observa-se ainda que somente a Associação das Mulheres Pintadenses foi inserida posteriormente às duas outras organizações, pois a Associação Cultural Beneficente Padre Ricardo e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais estão no CMAS desde o ano de 2005 e isto se deve ao fato de que, conforme relatos, são as instituições que estão mais relacionadas às ações no âmbito da Política de Assistência Social e, além disso, são as mais atuantes no desenvolvimento e no controle social da política social no município.

5.7.2. Apresentação dos dados e resultados

Em vistas de ilustrar o quanto desenvolvido no presente trabalho, foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas de 37 moradores do Município de Pintadas que são participantes da Rede Pintadas ou dos Poderes Executivo e Legislativo. A apresentação da mesma se fará em duas etapas: a) a primeira, com o desenho do perfil dos entrevistados para que seja possível compreender quem são essas pessoas; b) a segunda, com a análise do grau de participação e representação da Rede no município e mais especificamente, na política de Assistência Social.

5.7.2.1. O Perfil dos Entrevistados

Primeiramente, cumpre esclarecer que o universo dos entrevistados corresponde a 37 moradores, todos eles vinculados ao Poder Público ou à Rede Pintadas. Do poder executivo, a escolha pela aplicação da entrevista se deu em relação aos seguintes sujeitos:

- a) Chefes do Executivo Municipal desde o ano de criação do sistema de eleição do CMAS (2005), de forma que foram entrevistados(as) a Ex-Prefeita e o atual Prefeito.
- b) As Secretarias do município, por serem responsáveis pelo processo de elaboração e execução de políticas públicas municipais, sendo que foram 10 (dez) entrevistados, dos quais 06 (seis) são também representantes do CMAS;
- c) Os representantes do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sendo que dos 20 (vinte) representantes foram entrevistados 14 (quatorze) entre titulares e suplentes;
- d) Os vereadores do município porquanto estejam implicados no processo de produção das leis sobre assistência social, tendo sido entrevistados 08 (oito) vereadores(as);
- e) Na sociedade civil foram entrevistadas 17 (dezessete) pessoas:
 - 13 (treze) são representantes de instituições filiadas à Rede Pintadas;
 - 02 (duas) não fazem parte da Rede Pintadas;
 - 02 (duas) são representantes diretas da Rede Pintadas (presidente e vice-presidente).

Desse universo de representações, tem-se 08 (oito) conselheiros: 06 (seis) são representantes de filiadas da Rede Pintadas e 02 (duas) são representações de outra organização da sociedade civil que não está filiada à Rede Pintadas.

Tabela 02: Perfil dos Entrevistados

PERFIL DOS ENTREVISTADOS													
Gênero		Faixa Etária (anos)							Escolaridade	Profissão	Conselheiro (a) do CMAS		Representação
M	F	18 a 25	26 a 33	34 a 40	41 a 47	48 a 55	56 a 60	+60			Sim	Não	
PODER EXECUTIVO													
X				X					Médio Completo	Professor	X		Secretário de Educação
X		X							Médio Completo	Representante	X		Servidor Secretária de Agricultura
X							X		Médio Completo	Agricultor	X		Secretário de Agricultura
	X			X					Superior Completo	Geógrafa	X		Secretária de Desenvolvimento Social
	X		X						Médio Completo	Assistente Administrativo	X		Servidora Secretaria Desenvolvimento Social
	X					X			Médio Completo	Técnica de Enfermagem	X		Servidora Secretaria de Saúde
X						X			Superior Completo	Historiador		X	Secretário de Governo e finanças
X					X				Médio Completo	Funcionário Público		X	Servidor Secretária de Governo e finanças
X				X					Médio Completo	Marceneiro		X	Secretário de Cultura, Esporte e Lazer
	X				X				Superior Completo	Assistente Social		X	Secretária Executiva do CMAS/Assistente Social do CRAS
X					X				Médio Completo	Agropecuária		X	Prefeito
	X						X		Médio Completo	Técnica de Enfermagem		X	Êx-prefeita
SUB-TOTAL													
07	05	01	01	03	03	02	02	00	----	----	06	06	-----

Gênero		Faixa Etária (anos)							Escolaridade	Profissão	Conselheiro (a) do CMAS		Representação
M	F	18 a 25	26 a 33	34 a 44	45 a 55	56 a 60	+60	Sim			Não		
PODER LEGISLATIVO													
X						X			Médio Completo	Professor		X	Vereador
	X				X				Médio Completo	Professora		X	Vereadora
X					X				Médio Completo	Comerciante		X	Vereador
X				X					Médio Completo	Motorista		X	Vereador
X					X				Médio Completo	Comerciante		X	Vereador
X					X				Médio Completo	Professor		X	Vereador
X								X	Médio Completo	Lavrador		X	Vereador
X					X				Superior Completo	Professor		X	Vereador
SUB-TOTAL													
07	01	00	00	01	05	01	00	01	----	----	00	08	
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA													
	X		X						Médio Completo	Comerciante	X		Presidente Associação de Mulheres(1)
	X				X				Médio Completo	Professora	X		Vice Presidente Associação de Mulheres(1)
	X							X	Superior Completo	Agente de Pastoral	X		Presidente Associação Pe. Ricardo(1)
	X		X						Médio Completo	Professora	X		Representante Associação Pe. Ricardo (1)
X				X					Médio Completo	Lavrador	X		Presidente do STR (1)
X					X				Fundamenta III	Lavrador	X		Vice Presidente STR (1)
	X					X			Médio Completo	Agricultora		X	Presidente da Ser do Sertão (1)

Gênero		Faixa Etária (anos)							Escolaridade	Profissão	Conselheiro (a) do CMAS		Representação
M	F	18 a 25	26 a 33	34 a 40	41 a 47	48 a 55	56 a 60	+60			Sim	Não	
X				X					Superior Incompleto	Produtor Rural		X	Presidente da Cooperativa de Crédito (1)
	X			X					Médio Completo	Técnica de Enfermagem		X	Presidente do SINSPUPI (1)
	X				X				Superior Completo	Professora		X	Presidente AMEFAP (1)
X								X	Médio Completo	Lavrador		X	Presidente Associação Comunitária Boa Sorte (1)
X			X						Médio Completo	Técnico em Agropecuária		X	Presidente CCSP (1)
X		X							Médio Completo	Técnico em Agropecuária		X	Presidente da ASA (1)
X								X	Médio Completo	Mestre de Obras	X		Presidente Associação Desportiva Pintadas Júnior
	X		X						Médio Completo	Telefonista	X		Representant e Associação Desportiva Pintadas Júnior
	X		X						Superior Completo	Administradora		X	Presidente da Rede Pintadas
	X			X					Superior Completo	Administradora		X	Vice-Presidente da Rede Pintadas
SUB-TOTAL													
07	10	01	05	04	03	01	01	02	----	----	08	09	----
TOTAL													
21	16	02	06	08	01	04	03	03	----	----	14	23	----

5.7.2.2. Os Depoimentos Coletados

Pela pesquisa de campo realizada foram identificados os depoimentos dos moradores vinculados à Rede ou envolvidos por outros meios com o

desenvolvimento das políticas públicas (representantes do poder público e da sociedade civil organizada em geral). Abaixo, serão identificadas algumas falas que evidenciam o papel da Rede Pintadas no exercício da participação e do controle social no município.

O que se percebe das falas recolhidas na pesquisa de campo é o maciço reconhecimento da população de Pintadas acerca do papel desempenhado pela Rede Pintadas na efetiva participação social. Não só os representantes da sociedade civil organizada que fazem parte da Rede, como também representantes do Poder Público que não estão envolvidos com suas atividades admitem sua ação realizadora.

Primeiramente, observa-se em todas as falas a capacidade de coesão da Rede, na medida em que, apesar da ação individual e autônoma de suas entidades filiadas, as questões gerais sempre são tratadas por meio da Rede, renovando-lhe a legitimidade de representação da comunidade local. Nesse particular, podemos identificar a percepção de alguns(mas) dos(as) entrevistados(as), que reflete a manifestação dos demais, no sentido de associar a Rede Pintadas à participação social e ao fortalecimento dos movimentos sociais no município:

Entrevistadora: – Você conhece o maior objetivo da criação da rede?

Gardênia: – O objetivo da rede no início foi fortalecer o movimento social que estava sendo desenvolvido pelo sindicato pela cooperativa de agropecuária... são quatorze entidades e elas agindo conjuntamente, coletivamente elas sentiram necessidade de se criar uma rede onde eles pudessem se fortalecer mais resguardando a sua autonomia. O objetivo maior mesmo foi para fortalecer, para cada um não ficar isoladamente fazendo o seu trabalho.

Petúnia: - Conheço a atuação da rede e ela tem uma boa capacidade relacionamento e de articulação e através dela que as entidades que são a ela vinculada (...) que a gente consegue tá se reunindo, apresentando proposta e junto com as demais entidades e principalmente a prefeitura municipal de pintadas que tem sido uma entidade que mais tem contribuído para que isso aconteça a gente tem de certa forma desenvolvido política pública através desse órgão.

Cravo: - A Rede Pintadas tem contribuído de forma ativa. Não é uma rede que caminha sozinha, mas hoje é composta por entidades que

juntas senta para construir o processo de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Então a comunidade, o poder público e a sociedade civil sempre foi contribuinte com todo esse processo.

Azaléia: - A pretensão da rede era exatamente a gente não ter ações paralelas, a gente ter um cuidado mais organizado, mais sistemático das próprias entidades porque nós sentimos já em 99 quando a gente criou a rede enquanto espaço que depois foi constituída juridicamente, a gente tinha essa preocupação de valorizar e fortalecer cada entidade, não perder a autonomia delas, mas ter um espaço comum onde a gente decidia, conversava, traçava encaminhamentos, estratégias para enfrentar alguns problemas incluindo, eu acho que é essa grande novidade, incluindo o poder público no debate.

A compreensão destes sujeitos de estudo é aquela de que a Rede Pintadas atua coletivamente, em conjunto com as suas filiadas através de reuniões, assembléias e, em alguns momentos, envolvendo diretamente o governo municipal. Toda esta articulação e movimentação vão contribuir para o desenvolvimento do município.

Outro aspecto apresentado foi o diálogo com o poder público municipal e a contribuição da Rede Pintadas para a consolidação do modelo de gestão democrática no município com a ampliação dos espaços de participação social. É nesse sentido que se tem nas falas a seguir:

Entrevistadora: – Você pode falar um pouco dessa relação da rede com o poder público?

Rosa: (...) lembro que quando a Rede Pintadas ganhou o prêmio em 2003 mais ou menos, foi um reconhecimento nacionalmente por esse modelo de gestão, o que apareceu muito forte ali naquele momento foi exatamente a capacidade que ela teve de articular entidades não governamentais com o poder governamental, no caso aqui a prefeitura de Pintadas.

Camélia: - A Rede Pintadas ela é ligada muito ao poder público. É muito importante para a comunidade porque ajuda a trazer alguns benefícios para o nosso município e ela está sempre ligada em melhorias para a nossa Pintadas.

Flor de Lis: - É importante para a comunidade porque enquanto você discute juntos e não concentra poder, isso favorece o desenvolvimento, então essa parceria, essa troca, poder público e entidades eu acho que é o que dá o diferencial na gestão em relação ao município.

Crisântemo: - A rede continua em sintonia com a gestão municipal bem como a própria gestão municipal entende a importância da Rede no processo de desenvolvimento integrado.

Os depoimentos acima afirmam a existência de uma parceria entre a Rede Pintadas e o Poder Público que tem importância significativa e contribui para o desenvolvimento do município. Avaliam ainda que esta parceria tem dado bons frutos para o município e que está sendo considerada como uma sociedade organizada.

Diante do exposto é lícito afirmar que o governo municipal de Pintadas está conectado a processos democráticos e participativos com abertura às organizações da sociedade civil. No entanto é evidente que as organizações da sociedade civil necessitam estar sempre articuladas para pensar e propor ações junto ao Estado, vigiando para que este seja responsabilizado pelas suas ações e obrigações junto à sociedade. Vejamos a fala de Bromélia:

Bromélia: - Outra coisa que eu gostaria de enfatizar é a parceria do poder público e a sociedade civil aqui no município de Pintadas. Porque o papel da sociedade civil é mobilizar, organizar e cobrar do poder público e a rede e as suas filiadas fazem isso: cobram, mas eu gostaria de ressaltar que precisa fortalecer mais essa cobrança, acontecer mais na área do controle social, mas vem acontecendo, mas precisa acontecer e a parceria que acontece é muito boa.

Apesar da parceria público-privado firmada, não se deve confundi-la com a compreensão do corporativismo de Estado, pois, a diferença primordial, dentre outras, se encontra no fato de não ser um projeto desenvolvimentista público que implica na cooptação de parcela da sociedade civil. Ao revés, reflete a interferência da comunidade no desenvolvimento do projeto político municipal, na medida em que apresenta suas propostas/projetos de forma autônoma e tem estes recepcionados pelo poder público.

Esta necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil, e a própria articulação da Rede Pintadas junto a suas filiadas demonstra a força da organização em redes e tem assegurado uma representatividade maior na esfera pública. Dessa forma foi importante observar em uma fala de um dos sujeitos de estudo a compreensão da Rede Pintadas e do Poder Público como sendo um só:

São os mesmos membros ou estão interligados ao governo. Geralmente a participação dos membros, alguns está diretamente ligado a cargos comissionados do poder público, estão interligados no momento com o poder público local. Eu vejo por um lado tem seu ponto positivo, mais se fosse mais independente poderia estar fazendo mais por Pintadas (CALÊNDULA).

A fala de Calêndula demonstra a existência de pessoas que estão atualmente no Poder Executivo e no Poder Legislativo e que estavam inseridos diretamente em instituições ligadas à Rede Pintadas. Assim, se podem citar alguns exemplos mais significativos como o atual Prefeito, Sr. Valcyr Rios que era presidente do Sicoob Sertão; a ex-prefeita Neuza Cadore, atual Deputada Estadual, era ligada a Associação Pe. Ricardo; o Vereador Valberto Sena era Vice-Presidente da COOAP; o Secretário de Finanças, Manoel de Jesus, era secretário geral do CCSP; o Secretário de Agricultura, Dernival Epifânio, é integrante da ASA e; Meirilane Rios, funcionária da Prefeitura, é atualmente Presidente da Rede Pintadas.

Evidencia-se ainda que o conceito de sociedade civil, mesmo sendo diversificado do conceito de Estado, não se apresenta tão nitidamente na sociedade contemporânea, como se apresentava diante dos escritos Marxistas. Assim, observa-se que sociedade e Estado no município de Pintadas são distintos, mas interdependentes.

Na realidade vê-se a sociedade civil se completando no plano da sociedade política e este fator se faz importante também pelo fato da democratização do Estado para o campo da participação, descentralização e transparência pública. Os estudos afirmam que a gestão democrática favorece a transformação da sociedade e a construção de um novo tipo de sociedade.

Por outro lado, a fala de Gardênia traz algo diferenciado e que demonstra dúvidas em relação à boa articulação entre Rede e Poder Público quando questiona sobre a absorção pelo poder público das sugestões da Rede. O que de fato ela afirma ainda, e evidenciando o que já foi dito nos parágrafos anteriores, é a confirmação de que a Rede tem força política dentro do município.

Entrevistadora: – E as decisões políticas da Rede Pintadas? Você acha que a Rede Pintadas tem força nas decisões públicas e políticas do município?

Gardênia: – Eu acredito que a idéia seja essa. A partir da escuta dos gestores do poder público... de tá escutando as entidades porque elas estão nas pontas e eu acredito que ao longo da gestão do partido aqui em Pintadas, acredito que tenha força política e ela pode ser debatida mas acredito que o foco maior é sugerir. Se o gestor acolhe... ai são outros quinhentos. Porque tem algumas situações que a rede tá mais próxima, por exemplo, a questão do sindicato dos trabalhadores onde muitos agricultores fazendo seu projeto de PRONAF, de geração de renda, elas vão com certeza ter um impacto no município agora se isso é absorvido, se essa força que é a partir de um crédito o poder público vai absorver eu não tenho muita certeza, mas eu acredito que tudo tem para dar certo, é uma parceria que decida e defina os rumos políticos de Pintadas.

A transparência e idoneidade do processo são asseguradas pelos encontros sistemáticos de apresentação e deliberação acerca das demandas e o respectivo encaminhamento junto às instâncias públicas.

Entrevistadora: – Ela faz reuniões, fóruns, assembléias... que tipo de atividade ela consegue fazer para reunir estas filiadas?

Cravo: – A rede, ela tem sentado mensalmente para discutir os problemas junto com as suas filiadas; a gente faz essa parceria e não dá para não ter essas reuniões mensais até porque a gente percebe a importância de quando a gente senta pra avaliar os problemas e juntos definir quais as ações de cada entidade (...)

A população local, cada um ao seu jeito, tem a compreensão de que a representação social somente se consolida pela ação da Rede e, mais que isso, a legitimam como sua representante, como defensora dos interesses da comunidade, como perseguidora daquilo que é melhor para a coletividade:

Entrevistadora: – E nessa discussão que o(a) Sr(a) afirma em relação a política de saúde, meio ambiente e segurança ela é puxada pela rede ou pela filiada?

Dama da Noite: – Ela é trazida para a discussão por uma filiada ou duas, mas é colocada em rede e a rede decide coletivamente o que é melhor.

De igual forma, fica evidenciado o processo como se concretiza essa participação social. Num primeiro momento, uma questão pode se apresentar dentro de uma das entidades filiadas. Estas, por sua vez, apresentam a demanda à Rede Pintadas que, por *forum* ou assembléia de seus membros, analisam o caso e dão os

encaminhamentos que entendam necessários. Por meio desses instrumentos a participação social da Rede Pintadas se consolidou como forma de gestão popular e passou a trazer resultados concretos para o município.

A apresentação de demandas sociais levadas pela Rede tem sido recebidas de modo a garantir efetivas melhorias na prestação de serviços públicos, a exemplo da segurança pública e organização urbana. Mas, o alcance da sua capacidade de representação não se encerra no município ou mesmo junto ao Estado. A Rede está inserida em um movimento de internacionalização, de forma que em parceria com instituições de outros países tem conseguido levantar recursos para a realização de projetos sociais em Pintadas. Ações nesse sentido são capazes de ilustrar o grau de mobilização da Rede Pintadas, bem como a sua força política no cenário interno, a exemplo:

Entrevistadora: – Mais alguma contribuição?

Dama da Noite: a Rede Pintadas ela é uma rede dentro e fora do município e tem os seus parceiros dentro e fora do município e seria uma rede ligada a outra rede. Eu colocaria como exemplo a Itália, a França e Alemanha. Uma rede também lá que eles criaram uma rede entre quatro e cinco países que vamos chamar de Rede Pintadas e nós vamos buscar aqui recursos para mandarmos para fortalecer a Rede Pintadas e os projetos tem chegado para o benefício aqui da comunidade através dessa rede do exterior. Também o Estado tem alguns movimentos sociais do governo que diz: olha eu preciso atender Pintadas que reivindicam em rede e quando reivindicam em rede seria dizer que é com os movimentos sociais organizados. Então é uma demanda bem maior do que uma única associação ir lá e reivindicar tal coisa. Volto a repetir o caso do reforço de viaturas que vieram duas mais um delegado que veio para Pintadas; a desativação do som e exagero na rua e muitos problemas sociais como drogas e prostituição e tudo sendo enfrentando porque então o governo da Bahia não tem coragem de dizer não porque é um movimento organizado e não é apenas a prefeitura e não é apenas uma associação ou uma entidade, são todos lutando por uma causa só e fica difícil dizer não ao povo que tá querendo uma mudança.

Além disso, a Rede Pintadas tem ocupado também o seu espaço ao nível territorial no território Bacia do Jacuípe, fortalecendo assim a força coletiva e política além do seu entorno geográfico.

Entrevistadora: Algo mais a acrescentar sobre a Rede Pintadas?

Malmequer: - Agente nunca pode resumir que está pronta, que acabou. A cada dia precisa estar inovando, adequando que até surge novas demandas dentro das entidades e a Rede está sempre aberta, inclusive a Rede estava no âmbito municipal e hoje ela já trabalha a nível territorial, a nível do território Bacia do Jacuípe então isso é uma proposta da Rede como ela trabalha na questão de corporação e articulação então é importante surgir novas demandas, novas formas de atuação e a Rede está disposta buscar, estar presente.

Entrevistadora: E ao nível territorial?

Crisântemo: - Além disso, ela tem o papel de, além de fortalecer essas atividades desenvolvidas pelas entidades filiadas, de buscar uma interação e envolvimento com outras entidades da região a exemplo do CODES do Bacia do Jacuípe que é o Conselho de Desenvolvimento da Bacia do Jacuípe que tem parceria direta com esse conselho e desenvolvimento várias atividades de formação, captação de recursos com o objetivo de aplicar seja nas entidades filiadas à ela bem como no próprio conselho de desenvolvimento, o CODES, ou alguma prefeitura que participa do conselho de desenvolvimento da bacia do Jacuípe então percebo que é uma organização importante que desde o início, desde a sua existência inicial que ela vem desempenhando papel importante e a medida que o tempo vai passando, as políticas públicas elas vão se desenvolvendo, vão se aprimorando e à medida que isso vai acontecendo a própria rede bem como as entidades filiadas a ela tem a necessidade de ir aprimorando e mudando suas ações para atender as necessidades da comunidade em geral.

Entrevistadora: E sobre o território?

Magnólia: - O município de Pintadas a gente faz parte de um território que se eu não me engano é 14 municípios que é a Bacia do Jacuípe e essa Rede tá interligada ao CODES que chama esses 14 municípios e que são discutidos os projetos via prefeitura e a Rede e então esse trabalho eu considero 100% bom.

A expectativa de que a Rede Pintadas promova a participação popular na gestão pública de Pintadas está presente na comunidade e os seus resultados são sentidos por todos.

A partir da atuação da Rede, o engajamento popular nas políticas públicas de Pintadas se ampliou e enquanto rede se tornou um instrumento de coesão social e um espaço de mobilização alternativo àquela comunidade.

Pela carência de oportunidades no município, muitos dos seus “filhos” se viam obrigados a migrarem para outros municípios ou para outras localidades em busca de uma locação no mercado de trabalho. Diante da ausência de oportunidades, a

miséria se tornava constante, muitas vezes faltando o básico, inclusive sem meios de alimentação familiar. Foi nesse contexto que surgiu uma das entidades voltadas a atender essa contingência – a Escola Agrícola –, a partir dela se iniciou a proposta da soma de esforços por entre as entidades representantes da sociedade civil organizada, se seguindo a aderência de diversas outras, tal como explicitado na fala abaixo:

Entrevistadora: – Como você percebe a Rede Pintadas? Ela atua como rede ou através de suas filiadas?

Bromélia: – A Rede Pintadas ela atua tanto como Rede como através das suas filiadas porque ela é a central mas ai cada filiada desenvolve o seu trabalho na área social. A rede tem um trabalho tão importante aqui no município porque quando iniciou esta rede era dos jovens que não queriam migrar para São Paulo e então o objetivo deles era implantar um trabalho aqui que eles conseguissem sobreviver aqui e sustentar a sua família e a partir dai nasce a Escola Agrícola que é a base de tudo e a partir daí começou a fortalecer a rede com o sindicato, com a associação das mulheres, com o renascer que foi outra entidade muito importante aqui pro município de Pintadas que esta entidade ela pode se destacar na contribuição do alimento pra os munícipes daqui e que quando Padre Ricardo chegou aqui que iniciou este trabalho ele distribuía o leite para as pessoas carentes e também as cestas básicas que foi uma contribuição enorme para o município porque poucas pessoas tinha cisterna. Como eu falei no início que precisava migrar para sustentar a família e então com o trabalho do Padre Ricardo melhorou bastante.

(...)

Quando eu falei que ela atua como rede ou como suas filiadas porque a Rede tá coordenando todas as filiadas e cada filiada desenvolve uma função... tem o Sindicato que tá na área rural dos trabalhadores, tem o Renascer que trabalha totalmente na área social e tem o Sicoob Sertão que trabalha a questão financeira, ai vai o Centro também que entra na rede rural, através da cisterna, como aprender a fazer o silo, a conservação da palma. E a Rede ela fica localizabda, atua no espaço do Centro Comunitário que é uma filiada a ela e cada filiada tem seu ponto ou seu local. E o apoio da Rede é através de projetos que vem em nome da Rede e ai a Rede fica buscando os projetos e direcionando para cada área que for o projeto. Se for na área social tem o Renascer, tem a Associação das Mulheres, se for na área do sindicato também tem os projetos na questão do PRONAF e outros que vem via sindicato e a rede tem esse papel de buscar projetos e desenvolver na área de suas filiadas.

Ainda na segunda parte da fala trazida acima, há referência às ações realizadas pelas entidades filiadas à Rede. No atuar do seu escopo, elas são independentes, autônomas em relação ao conjunto. Todavia, a consciência coletiva faz com que

essas ações sejam realizadas de forma integrada, por meio da coordenação pela Rede. É essa clareza acerca da força da coletividade que acaba por incrementar a própria ação individual das filiadas, pois, suas reivindicações conjuntas fortalecem a manifestação social e acaba por fomentar a vinda de projetos para cada uma dessas entidades.

Portanto, para o atendimento de um contexto de emergência social, no qual a comunidade encontrava-se desassistida, os trabalhos filantrópicos contribuíram para fomentar a organização social da cidade. A sociedade civil se mobilizou e começou a agir na própria organização política. Não só o suprimento das carências imediatas foi objeto da ação da Rede, mas a construção de políticas públicas que visam e constroem uma agenda contínua. A esfera da filantropia se envolve na assistência comunitária, como ponte de promoção social:

Entrevistadora: – Essa parceria tem trazido algum resultado para a comunidade pintadense?

Dália: – Eu acho que antes quando não tinha essa parceria a gente tava num estágio assim de emergência, mesmo o município. Precisava muito das coisas, hoje a gente já tá num outro estágio, a gente já tá num estágio de desenvolvimento mesmo. Eu acho que a gente tá num estágio de procurar não trabalhar com ações imediatas mas trabalhar com ações de desenvolvimento e não de tá por exemplo, a falta de água não é tão emergente quanto antes e aí a gente tem que trabalhar a geração de renda e de sustentabilidade do município e antes quando não tinha essa parceria era o poder público fazendo as coisas sozinho que não dava resultado tão grande e a rede trabalhando também sozinha que não tinha uma representatividade tão grande também.

A análise conjunta das falas consubstancia o papel da Rede Pintadas na concretização da participação popular no município, o que ocorre tanto com a efetiva mobilização da comunidade, como pela conquista de força política. É perceptível a capacidade de mobilização tanto dentro de uma perspectiva endógena – por meio da adesão de suas filiadas e do reconhecimento do seu valor pela população local –, quanto exógena, esta identificada nas parcerias internacionais firmadas que se convertem em fomento a seus projetos.

Em paralelo à força de coesão social mostrada pela Rede Pintadas, cresce a sua força política, ou seja, a mobilização social realizada serviu como força motriz de incentivo ao engajamento na esfera pública. E, mais que isso, tornou imperioso que as instâncias públicas reconhecessem o trabalho da Rede Pintadas como legítimo a representar os interesses da comunidade e assim utilizar as suas contribuições para balizar ações de melhoramento na cidade e demais políticas públicas. Entretanto, se percebe que em relação ao tema assistência social ainda há necessidade de se intensificar esse trabalho para que se possa romper em definitivo com a compreensão de assistencialismo e oferecer, em verdade, instrumentos para o fortalecimento de um desenvolvimento comunitário autônomo e independente.

No item abaixo, será verificado o contexto que se apresenta na efetivação do controle social. A maioria dos entrevistados concorda e reconhece o papel político da Rede e o controle social que as filiadas à Rede exercem sobre as políticas públicas do município:

Entrevistadora: - Como você analisa a atuação das entidades que têm representação no CMAS e que são filiadas a Rede Pintadas no que diz respeito à participação e ao controle social da política municipal de assistência social. Elas têm contribuído efetivamente?

Gardênia - As entidades da sociedade civil organizada foram escolhidas em assembléia própria e as que fazem parte da rede Pintadas, são: o sindicato, a associação das mulheres e a associação Pe. Ricardo. O Sindicato dos trabalhadores diretamente com o CMAs participa, avalia o cadastro único e o Bolsa Família, ele participou durante este ano de 2010 do CRAS itinerante e foi assim fabuloso a participação porque trouxe a discussão do que é na verdade o sindicato, a representação de agricultores. A associação Pe. Ricardo atua dentro do CMAS e tem uma participação quanto ao trabalho diretamente com a criança e o adolescente e isso traz para a assistência uma ampliação do seu trabalho que o poder público não abrange tudo, então é importantíssimo ter...há muitos anos, desde 85 que a associação Pe. Ricardo tem esse trabalho e atualmente tá com a Pastoral do menor e tá se criando nos bairros de Pintadas essa atuação e trazendo para a criança a questão do direito e do dever e a associação das mulheres está encampando a discussão de violência contra a mulher. Eu acredito que todo este público que é as associações e filiadas se desdobram, se debruçam sobre seu público alvo que é também o seu público da assistência. Tem uma outra entidade que tá ajudando muito a construção que não tá dentro da rede é a Ser do Sertão que também é o público que a assistência trabalha que são as famílias em vulnerabilidade.

Bromélia - ...tanto avalia na hora de aprovar quanto avalia na hora da execução. Na hora que tá executando, por exemplo, a Irmã Velzi, que ela representa Associação Cultural e Beneficente Pe. Ricardo ela avalia o projeto do início ao fim, até o perfil dos oficinairos que vem desenvolver as oficinas, ela vai lá visitar para ver se as oficinas tá sendo executadas como deve e quando ela acha qualquer que não tá indo bem ela dá a sugestão dela. Então, a participação dos conselheiros no conselho é muito boa e ressaltando aqui também a frequência porque eles não faltam na reunião e participa da reunião titular e suplente e então da participação ser ativa os dois participam e o conselho de assistência é bem representando tanto pelo poder público quanto pelo poder civil, eles trabalham em parceria. O momento das reuniões é um momento muito bom por conta da discussão de políticas públicas do município de Pintadas . Há um consenso quando a sociedade civil sugere todos acatam quando a sugestão é de benefício ao município e o conselho nas suas reuniões a frequência é ótima e o acompanhamento dos trabalhos da Secretaria de Desenvolvimento Social vem mantendo e o conselho também fiscaliza as contas da secretaria e todo ano a gestora apresenta as contas para o conselho e o conselho avalia e aprova e até o momento vem sendo aprovado porque não há nada ainda que fez o conselho desaproveitar né, é uma gestão clara, transparente e reúne também mensalmente e as reuniões são ordinárias e extraordinárias por conta do conselho ser a instância do controle social que acompanha a demanda do bolsa família e a demanda é muito grande então o conselho vem reunindo extraordinariamente sempre e mesmo nas reuniões extraordinárias a presença das filiadas da rede estão presentes.

Dália - Eu acredito que sim e muito, inclusive com algumas entidades que trabalham diretamente com esse tema que é a Associação Pe. Ricardo e a Reluz que contribui muito e as outras que tem atividade de geração de trabalho, emprego e renda, além das pessoas que fazem parte da rede e estar inseridas na rede também porque a gente não dissocia muito a coisa assim apesar ... eu acredito que a rede faça esse controle social principalmente na questão dos conselhos porque se a rede não está mas tem a sua entidade da rede. Quando tem a elaboração de planos municipais, nas conferências municipais, sempre a rede tá presente através de seus representantes e sugerindo diretamente mesmo propostas, chegando junto a secretária e o prefeito, se tem alguma coisa, sugerir o que poderia ser feito e apoiando a realização e acho que tem muita parceria com a secretaria para a realização de algumas atividades.

Muitos entrevistados percebem que a atuação da Rede está para além da participação nos conselhos municipais, inclusive citam exemplos de monitoramento da contas públicas:

Entrevistadora: - A Rede tem contribuído na construção da Política de Assistência Social no município, além da atuação no conselho?

Gardênia - As entidades que pertencem à Rede Pintadas atuam na participação da política de assistência quando, por exemplo, opinam no preenchimento do Censo e avaliam o Censo do CRAS e o Censo do SUAS, na prestação de contas.

Você veja a questão do acompanhamento do Projovem sugestões inclusive de que tipo de oficinas se daria ao Projovem para não ser oficina só de pintura e porquê essa pintura. Outra questão também na solução das demandas com os idosos e das pessoas com deficiência e não há uma discussão do CMAS com a rede como um todo. Há com as entidades, e então, a gente legitima essa participação da rede por via das filiadas e também essa participação no fórum dos conselhos onde cada entidade expõe a sua ação, o seu planejamento, a sua vida no dia a dia e eu acredito que haja uma contribuição muito grande porque volto a dizer que a assistência social não pode ser desenvolvida apenas pelo poder público. Acredito que como política de direito do cidadão deve realmente ter essa participação popular.

Pode-se afirmar que o exercício da cidadania está presente nas falas dos entrevistados e isso aponta para um processo de conhecimento e conquista de direitos através da sensibilização quanto à importância do cidadão na vida pública de Pintadas.

É importante destacar ainda que a participação da Rede Pintadas nas decisões políticas do município e o exercício do controle social visam provocar o combate à indolência política e monitorar as ações estatais no âmbito da política de assistência social e das demais políticas públicas do município. É lícito afirmar que sem a participação ativa dos cidadãos e cidadãs, a democracia política e social não se sustenta.

A pesquisa aponta para a compreensão de que os espaços de controle social não são aliados ao governo, mas, são espaços de interlocução entre sociedade civil e poder público, como é o caso dos Conselhos Municipais.

Podemos concluir a partir das falas acima a importância estratégica da Rede na mobilização de direitos e no planejamento e execução das políticas públicas do município.

6. RESIDÊNCIA SOCIAL: VIVENCIANDO OUTRA EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Residência foi realizada em Outubro de 2010 no Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, mais conhecido como Centro Sabiá, é uma organização não governamental, criada no ano de 1993 e está situada em Recife, no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, tem sede própria e está situado a Rua do Sossego, 355 – Bairro Santo Amaro, site www.centrosabia.org.br. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, de natureza técnico-ecológica educacional.

É importante destacar que o Centro Sabiá está localizado em um município de 1.537.704 habitantes e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele surge através de pescadores e homens do mar oriundos de Olinda em direção ao extremo Sul. Além disso, para se refrescarem em águas bem abrigadas, longe da agitação do ancoradouro em Olinda, os grandes veleiros direcionavam-se à sombra dos arrecifes, no Sul. Foi assim que nasceu o Recife, por força do velho ancoradouro, na mistura dos rios Capibaribe e Beberibe. A cidade alcança sua emancipação em 05 de dezembro de 1823 e no ano de 1827, Recife passa a ser a capital e Pernambuco.

A origem do nome “Sabiá” se deu justamente porque é um pássaro que simboliza bem a biodiversidade do planeta. Existem mais de 300 espécies dele em todo o mundo. No Brasil, esse pássaro está presente em todas as regiões, habitando nas matas e também nas cidades. A sobrevivência dele, em diferentes ambientes, deve-se a uma dieta diversificada composta por frutos, pequenos insetos, restos de comidas e minhocas. O pássaro possui um dos mais belos e intensos cantos. Além disso, este nome também se dá a uma árvore nativa da Caatinga, do Nordeste brasileiro, que se adapta bem a outros climas e regiões do Brasil. Ela ganhou esse nome por ter a cor do caule muito parecida com a do pássaro. É uma árvore que possui variedades, algumas têm espinho e outras não. É indicada para enriquecer e recuperar solos degradados. É uma árvore bastante querida por quem cuida da agricultura e do meio ambiente, portanto um nome bastante simbólico para uma

instituição agroecológica. É importante destacar que a agroecologia é uma ciência que se baseia nas formas que a natureza se organiza e que as suas regras são usadas na agricultura, na organização das pessoas e das instituições na sociedade, estabelecendo assim novas formas do ser humano se relacionar com a natureza garantindo a sustentabilidade do planeta terra, como analisa a publicação Agricultura Agroflorestal e Criação Animal no Semiárido em 2010.

Assim, o desenvolvimento dos trabalhos do Centro Sabiá se dá junto a agricultores e agricultoras familiares com o objetivo de desenvolver e multiplicar a agrofloresta, também conhecido como sistemas agloflorestais. Conforme a compreensão do Sr. Adão Oliveira, agricultor do Sertão do Araripe, a agrofloresta é “um sistema na propriedade para preservar o meio ambiente, fornece alimento para a família e os animais e estes fornecem adubo natural para a Agrofloresta”. Segundo o próprio Centro, a aglofloresta melhora a qualidade de vida das famílias, tanto de agricultores quanto de consumidores. É bem verdade que esta melhoria está atrelada à produção de alimentos sem agrotóxicos e adubos químicos e vem contribuir para a segurança alimentar e nutricional ao mesmo tempo em que agrega valores aos produtos comercializados. Além disso, potencializa os recursos sociais e humanos e preserva os recursos naturais. Dessa maneira a terra é tratada como fonte de vida e não como meio de exploração.

O seu trabalho é reconhecido pelos agricultores e agricultoras bem como organizações civis e governamentais e assume a missão de “plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania”. Observa-se que esta missão deixa claro o desafio de interagir com a sociedade civil no desenvolvimento de ações inovadoras com crianças, jovens, mulheres e homens na agricultura familiar. Acredita em uma sociedade que possa viver em harmonia com a natureza, consciente, autônoma e que busque sempre participar da construção de um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável para todos. A instituição articula-se com organizações da sociedade civil e governamentais, associações de agricultores familiares, movimentos sociais, redes e articulações.

Vale destacar ainda que o Centro Sabiá além de trabalhar a agrofloresta trabalha também com a conscientização política no desenvolvimento da sua proposta. Isto significa dizer que visa interferir nas políticas públicas com o objetivo de implementar o desenvolvimento local sustentável. Um grande exemplo dessa ação foi a construção de uma carta política que levantou prioridades para a agroecologia durante o Seminário Políticas Públicas para Agroecologia na Zona da Mata. A carta política além de apontar as prioridades foi elaborada para ser entregue as autoridades da região a fim de contribuir para a realização de audiência com o poder público na tentativa de propôr políticas públicas para a Zona da Mata.

...tem a nossa relação com as instituições nessa perspectiva de poder tá ajudando a construir estratégias para a construção de políticas públicas. Dentre algumas estratégias dessas, tem muito fortemente a participação nas instituições nos Conselhos Municipais como algo importante como estratégia de possibilitar a participação de uma sociedade, organização na definição de políticas para os municípios e posso citar exemplo como é o caso da AGROFLOR em Bom Jardim que é uma associação parceira nossa que atua diretamente como membro do conselho. Não é estratégia do Sabiá participar com acento nos conselhos, mas a estratégia é possibilitar a formação das organizações para que estas atuem com qualidade dentro do conselho. (Adeildo Fernandes da Silva, Coordenador Local Região Agreste).

Buscando o cumprimento da sua missão, o CENTRO SABIÁ pauta a sua ação pelos seguintes Eixos Estratégicos:

Eixo Estratégico 01: Fortalecer processos de produção da agricultura familiar para a transição agroecológica, contribuindo para a soberania, a segurança alimentar e nutricional, a melhoria de trabalho e renda das famílias agricultoras e o combate às desigualdades sociais de classe, gênero, raça e geração;

Eixo Estratégico 02: Fortalecer o trabalho com grupos de mulheres e comunidades quilombolas na perspectiva de gênero e da geração de trabalho e renda;

Eixo estratégico 03: Juventude protagonizando ações agroecológicas e contribuindo com a melhoria da vida nas dimensões política, social e ambiental no campo;

Eixo Estratégico 04: Participação efetiva nos espaços locais, regionais e nacionais de discussão e elaboração de políticas públicas para a agricultura familiar em redes e parcerias;

Eixo Estratégico 05: Comunicação promovendo a visibilidade institucional na perspectiva de uma agenda pública que fortaleça a agricultura familiar e a agroecologia;

Eixo Estratégico 06: Desenvolvimento Institucional organizacional e de gestão fortalecidos a partir de valores sociais e políticos do trabalho.

Na Residência Social deu-se ênfase ao Eixo estratégico 04 por ser um tema bem relacionado à pesquisa do mestrado e será abordado mais adiante visto que a experiência foi realizada principalmente na Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim (AGROFLOR), instituição acompanhada pela equipe técnica do Escritório do Centro Sabiá em Caruaru-Pe. O estímulo à criação da AGROFLOR foi fundamental para a construção de áreas de referências em agricultura agroflorestal no Estado de Pernambuco. Como afirma Adeildo Fernandes da Silva, Coordenador Local da Região Agreste: “a gente acredita que estamos no caminho certo e ai é um caminho que traz pra gente a necessidade de se relacionar com as instituições da sociedade civil, mas também com as esferas governamentais Assim, para o Centro Sabiá é importante buscar junto às famílias agricultoras o sentido de sua organização comunitária.

Para o alcance desses eixos estratégicos o Centro Sabiá desenvolve algumas atividades tais como:

- ➔ Reuniões com as Comissões Políticas Municipais;
- ➔ Reuniões de Mobilização de Famílias;
- ➔ Curso de Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos e Convivência com o Semiárido;
- ➔ Visita de acompanhamento à construção de cisternas;
- ➔ Capacitação das Comissões Municipais;
- ➔ Curso de Capacitação de Pedreiros em construção de cisternas de Placas;

- Oficina de Re-Capacitação de Pedreiros;
- Curso de Capacitação de Jovens para a Construção de Bombas Manuais para Cisternas;
- Construção de Cisternas de Placas.

O Centro Sabiá atua atualmente em trinta e quatro municípios que estão nas três regiões do Estado de Pernambuco: Zona da Mata (Mata Sul e Mata Norte), Agreste e Sertão. Vejamos a sua distribuição no mapa abaixo:



Mapa 01: Atuação do Centro Sabiá

O Centro Sabiá tem apoio de algumas instituições e faz parte de alguns espaços estratégicos de participação para o desenvolvimento das suas ações e para o fortalecimento da interferência das políticas públicas, como é o caso dos Conselhos.

→ Apoio:

Banco do Nordeste;

Habitat;

Heifer;

ICCO & Kerk in Actie;

Intermón/Oxfam;

Misereor/KZE;

Promata;
ProRural;
Terre des hommes schweiz;
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome;
Ministério do Meio Ambiente;
Projetos Demonstrativos/PDA;
Fundo Nacional do Meio Ambiente;
Ministério do Desenvolvimento Agrário;
Secretaria de Agricultura Familiar;
Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
Projeto Dom Helder Câmara.

→ Redes e Articulações:

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA);
Articulação de Entidades da Zona da Mata de Pernambuco (AEZM);
Plataforma Sur (Misereor);
Processo de Articulação e Diálogo (PAD);
Rede de Agroecologia da Mata (RAMA);
Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater/NE).

→ Faz parte de:

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA);
Articulação de Entidades da Zona da Mata de Pernambuco (AEZM);
Plataforma Sur (Misereor);
Processo de Articulação e Diálogo (PAD);
Rede de Agroecologia da Mata (RAMA);
Rede de Assessoria Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater/NE).

→ Participa dos seguintes espaços institucionais

Comitê da Reserva Biológica de Saltinho;
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social de Pernambuco (CEDES);
Conselho Estadual de Segurança Alimentar de Pernambuco (CONSEA/PE);
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF);
Comissão da Produção Orgânica no Estado de Pernambuco (CPOrg-PE);
Colegiado do Território da Cidadania da Mata Sul.

→ É filiado a:

Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG).

Atualmente o Centro Sabiá conta com equipes administrativas e técnicas dividida da seguinte maneira:

→ Diretoria:

Presidenta: Sandra Rejane Pereira

Vice-Presidenta: Ivonete Lídia Vieira

Secretária: Carmen Silva da Silva

Conselho Fiscal: Edna Maria do Nascimento, Joana Santos e Rivaneide Almeida

→ Coordenação:

Coordenador Geral: Marcelino Lima

Coordenadora Pedagógica: Maria Cristina Aureliano

Coordenador de Articulação Política: José Aldo dos Santos

→ Equipe Técnica:

Adeildo Fernandes, Alexandre Henrique Pires, Alexandre Luna, Ana Santos, Caliandro Daniel da Silva, Catarina de Angola, Carmo Fuchs, Ewerton Gustavo França, Fabrício Vitor da Silva, Josefa Santana, Laudénice Oliveira, Marvson Andrade e Wallace Medeiros.

→ Projetos Especiais:

Antonio Albuquerque, Gilberto Lima, Gleidson Amaral, Nicléia Nogueira e Victor Emmanuel Barbosa.

→ Equipe Administrativa

Gerente Administrativo financeira: Verônica Batista

Equipe Administrativa: Alexsandro Pereira, Darliton Lima, Denize Barbosa, Edneide Alves, Jacinta Silva, Janaina Ferraz, Pedro Eugênio da Silva e Vânia Luiza Silva

Estagiárias de Contabilidade: Juliana de Lucena e Luciana Batista

Como já foi informado, o estudo enquanto residência social foi desempenhado na AGROFLOR, organização não governamental, situada no município de Bom Jardim, que está diretamente relacionado ao Escritório de apoio do Centro Sabiá em Caruaru, que tem sede em um prédio alugado, situado à Rua Vaz de Caminha, 100, Bairro Indianópolis.

De acordo com dados do IBGE, o município de Caruaru conta hoje com uma população de 314.912 habitantes. Sua gênese se deu no século XVII e era reconhecida como uma fazenda de gado. Imagina-se que o nome Caruaru tenha origem pelas aguadas das caruaras, alusão feita à fonte ou água que na localizada pernambucana produzia moléstia que acata os rebanhos, ocasionando inchaço e paralisia das pernas. Outra opção do surgimento do nome pode-se afirmar que foi derivado da palavra caruru e por acréscimo de uma vogal o nome ficaria como Caruaru. Sua emancipação aconteceu 18 de maio de 1857.

A visita ao escritório de apoio do Centro Sabiá em Caruaru foi importante principalmente para identificar o campo onde seria realizada a troca de experiência entre as partes. Este escritório acompanha a região do Agreste, com ações diretas e indiretas abrangendo 34 municípios dentre estes o município de Bom Jardim, também um local de intercâmbio para a residência social.

O município de Bom Jardim, Estado de Pernambuco, conforme dados do IBGE, conta com uma população de 37.826 habitantes e passou a ser município em 04 de

fevereiro de 1879. O seu nome deve-se ao fato de que no início do século XVIII havia um fazendeiro rico que se importava com a assistência religiosa aos moradores da área, área esta cheia de árvores belas e que apresentava flores belíssimas. Era um sítio que apresentava um majestoso jardim e daí achou-se por bem chamado Sítio de Bom Jardim que hoje se apresenta como cidade.

Situada em Bom Jardim, a AGROFLOR, na dimensão da dinâmica agroflorestal, é uma associação que tem princípios voltados para a sustentabilidade dos recursos naturais e o respeito à vida. Baseado nesta metodologia desenvolve-se ações nas comunidades rurais dando ênfase nas seguintes dimensões: o trabalho com crianças, adolescentes e jovens; a educação ambiental; a melhoria da qualidade de vida; a segurança alimentar e a geração de renda. Para isso baseia-se em princípios da justiça, da inclusão e a igualdade social, o resgate e exercício da cidadania, a valorização da mulher no trabalho agroecológico e a qualidade de vida. Também atua no incentivo à produção orgânica, a produção agroecológica, a comercialização e ao resgate das espécies nativas de árvores.

A Instituição conta com o apoio de várias instâncias do município e pessoas da sociedade civil. Atualmente são apoiados pela Pastoral da Criança, o Conselho Tutelar, o Conselho de Direito da Criança e do Adolescente, a Prefeitura Municipal, a Igreja Católica, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Como fonte de recurso para a realização das ações desenvolvidas, a Agrofior conta com a parceria da Agência de Cooperação Internacional Alemã Kindernothilfe (KNH) desde 2004, no financiamento do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Rural Agroecológico e ao Protagonismo Infanto-Juvenil”. Com esta parceria desenvolve atividades voltadas para o público infanto-juvenil, além de fortalecer as suas linhas de ações institucionais. Conta também com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na construção de cisternas de placas através da Articulação do Semi-árido (ASA) com o Programa de Formação, Mobilização e Convivência para o Semiárido.

Desde sua fundação, a AGROFLOR tem mantido uma relação de parceria institucional com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, que consiste no desenvolvimento de atividades conjuntas voltadas para o fortalecimento da prática da agricultura familiar sustentável, sobretudo assessorando no campo da gestão e desenvolvimento institucional e nas linhas da difusão da agricultura agroflorestal, no acompanhamento dos agricultores/as experimentadores/as, na assessoria à interferência das políticas públicas e no beneficiamento e comercialização agroecológica. Vejamos o depoimento do Sr. Claudio de Oliveira e Silva, Coordenadora Geral da AGROFLOR, em relação à assessoria do Centro Sabiá.

Nós somos associação de agricultores e a gente precisava de ser fortalecido e foi através do Centro Sabiá que nos proporcionou capacitação e quando a gente se insere nos espaços político dentro das políticas públicas a gente fomos pegando as orientações e hoje a gente tá bem nos espaços políticos e dentro das políticas públicas e nós temos conhecimento e agradece um pouco a assessoria do Centro Sabiá.

Essa assessoria acontece por meio da equipe técnica do Centro Sabiá sob temáticas específicas, orientando os agricultores(as) nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelas mesmas; na gestão de recursos financeiros; nas questões técnicas e voltadas à agricultura agroflorestal; e na formação política dos grupos. Compondo essa dinâmica de assessoria, estão os momentos de planejamento e avaliação comunitários e individuais, articulados com os processos produtivos dos agroecossistemas.

A assessoria aos processos organizativos da AGROFLOR também tem acontecido por meio da participação dos técnicos e técnicas nas reuniões das associações e no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Essa tem sido uma forma de contribuir para uma ação mais reivindicativa, propositiva e autônoma nos espaços de controle das políticas públicas para a agricultura familiar.

Atualmente conta com um quadro de 67 (sessenta e sete) associados/as, sendo 35 (trinta e cinco) homens, 17 (Dezessete) mulheres e 15 (quinze) jovens. Todos os/as associados/as compõem a Assembléia Geral Ordinária, realizada duas vezes ao

ano, constituindo-se na instância máxima de deliberação institucional, a partir da qual são dados os rumos políticos da associação.

Além disso, conta com um grupo de 10 (dez) difusores³, composto por homens, mulheres e jovens das comunidades rurais de Bom Jardim, tem 25 (vinte e cinco) famílias comercializando seus alimentos diretamente aos consumidores e mais 12 (doze) participando indiretamente do processo. As crianças, adolescentes e jovens estão inseridas/os nos processos agroecológicos, convivendo e sendo capacitados com dinâmicas voltadas para a sua permanência no meio rural e a convivência com o semiárido numa linha educacional e cidadã.

A AGROFLOR tem como missão institucional “contribuir para o desenvolvimento agroecológico, melhorando a qualidade de vida das famílias agricultoras e resgatando a sua cidadania”. As linhas de ação são todas voltadas para a agricultura familiar agroecológica, as quais são: produção agroecológica, formação e protagonismo infanto-juvenil, beneficiamento e comercialização, fortalecimento institucional, saúde/alimentação e água.

Foi observado várias conquistas alcançadas pela associação, conforme relato do seu diretor presidente, principalmente no campo da preservação ambiental e o resgate a auto-estima dos/as agricultores/as do município de Bom Jardim, assim como a geração de renda para estes. Também o desenvolvimento do trabalho com a linha de ação do protagonismo infanto-juvenil, onde crianças, adolescentes e jovens são os autores do desenvolvimento sustentável no campo e ao resgate da cultura local de cada comunidade.

Percebe-se que o Centro e a Agroflor preocupa-se não somente com a criação de animais ou com a agricultura com um fim em si mesma, mas também estão preocupados com a compreensão social, política, ambiental, humana, de direitos que visa contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

³ Agricultores/as que difundem a ideologia agroflorestal para outras famílias de agricultores na zona rural de Bom Jardim.

Ficou nítido que o papel político da AGROFLOR perpassa pela importância da participação popular nas políticas públicas porque “participa de vários espaços porque você não é só aquele agricultor que só produz o alimento lá, mas você tá inserido nestas políticas, você tá em diversas discussões e isso é forte também a questão da cidadania, do fortalecimento da sociedade participando e sugerindo. A instituição, o Centro Sabiá e a AGROFLOR ela não só constrói, mas ela mobiliza e isso é importante para as pessoas, para fortalecer a cidadania” (Jorge da Silva Ramos, Coordenador Financeiro da AGROFLOR).

O envolvimento com as pessoas e com o trabalho me fez perceber e compreender ainda mais a necessidade e a importância da articulação da sociedade civil na interferência nas políticas públicas de modo geral. Não se trata aqui, por exemplo, de estarmos pensando em situações isoladas ou apenas em um chamamento público, trata-se de pensar em mobilizar-se, de pensar conscientemente o que é melhor para a nossa sociedade, para as pessoas que aqui estão e que necessitam constantemente de políticas públicas que atendam as suas demandas e as demandas do meio ambiente, diga-se de passagem.

Foi presenciada a participação e contribuições nas redes, articulações e conselhos de políticas públicas, bem como do apoio que é dado aos fóruns e redes da sociedade civil como: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação no Semi-Árido do Brasil (ASA), Articulação de Entidades da Zona da Mata (AEZM) e a Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco (RECAPE). Vale salientar que o Centro Sabiá, em todas essas articulações, seja no local ou no microrregional, estadual e ainda nacional fica clara a participação nos conselhos de políticas públicas, como o CMDRS, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-PE) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). É importante dizer que a inserção do Centro Sabiá nessas redes e articulações, e a construção de parcerias que acreditam e apóiam ações no campo da agroecologia, sejam elas com a cooperação internacional ou nacional, têm sido importantes para o fortalecimento e ampliação da ação institucional do próprio Centro.

É fato que a presença do Centro Sabiá nos espaços de articulação política e técnica têm ajudado a instituição no estabelecimento de novas parcerias e contribuído muito na construção de referenciais para as políticas públicas nacionais principalmente voltadas à agricultura familiar. Com isso a instituição tem se fortalecido e essa é uma estratégia importante também para a sua vida institucional.

Um bom exemplo desta ação refere-se ao Projeto de Lei 2.325/2007 que altera a Lei de Cultivares e partiu da iniciativa de mobilização de diversos setores da sociedade civil no sentido de dialogar e pressionar parlamentares e ministros do governo federal. Outro fator importante e que está inserido nesta perspectiva de interferência da sociedade civil nas políticas públicas foi a conquista da implantação de um Programa de Cisternas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), qualificando a água de beber e cozinhar das comunidades. Pode-se destacar ainda a formatação de Lei da Merenda Escolar que garante que 30% dos produtos utilizados nessa merenda sejam oriundos da agricultura familiar. São elementos que demonstram as possibilidades de mudança nas políticas públicas a partir de uma interferência da sociedade civil no exercício da participação popular.

Conforme avaliação da equipe do Centro Sabiá, os desafios não deixam de existir e precisam ser superados a cada dia. É preciso pensar na perspectiva de uma lógica de desenvolvimento que tem na centralidade a harmonia entre os seres humanos e o ambiente, a valorização à diversidade e à solidariedade e o equilíbrio entre o econômico e o social.

O maior intuito do Centro Sabiá e da AGROFLOR é animar um processo junto às famílias para que estas possam construir novos sentidos e objetivos para suas organizações comunitárias e que agreguem valores coletivos de sustentabilidade produtiva e econômica, de novos olhares e leituras sobre o meio em que vivem.

As políticas públicas elas têm contribuído nesta dimensão dos agricultores que passa a ter uma observação maior além da produção. Você começa a fazer provocações no sentido de propostas para o poder público por exemplo, passa a ter esse conhecimento, essa inquietação, por exemplo, até algumas pessoas dizem assim: vocês são agricultor? Porque na maioria das vezes

tem uma visão que o agricultor ele só pranta e colher, mas ele não tem o conhecimento dos direitos sociais, na questão das políticas públicas. Os agricultores também entendem essa mudança, estão adquirindo essa inquietação de estar propondo, de achar que isso deveria ser assim, assado e isso é muito bom. A gente tem percebido isso, esse avanço com nós agricultores com a AGROFLOR (Rafael Justino Braz, Agricultor de Bom Jardim).

O grande receio do Centro Sabiá em relação aos Conselhos, sobretudo no Estado de Pernambuco, traz à tona um permanente debate na sociedade civil sobre o papel e poder de controle de políticas públicas atribuídas aos Conselhos. A ausência de estratégias de enfrentamento claras e articuladas, e a desmobilização por parte da sociedade, considerando as dificuldades de apoio financeiro que enfrenta, instalam uma situação em que os Conselhos passam a existir de direito, mas não de fato. Este é um desafio grande para estes assessores no sentido de não perderem a direção e o rumo a ser tomado para que os Conselhos exerçam de fato a sua função priorizando o controle social das políticas públicas locais. Segundo Sr. Adeildo Fernandes da Silva, “não dá pra ter só a participação figurativa e tinha muitos conselhos que eram formados e formalizados e depois não funcionavam e fizemos uma discussão que deveríamos priorizar alguns conselhos e mesmo que não fosse enquanto Centro Sabiá, mas representando as articulações que a gente faz parte”.

Outro fato importante que não pode deixar de destacar é a formação das Comissões Municipais onde várias organizações de agricultores começam a se organizar cada vez mais, começam a pensar diferente a sua ação e não ficam esperando que as coisas aconteçam por si só. Observou-se que as organizações, através destas comissões, estão envolvidas na luta, envolvidas nas mobilizações para garantir recursos nas políticas públicas que estão para atender a população. A ação do Centro Sabiá acontece muito nesta perspectiva de fazer com que as organizações conquistem a sua autonomia política e financeira e que possam proporcionar qualidade de vida para as famílias agricultoras.

A Residência Social expressou a dinâmica da gestão social visto que trouxe o olhar direcionado à atuação da sociedade civil que, como afirmou o Prof. Genauto Filho, trata-se do espaço que é próprio da sociedade civil. Estão presentes nas falas dos agricultores, dos técnicos, dos jovens, das mulheres o entendimento da importância

da participação de cada um tornando-se protagonista da construção da sua própria história, contribuindo para a efetivação do controle social das políticas públicas através da participação, seja ela direta ou através de espaços legítimos, como as comissões e os conselhos municipais. Na fala de uma agricultora observa-se a satisfação do envolvimento nas discussões coletivas onde existem espaços democráticos de diálogos voltados à qualidade de vida das famílias.

É preciso afirmar que a participação de agricultores nos Conselhos de políticas públicas contribuiu para que os agricultores pudessem se aproximar de temas e questões pertinentes a realidade local, e por outro lado são espaços importantes de articulação política, mobilização e reivindicação e troca de experiências.

Segundo Sr. João Batista, agricultor do Sertão do Araripe, “é um dever do ser humano dividir, ensinar e aprender juntos”. Assim, pode-se afirmar que todo esse trabalho do Centro Sabiá e da AGROFLOR junto aos agricultores familiares desempenham o papel de mostrar a todos os envolvidos no processo de que há estratégias mais participativas, democráticas e sustentáveis que contribuem para que todos possam alcançar o direito ao desenvolvimento.

Avalio que os dias que estive em Pernambuco seja em Recife, Caruaru ou em Bom Jardim pude presenciar a vivência do processo de participação popular nas políticas públicas o que avalio de grande importância para o meu estudo onde busquei me aproximar o máximo que pude da experiência tão valiosa na vida das comunidades, principalmente no município de Bom Jardim através da Associação AGROFLOR. Avalio ainda que este convívio com o Centro Sabiá me fez ainda mais acreditar que a interferência popular nas políticas públicas é possível de acontecer e que contribui muito para o desenvolvimento local visto que busca se aproximar das demandas e necessidades das pessoas, das comunidades, do público prioritário

O que mais chamou atenção e interesse foi a participação popular, por ter vivenciado experiências exitosas e verdadeiramente possíveis de acontecer. Na minha prática acrescentou muito porque, assim como em Pintadas, experimentamos a interferência nas políticas públicas através da sociedade civil organizada.

Observei que existia uma relação muito direta com a minha pesquisa de mestrado porque, mesmo não tratando da interferência na Política de Assistência Social visto que o foco do trabalho do Centro Sabiá é a agricultura familiar, agrofloresta e agroecologia, o tema principal que é participação e controle social foi vivenciado a cada momento de contato com as pessoas, com as instituições as quais estão diretamente relacionadas com o Sabiá. Assim, posso afirmar que foi gratificante perceber a possibilidade da interferência popular nas políticas públicas, seja ela qual for.

É importante salientar que ficou bem claro que a experiência não aconteceu somente nas palavras, teorias, mas sobretudo na realidade da vida das famílias, no processo de busca de transformação social, na importância da valorização da qualidade de vida das pessoas e principalmente na busca e construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E esta experiência do Centro Sabiá e a própria pesquisa por mim realizada provam as possibilidades de participação e controle social exercido pela sociedade civil para o exercício de uma efetiva cidadania, onde pessoas menos favorecidas tenham a capacidade e o direito de expressar a sua opinião e de fazer valer os seus direitos. É nisso que quero continuar acreditando.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ora apresentada e que agora em seu capítulo final buscar evidenciar os resultados por ela originados, conseguiu ir além da sua proposta em virtude da riqueza de detalhes trazidos pelos entrevistados envolvidos no processo. Felizmente não se absorveu apenas o foco de estudo, sobretudo foi importante identificar elementos para além do seu objetivo com a Política de Assistência Social do município.

Observou-se há presença de uma harmonia social que se configura e se fortalece politicamente através de um processo de organização política e social da Rede Pintadas não somente no âmbito municipal, mas também territorial. É evidente que esta organização efetiva provoca uma grande abertura dos espaços estratégicos de participação, de diálogo público e de interferência nas políticas sociais e isso proporciona uma maior facilidade nos retornos e respostas para as demandas da sociedade, além de contribuir para uma gestão pública ainda mais democrática, proporcionando o exercício da cidadania e do controle social.

Trata-se, por exemplo, de pensar a Rede Pintadas como uma instituição que reconhece a importância da mobilização social e do trabalho coletivo, mesmo compreendendo também a necessidade de autonomia da suas filiações, mas as questões mais gerais são tratadas conjuntamente.

Notou-se a efetividade do controle social através dos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, mas ficou claro que a atuação da Rede Pintadas vai além deste órgão deliberativo. A participação em conferências, fóruns, orçamento público são exemplos de atuação em outros espaços de controle social.

Os resultados do estudo demonstram uma verdadeira interlocução entre a Rede Pintadas - enquanto uma organização da sociedade civil - e o Poder Público . Esta interlocução caminha para frente, para o desenvolvimento do município através de

uma abertura e transparência da gestão pública e para a construção de espaços de discussão e de participação efetiva da sociedade civil.

Compreende-se que o processo democrático no município de Pintadas é bastante aguçado e presente na vida da comunidade pintadense e este processo vem contribuindo muito para a interferência direta da sociedade no que diz respeito ao controle social das políticas públicas, das ações públicas, das tomadas de decisões do poder público. Na realidade percebe-se, no município de Pintadas, a Rede Pintadas se completando no plano da gestão pública e este fator se faz importante também para impulsionar o Estado para o campo da participação, descentralização e transparência pública. Assim, pode-se afirmar que há uma forte e equilibrada parceria entre a Rede Pintadas e o Poder Público que tem importância significativa e contribui para o desenvolvimento do município. A pesquisa demonstra a Rede Pintadas como uma experiência que visa desencadear processos coletivos no qual se efetiva, de fato, o controle social experimentado pela sociedade civil num contexto democrático de participação social.

O estudo aponta para a compreensão de que o governo municipal de Pintadas apresenta características que se configuram em processos democráticos e participativos com um forte diálogo e discussão com as organizações da sociedade civil. Mas, mesmo com estas características apresentadas pelo governo municipal, é necessário que a sociedade civil esteja sempre atenta e articulada as ações governamentais e as tomadas de decisões políticas dentro do município a fim de garantir a efetiva participação e a não cooptação da sociedade civil pelo Estado.

Ficou evidenciado o reconhecimento de que a Rede Pintadas é um exemplo de construção de novos canais que se abrem para agir na relação entre sociedade civil e a esfera pública. São canais de participação, de mobilização da sociedade civil que se organiza em prol de um desenvolvimento que atenda às demandas que se apresentam. Demonstra ainda a importância da sociedade civil para a interlocução com o Estado dando ênfase e sentido a articulação entre as próprias organizações para a formação das redes sociais. Existe, neste sentido, uma interdependência

entre as instituições que estão ligadas à Rede Pintadas visto que estão sempre articuladas coletivamente.

Esta necessidade de articulação entre as organizações da sociedade civil, e a própria articulação da Rede Pintadas junto a suas filiadas demonstra a força da organização em redes e tem assegurado uma representatividade maior na esfera pública.

Observou-se, ainda, uma espécie de Rede de Compromissos Sociais, em que os envolvidos buscam sempre a união e a troca de conhecimentos mútuos na perspectiva de desenvolver ações que visem o bem comum da sociedade. E é com esta soma de esforços mútuos e com as parcerias já estabelecidas e pela mobilização social que a Rede Pintadas se constitui e se fortalece na perspectiva de se implantar e desenvolver as políticas públicas sociais.

Vale salientar que a pesquisa de campo em Pintadas veio reafirmar o que foi presenciado e vivenciado na Residência Social, em Pernambuco, em virtude de ter demonstrado que a participação e o controle social são verdadeiramente possíveis de acontecer. E assim estão presentes nas falas da Rede Pintadas e de suas filiadas, do Poder Público, do Poder Legislativo de Pintadas, do Centro Sabiá, da Agroflor a compreensão da importância do exercício da participação popular onde cada um possa tornar-se protagonista na construção da história da sua comunidade, do seu município, da sua própria história, contribuindo para a efetivação do controle social.

Por fim, e não podendo deixar de citar, notou-se que em relação ao conhecimento acerca da Política de Assistência Social desenvolvida no município, observou-se a necessidade de uma intervenção não somente junto aos sujeitos de estudo, mas à população Pintadense, de trazer informações detalhadas acerca da Política Municipal de Assistência Social, sobretudo os serviços que são desenvolvidos no município, bem como compreender ainda a sua distância do assistencialismo que se firmou através de uma construção histórica.

Há ainda uma preocupação que se apresenta nesta pesquisa que está relacionada a esta interdependência entre Rede e Poder Público. Na realidade é preciso que estas duas instâncias não invertam seus papéis e não desconheçam as suas atribuições a fim de garantir a responsabilidade do Estado e a articulação da sociedade civil, ou seja, o poder público deve permanecer com suas obrigações junto à sociedade civil e esta deve estar atenta aos processos públicos, sociais, culturais e econômicos que se apresentam.

REFERÊNCIAS

- ALAYON, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza. São Paulo: Cortez, 1989.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do neo-liberalismo**. IN: SADER, Emir e Pablo Gentili (org.). Pós-Neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1995.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- ARANHA, Maria Lucia de A; MARTINS, Maria Helena P. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2ª Ed. Atual. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIDARRA, Zelimar Soares. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano XXVI, nº. 88, Editora Cortez, São Paulo, 2006.
- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Brasiliense, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil** – tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1ª. Ed. 1982.
- _____, Estado Governo Sociedade. **Para uma teoria geral da política**; tradução Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____, **Ensaio escolhidos**. São Paulo. Ed. C.H. Cardim, s/d. (Cap. A teoria do Estado e do poder).
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**; tradução Carmen C. Varriale...[et al.]; coordenação da tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais – 4ª ed./ Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992, Volume dois.
- BONASSA, Tânia Luíza. Estrada do colono: conflito socioambiental e representações de natureza nas práticas discursivas. In: Brandenburg, Alfio (et al). **Ruralidade e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete (Coord.) **Avaliação dos dez anos de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social**: um olhar dos conselhos estaduais, municipais e do distrito federal. Brasília. MAS/CNAS, 2003 (relatório de pesquisa).

BOSCHETTI, Ivanete. Rev. Katál. **O futuro das políticas sociais no governo Lula**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 13-14 jan./jun. 2007

_____. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2ª. Ed. Unb, Brasília: 2003.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa Brasileira**: Texto constitucional promulgado em cinco de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92, 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nº. 1 a 6/1994. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004**. Norma Operacional Básica NOB SUAS. Brasília, DF, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 19, 1998.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (**Lei Orgânica da Assistência Social**). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL, **Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)**. IV Conferencia Nacional de Assistência Social. Brasília, 1998;

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Brasília: 2005;

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Material instrumental para apoiar o Conselho Nacional de Assistência Social na implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Orientação acerca dos conselhos e do controle social da política de assistência social**. nº. 1. Brasília, 2006;

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Material instrumental para apoiar o Conselho Nacional de Assistência Social na implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de assistência social**. nº. 2. Brasília, 2006;

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)**. Brasília: 2007;

BRAVO, Maria Inês Souza. **Gestão democrática na saúde: O potencial dos conselhos.** In: PEREIRA. Potyara. Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Representação Política** – São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

CAMPOS, Edval Bernardino. **Assistência social: do descontrole ao controle.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 88, 2006.

_____. **Cadernos de textos: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS/Conselho Nacional de Assistência Social,** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009.

_____. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano XXVI, nº. 87, Editora Cortez, São Paulo, 2006;

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** 2ª ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Ed. Xama, 1996.

III Caderno de Experiências: Agroecologia transforma paisagens desertificadas. 2009, Diaconia, Caatinga e Centro Sabiá.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o serviço social.** São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

CARRANO, Paulo C.R. **A sociedade em redes.** In: Juventude, cultura e cidadania. Rio de Janeiro: Comunicações do ISEER, número especial, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Política de Assistência Social e seu Reordenamento Institucional.** Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP. 1994.

_____. Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano XXVI, nº. 87, Editora Cortez, São Paulo, 2006;

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Relatório Anual de Atividades 2005.** Recife, julho de 2006.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Relatório Anual de Atividades 2006.** Recife, julho de 2007.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Relatório Anual de Atividades 2008**. Recife, julho de 2008.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ. **Relatório Anual de Atividades 2010**. Recife, julho de 2010.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. **A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate**. In: Serviço Social & Sociedade, nº. 77, ano XXV, março, 2004.

COUTINHO, C. N.. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. IN: TEIXEIRA, S.F. (org.) **Reforma Sanitária – Em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008

CUNHA, Sheila Santos. **Histórico da rede pintadas**. Salvador, março, 2003. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/Historico%20da%20Rede%20Pintadas.pdf>. visitado em 05 de fevereiro de 2010, às 23:06, horário local.

DAGNINO, E. 2002. “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades”: 279-301. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Paz e Terra, São Paulo.

_____. 2002. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**: 9-15 In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Paz e Terra, São Paulo.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista / Participation is conquest**. 5ª Ed São Paulo; Cortez, 2001.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

DIAS, Wilson José Vasconcelos [et.al.] **Território e Identidade: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia**. Feira de Santana-Bahia. Gráfica Modelo, 2006.

DURIGUETTO. Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS. Vicente de P. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 3 – Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

_____. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2007 – Coleção Primeiros Passos.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. In: **Serviço Social e Sociedade**, ano XXVI, nº. 88, Editora Cortez, São Paulo, 2006;

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Brasileira**. Edição especial, 2004, FNDE- Ministério da Educação.

FISHER, Fernando; NASCIMENTO, Antonio. **Projeto Rede Pintadas**. Mimeo. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30º ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GHIZELINI, André Michelato. O assessoramento técnico-organizativo como base para a organização social e política na agricultura familiar. In: Brandenburg, Alfio (et al). **Ruralidade e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999..

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões de nossa época; v. 123).

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões de nossa época; v. 123).

GOMES, Eliab B. (Re) **Pensando cidadania: ensaios**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, Ba: Núcleo de Ética e Cidadania –NEC, 1999.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. **Maquiavel. Notas sobre o estado e a política**. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, v. 3.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L e PM, 1980.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda. **Coleção Os Pensadores**, 1999. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis, nº 3, ano II, ABEPSS, 2001.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000. Brasília, 2000.

IVO, A. B. L. **Metamorfoses da questão democrática**: governabilidade e pobreza. Buenos Aires, Clacso, Novembro/2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo, Abril cultural, **Coleção Os Pensadores**, 1973.

LÜDKE MENGA, André; Marli E.D. **Pesquisa em Educação**: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS. Valdete de Barros. **Cadernos de textos**: subsídios para debates: participação e controle social do SUAS/Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – Brasília, DF: CNAS, MDS, 2009.

MARX, K. **O Capital**. Edição Resumida. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 7ª. Edição. LTC Editora. Rio de Janeiro, 1982.

_____. **O Capital**. A elaboração do manuscrito foi concluída em 1867, Publicação e tradução feita pela editora Hucitec. São Paulo, 1986.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes: 1977.

MARX, K. **A Questão judaica**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presenla, v. 1974.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez: 1997.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MILANI, CARLOS. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferência Regional ISTR-LAC, San José, Costa Rica, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994;

MOTA, Ana Elizabete. Uma nova legitimidade para o Serviço Social de empresa. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, (30): 127-136, 1989.

_____. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 3ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Adeildo Fernandes da Silva, et al. **Agricultura agroflorestal e criação animal no semiárido / Centro de desenvolvimento Agroecológico Sabiá**. Recife: Centro Sabiá, 2010. 54 p.: Il.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo, Cortez: 1997. Tradução de Rodrigo León Contrera.

NETTO, José Paulo. **Construindo a inclusão e universalizando direitos**. II Conferência Nacional de Assistência Social, Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)/Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Brasília-DF. Anais, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Maria Marley de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. – 3. ed. – Rio de Janeiro; Elsevier, 2005.

PETERSEN, Aurea; CORSETTI, Eduardo; PEDROSO, Elizabeth Maria K.; ULRICH, Maria Alayde Albite. **Ciência política: textos introdutórios**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

PEREIRA, Potyara A. P. **Conceitos e Funções da Assistência Social**. Série Política Social em Debate nº 5 – Universidade de Brasília – UNB: junho, 1991;

_____. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Tradução de Angelina Peralva.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Organização e gestão das políticas sociais no Brasil**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 3: Política Social. Brasília: UnB, CEAD, 2000.

_____. **Desafios da gestão democrática das políticas sociais.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo 3: Política Social. Brasília: UnB, CEAD, 2000.

RAYMUNDO, Bárbara Alvim; ASANO, Fabiana Yumi; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles T. **Noções e Percepções sobre a sustentabilidade da Rede Pintadas** – 2006. Projeto Conexão Local – Ano II. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas.** Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. (Pensadores). Tradução: Lourdes Santos Machado.

_____. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. **Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.
Sabiá – a experiência com comercialização agroecológica. Brasília: MMA, 2006. 68 p.: Il. Color; 28 cm (série Sistematização, VI).

SACHS, I. – O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento. In: Pereira, Wilhelm & Sola (Org.). **Sociedade e Estado em transformação.** S.Paulo/Brasília. Ed. ENAP, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHERER, Ilse Warren. **Redes e sociedade civil global.** In: ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Abong; Peirópolis. 2002.

SCHLITHLER, Célia Regina Belízia. **Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativa para a transformação social.** 2004-São Paulo.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez: 2003

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** 3ª. Ed. Florianópolis: Ed. da UFSC: São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SOUSA SANTOS, B de. **Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo.** In: Oliveira, F. de & Paoli, M. C.: Os sentidos da democracia. Petrópolis-RJ. Ed. Vozes, 1999.

SPOSATI, Aldaiza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XXV, nº. 77, p. 30-53, mar. 2004;

_____. **A inclusão social e o programa de renda mínima**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 66. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A Menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007;

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP: Salvador: UFBA. 2002.

_____. **Participação, controle social e políticas públicas**. In: ARAÚJO, Maria do Carmo; CÔRTEZ, Clélia Néri; TARQUI, Jorge Zegarra. (orgs.). Família, relações socioculturais e políticas públicas. Salvador: UCSAL/CEPEX, 2005, p. 33-43.

TENÓRIO, Fernando G. **Cidadania e desenvolvimento local**, Organizador Fernando G. Tenório – Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

TORRENS, J.C.S. **Notas sobre as lacunas da dimensão democrática do Plano Brasil de Todos**. Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em 28 jul. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TÜRCK, Maria da Glória Maurer Goes. **Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**, 2ª Ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

VITULLO, Gabriel Eduardo. **Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Editora Sulina, Porto Alegre-RS, 1ª. Ed. 2008.

ZAPATA, Tânia. **Desenvolvimento Territorial à distância**. Universidade Federal de Santa Catarina, Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Integração Nacional, 2007

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, nº. 77, p. 11-29 mar. 2004;

http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=T164&tmp.volta= visitado em 28 de janeiro de 2010, às 01:14 h, horário local.

www.ibge.com.br

www.mda.gov.br

www.sei.ba.gov.br

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
 CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL – CIAGS

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Tema do projeto: Participação e controle social da política de assistência social: um estudo de caso a partir da experiência da Rede Pintadas no município de Pintadas, Bahia, no período de 2005 a 2010.

Pesquisadora Responsável: Soneide Cristina Oliveira Rios Teixeira

Endereço e telefone: Rua Itamar Carvalho, 345 – Residencial Parque das Orquídeas, Casa 01D – Vila Olímpia – Feira de Santana-Bahia. Fone (75) 8148.9411

E-mail: soneide.rios@gmail.com

Este estudo refere-se à pesquisa de minha Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social, do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O objetivo do trabalho é Analisar a contribuição da Rede Pintadas na construção e no controle social das Políticas Públicas no município de Pintadas, Bahia.

A entrevista receberá um código que substituirá seu nome. Todos os dados coletados serão mantidos de forma confidencial e serão utilizados tão somente para fins científicos sobre o assunto investigado. Assim, sua identidade não será revelada em qualquer circunstância, a não ser através de seu consentimento (o campo de observações complementares deverá ser utilizado, entre outros assuntos, para confirmar a revelação dos nomes dos entrevistados, se for o caso).

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG _____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo ora apresentado. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade. Concordo que os dados coletados para o estudo sejam utilizados para o propósito descrito.

Observações complementares: _____

Pintadas, ____ de _____ de 2010.

 Nome e Assinatura do sujeito ou responsável

SONEIDE CRISTINA OLIVEIRA RIOS TEIXEIRA
 Pesquisadora

APÊNDICE B – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS DO PODER EXECUTIVO

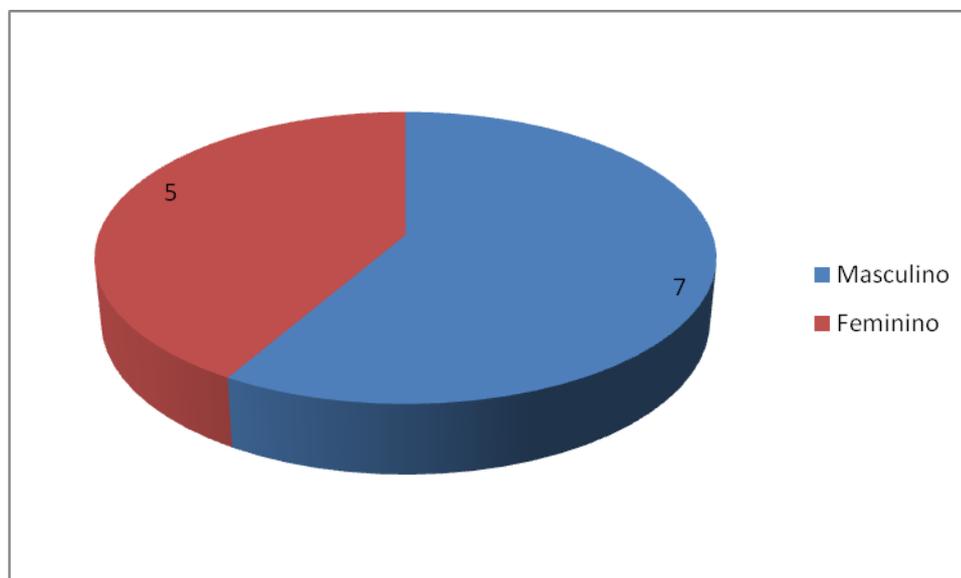


Gráfico 03: Gênero (Executivo)

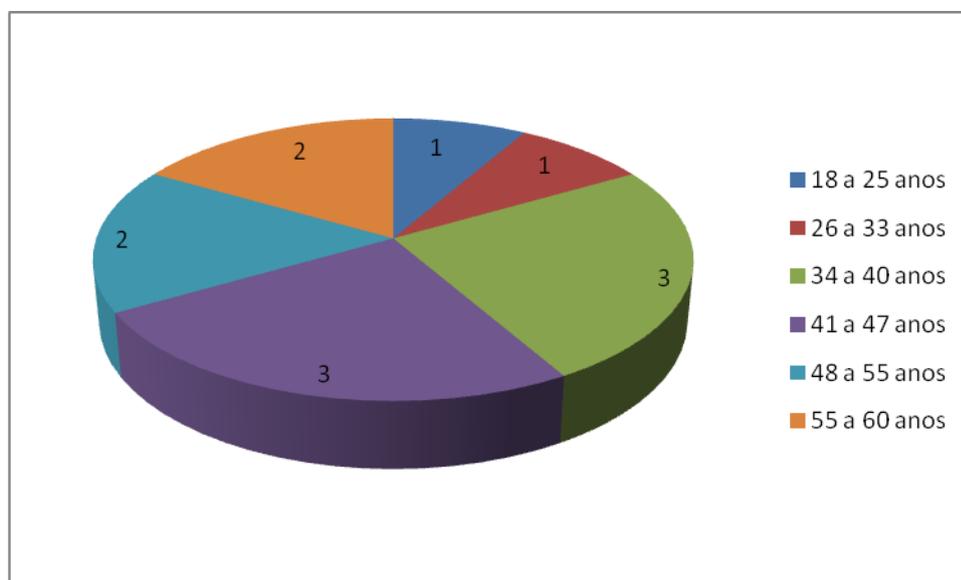


Gráfico 04: Faixa Etária (Executivo)

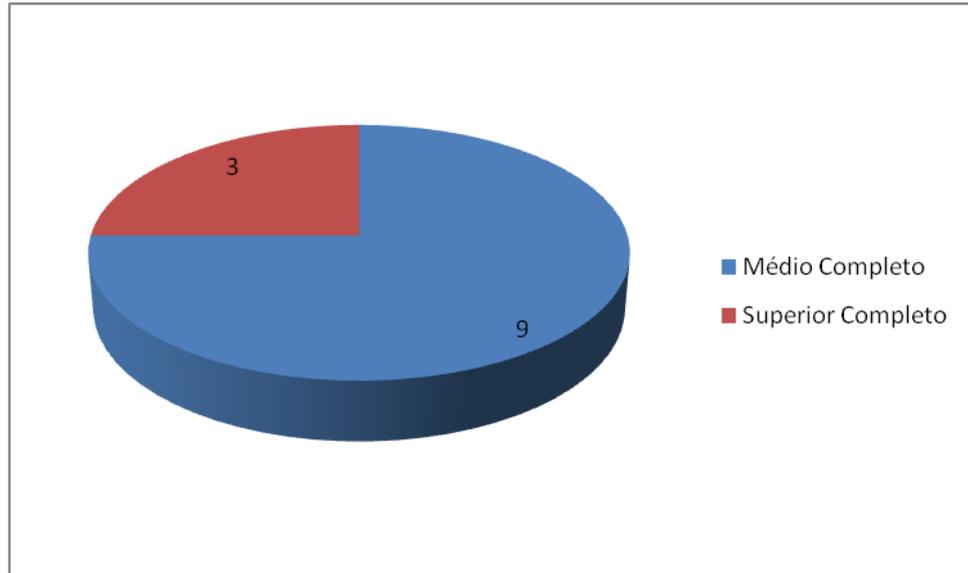


Gráfico 05: Escolaridade (Executivo)

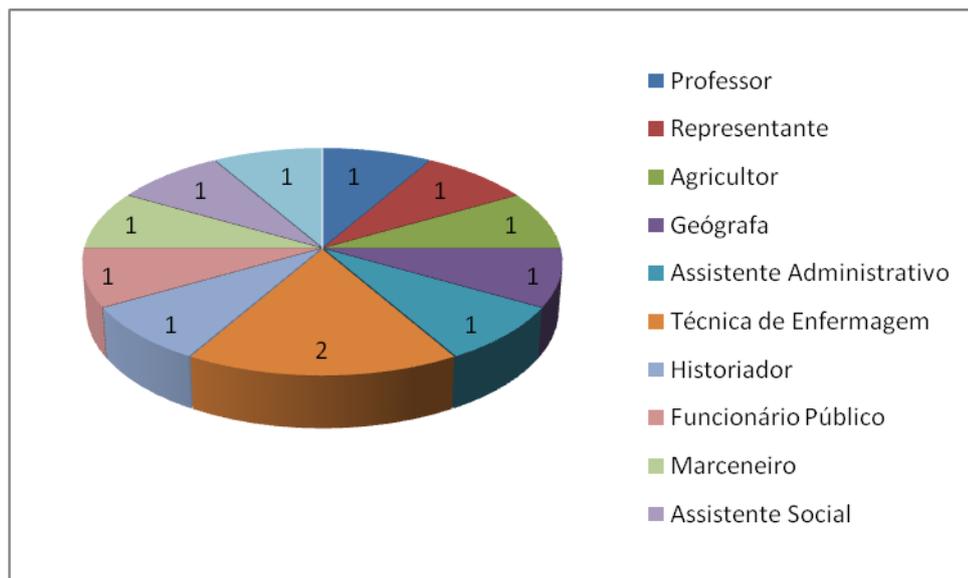


Gráfico 06: Profissão (Executivo)

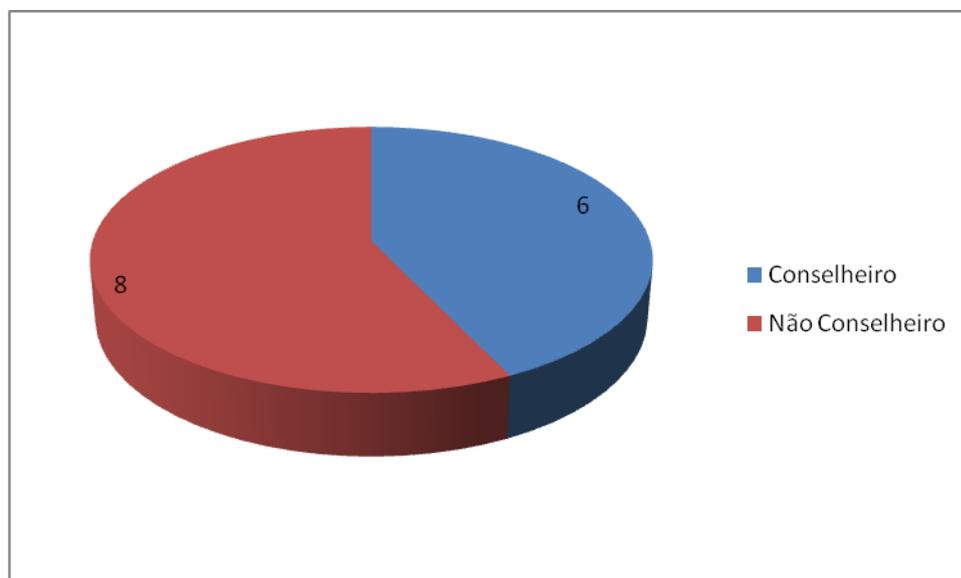


Gráfico 07: Número de Conselheiros (Executivo)

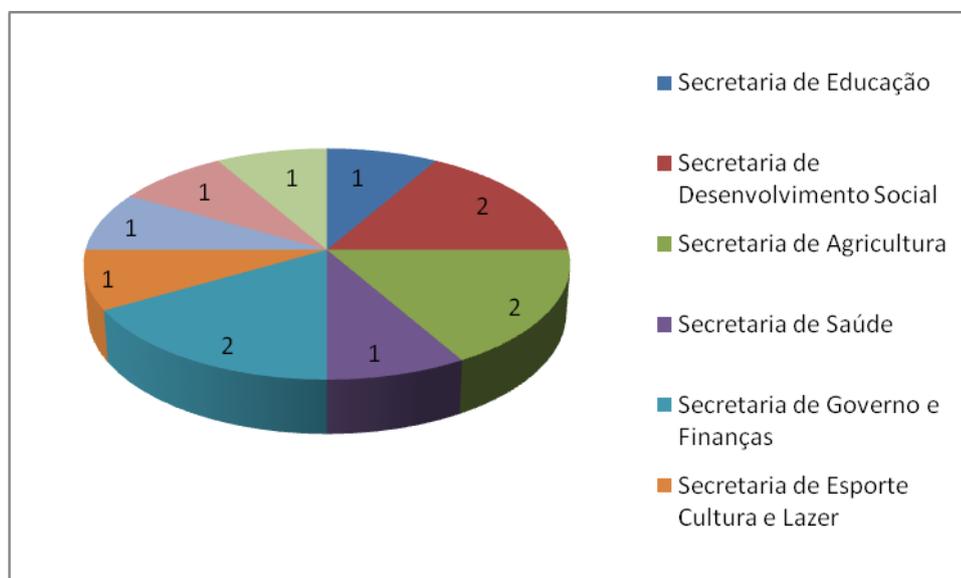


Gráfico 08: Representação (Executivo)

APÊNDICE C – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS DO PODER LEGISLATIVO

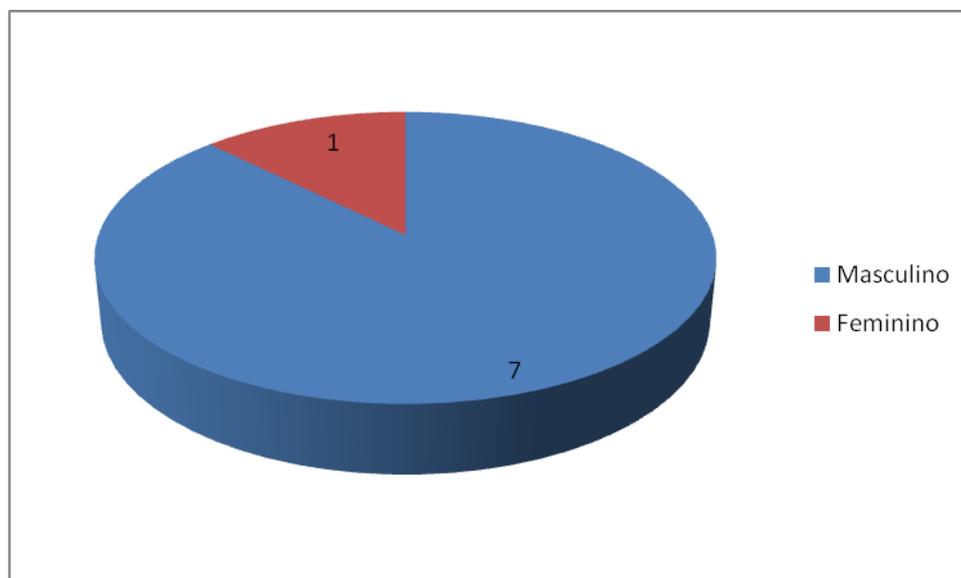


Gráfico 09: Gênero (Legislativo)

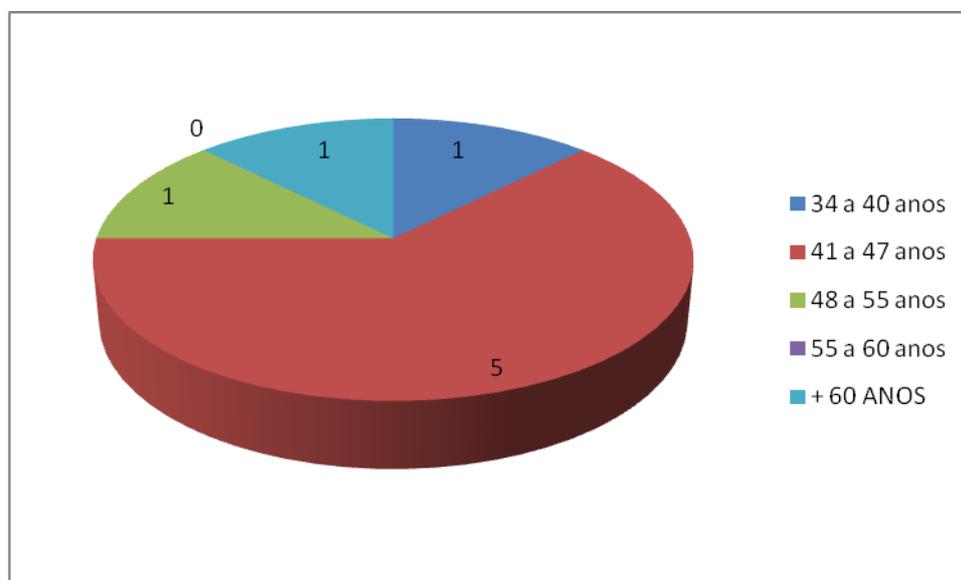


Gráfico 10: Faixa Etária (Legislativo)

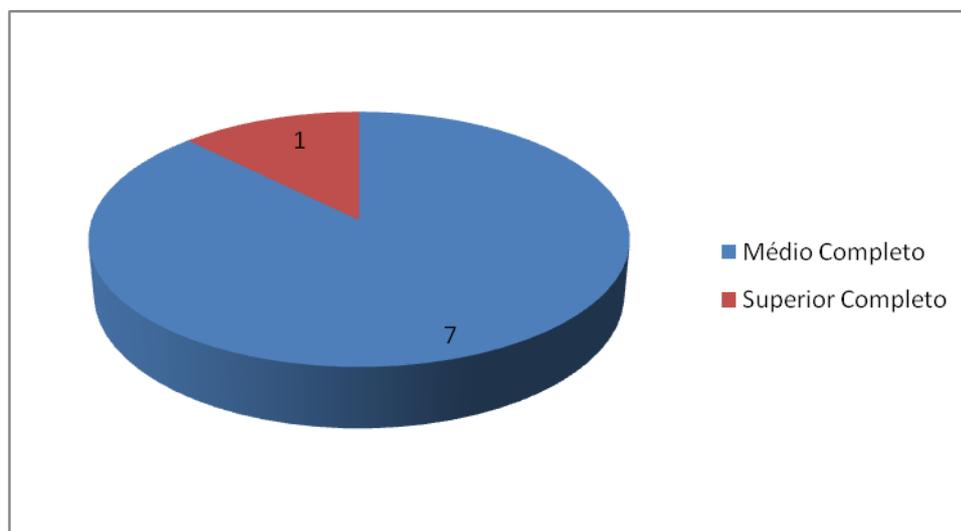


Gráfico 11: Escolaridade (Legislaivo)

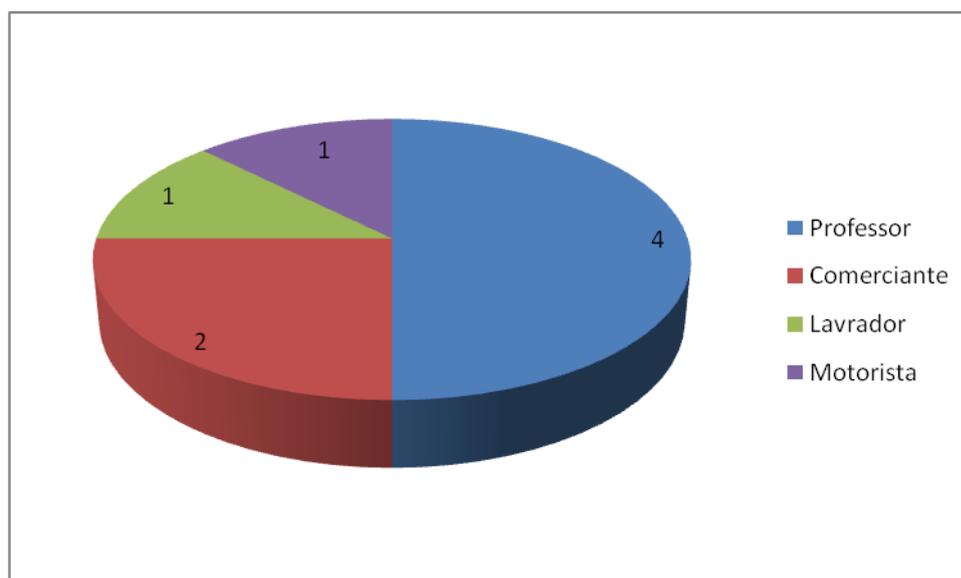


Gráfico 12: Profissão (Legislativo)

APÊNDICE D – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA SOCIEDADE CIVIL

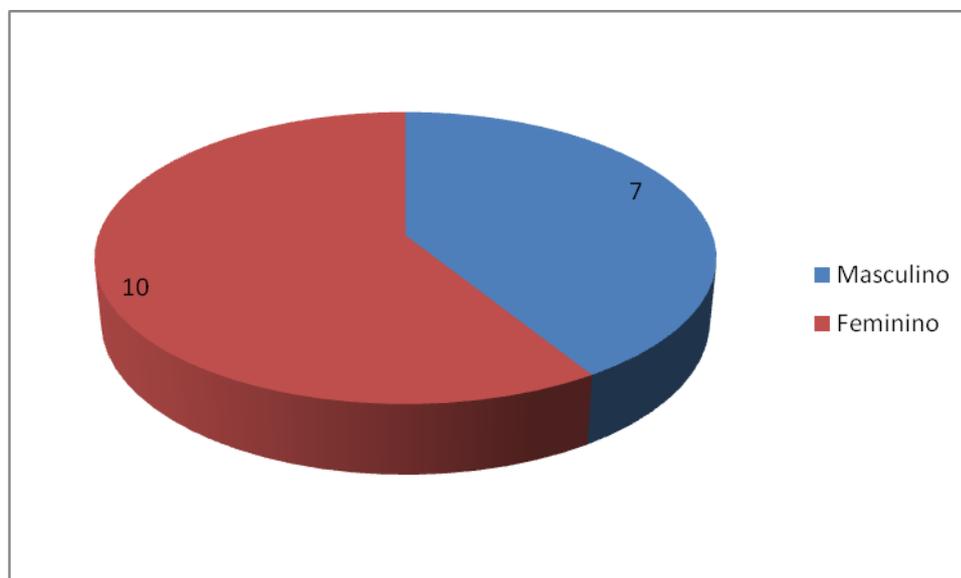


Gráfico 13: Gênero (Soc. Civil)

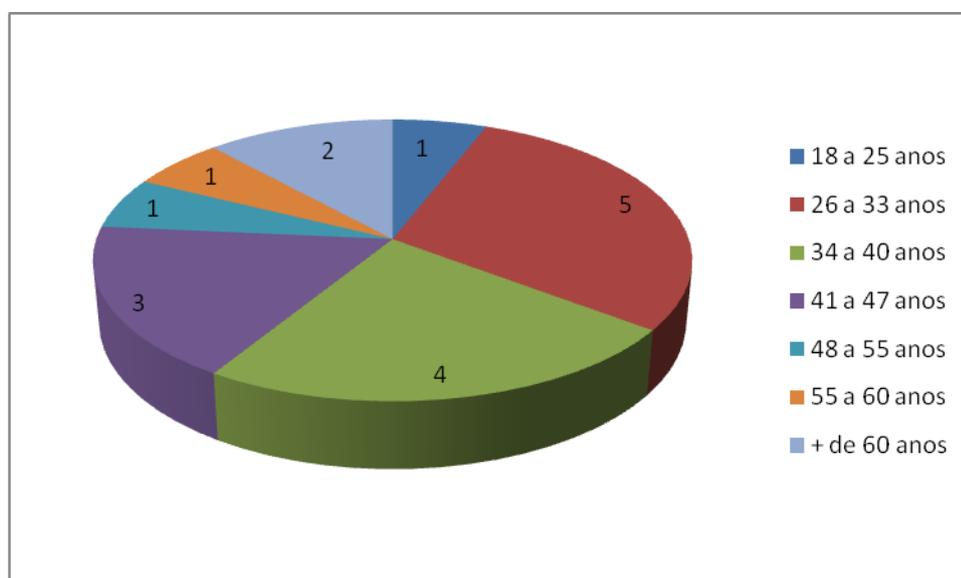


Gráfico 14: Faixa etária (Soc. Civil)

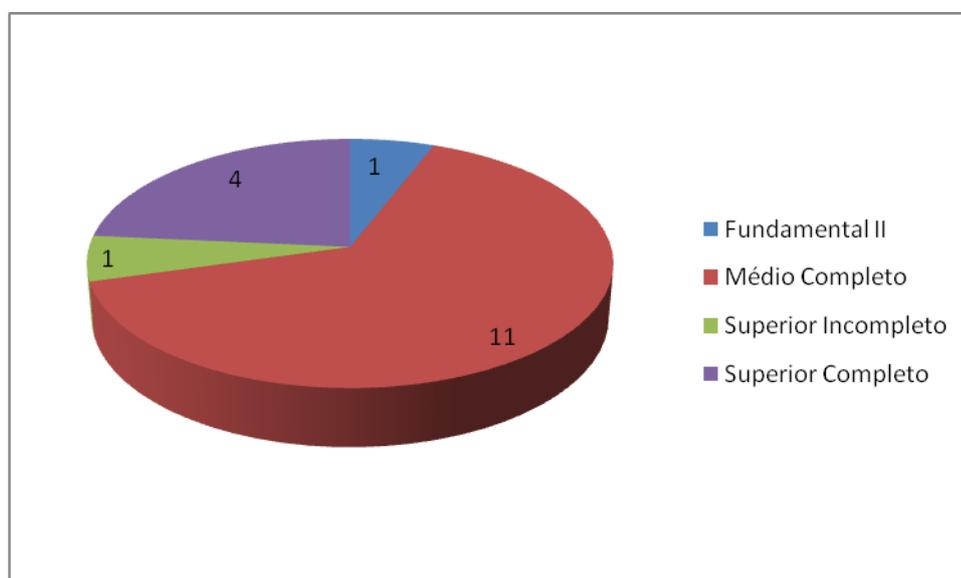


Gráfico 15: Escolaridade (Soc. Civil)

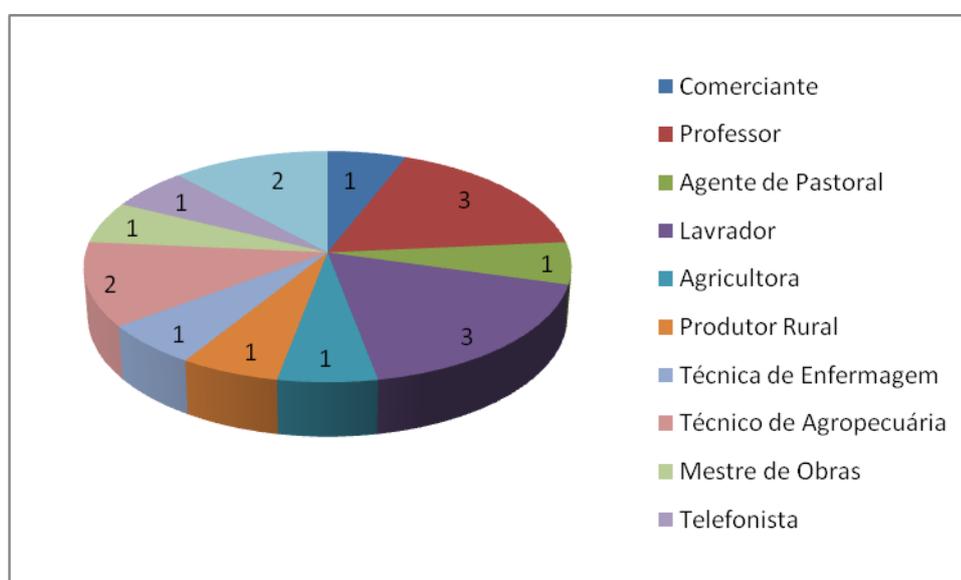


Gráfico 16: Profissão (Soc. Civil)

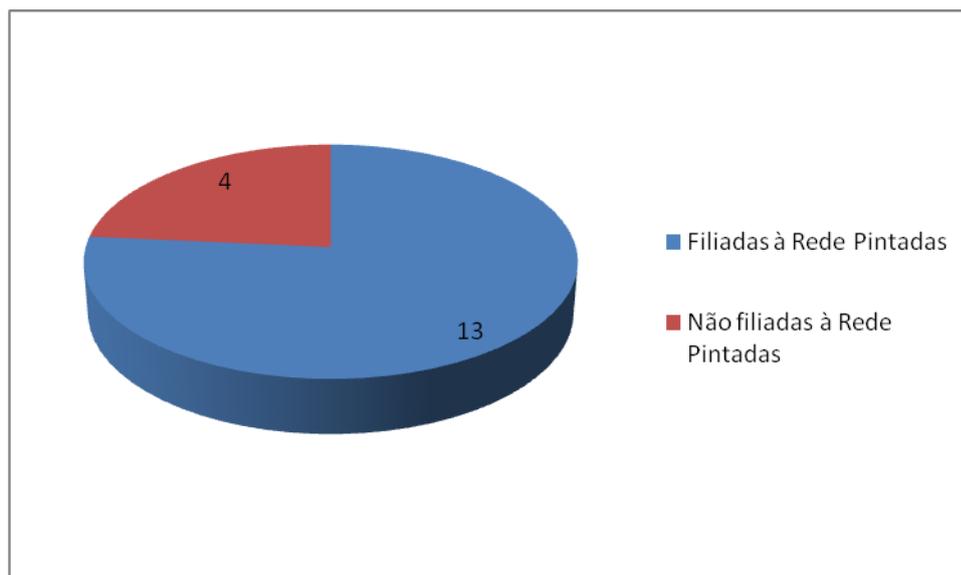


Gráfico 17: Filiados da Rede Pintadas (Soc. Civil)

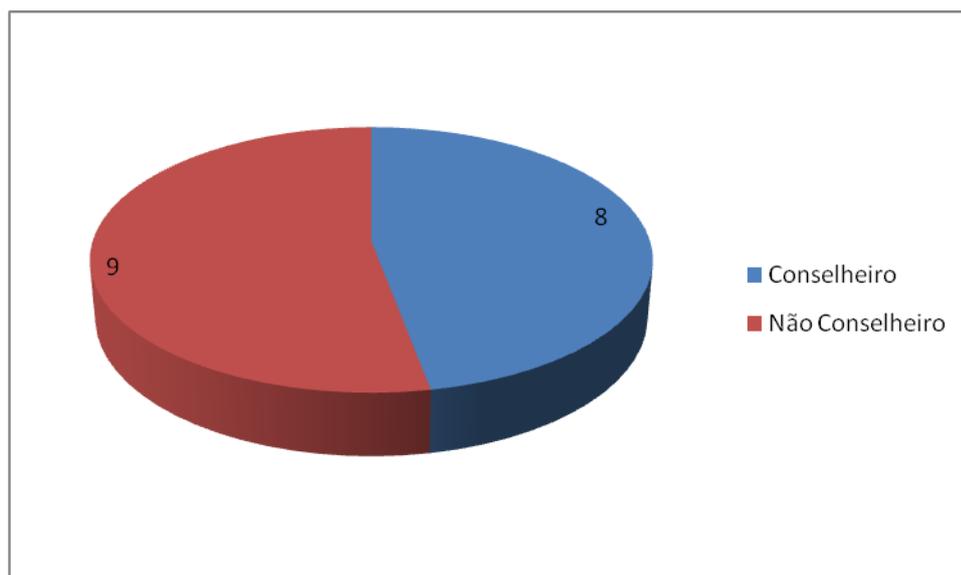


Gráfico 18: Número de Conselheiros (Soc. Civil)

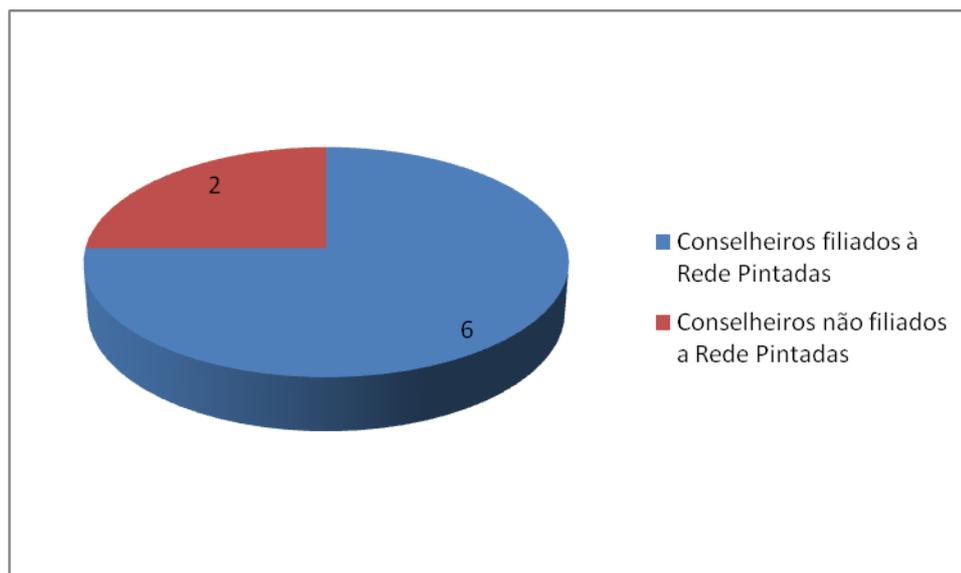


Gráfico 19: Representação dos Conselheiros quanto à filiação a Rede Pintadas (Soc. Civil)

ANEXO A - LEI DE CRIAÇÃO DO CMAS

PINTADAS
 Governo do Estado da Bahia

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
 E-mail: pintadas@primeisp.com.br - Pintadas - Bahia
 Fone: (75) 3693-2301 - Fax: (75) 3693-2196

LEI Nº 259 DE 22 DE JUNHO DE 2005.

SANCIONADO


VALCYR ALMEIDA RIOS

Prefeito

O Prefeito Municipal de Pintadas, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Pintadas, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte lei:

“Dá Nova Redação á Lei n 117 de 07 de Fevereiro de 1996, Que Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social.”

CAPITULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito Municipal, criado pela Lei nº 117 de 07 de Fevereiro de 1996, passa a reger-se pela Presente Lei.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - definir as prioridades da Política de Assistência Social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle de execução da Política de Assistência Social;
- V - aprovar critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestado à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
- VIII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social público e privado no âmbito municipal;
- IX - aprovar critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- X - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI - elaborar e aprovar o Regimento Interno;
- XII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;



MUNICÍPIO DO PREFEITO
 Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
 E-mail: pintadas@primeisp.com.br - Pintadas - Bahia
 Fone: (75) 3693-2309 - Fax: (75) 3693-2196

XIII – convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VIX - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

CAPITULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composta de 10 (dez) Membros titulares e respectivos suplentes, de acordo com os seguintes critérios:

I. Do Governo Municipal:

Cinco (05) representantes das organizações governamentais:

I – Da esfera do poder público municipal, indicados pelo Prefeito:

1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
2. Secretaria Municipal de Saúde
3. Secretaria Municipal de Educação
4. Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
5. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

II - Da Sociedade Civil:

Cinco (05) representantes da sociedade civil, escolhidos em foro próprio, sob a fiscalização do Ministério Público.

& 1º - Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa;

& 2º - somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento e, no caso de associações, declaradas de utilidades públicas municipais, com exceção das instituições educacionais ou suas entidades mantenedoras.

Art. 4º - Os membros efetivos do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de decreto.

& 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS será regida pelas disposições seguintes:

PINTADAS
Governo da Cidadania

Rua 7 de Setembro, 44 - Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-31
E-mail: pintadas@primeisp.com.br - Pintadas - Bahia
Fone: (75) 3693-2301 - Fax: (75) 3693-2196

Art. 11º - A Secretaria Municipal que tem por Competência as atribuições objeto da presente Lei passará a chamar-se Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 12º - Esta lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS, EM 22 DE JUNHO DE 2005.


VALCYR ALMEIDA RIOS
PREFEITO

ANEXO B – DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMAS – 2005



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
E-mail: pintadas@primeisp.com.br - Pintadas - Bahia
FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

DECRETO Nº 013 DE 28 DE JUNHO DE 2005

*Nomeia os Membros do
Conselho Municipal de
Assistência Social -
CMAS.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com as atribuições inerentes dispostas na Lei Municipal nº 259 de 22 de junho de 2005.

Art. 2º - Compõem o referido Conselho as seguintes pessoas, representando os respectivos órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Secretaria de Desenvolvimento Social:

Titular: Maria Nilza Nunes de Almeida
Suplente: Margarida Maria Lúcio Teixeira

2. Secretaria de Saúde:

Titular: Arievaldo Almeida Oliveira
Suplente: José Rodrigues de Cerqueira



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
 E-mail: pintadas@primeisp.com.br - Pintadas - Bahia
 FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

3. Secretaria de Educação:

Titular: Carlos Alberto da Silva Almeida

Suplente: Maria Margarida da Silva Ferreira Santos

4. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Neusa Cadore

Suplente: Enadson Silva de Oliveira

5. Secretaria de Infra-estrutura e Serviços Públicos:

Titular: Emilson Barbosa de Siqueira

Suplente: João Gonçalves de Almeida

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas:

Titular: Adelson Carneiro da Silva

Suplente: Jorlene Oliveira Lima Mendes

2. Representantes da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas - AMEFAP:

Titular: Marlene Sampaio do Nascimento

Suplente: Edeniz Santos Almeida

3. Representantes da Associação Desportiva 09 de Maio:

Titular: Marinor Carneiro de Sena

Suplente: Simão Lopes Mesquita Neto

4. Representantes da Associação Pintadense de Assistência Social - APAS:

Titular: Orleide Gonçalves da Silva Almeida

Suplente: Arismário de Deus Brasileiro

5. Representantes da Associação Cultural e Beneficente Padre Riccardo:

Titular: Solange Paixão de Jesus

Suplente: Maria Aparecida Ferreira da Silva Cerqueira

**GABINETE DO PREFEITO**

Rua 7 de Setembro, 44 - Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
E-mail: pintadas@primeisp.com.br - Pintadas - Bahia
FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

Art. 3º - Esse Conselho funcionará de acordo com a Lei Municipal nº 259/05 e de seu Regimento Interno.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pintadas, 28 de junho de 2005.


Valdir Almeida Rios
PREFEITO

ANEXO C – DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMAS – 2006



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51

E-mail: adm@pintadas.ba.gov.br - Pintadas - Bahia

FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

DECRETO Nº 052 DE 13 DE Setembro DE 2006

*"Altera o Decreto nº
013/2005 que Dispõe sobre a
nomeação dos membros do
Conselho Municipal de
Assistência Social - CMAS.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com as atribuições inerentes dispostas na Lei Municipal nº 259 de 22 de junho de 2005, passa a funcionar com a composição estabelecida no artigo 2º.

Art. 2º - Compõem o referido Conselho as seguintes pessoas, representando os respectivos órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Secretaria de Desenvolvimento Social:

Titular: Maria Nilza Nunes de Almeida

Suplente: Elisângela Moreira Almeida

2. Secretaria de Saúde:

Titular: Arievaldo Almeida Oliveira

Suplente: José Rodrigues de Cerqueira



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51

E-mail: adm@pintadas.ba.gov.br - Pintadas - Bahia

FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

3. Secretaria de Educação:

Titular: Carlos Alberto da Silva Almeida

Suplente: Maria Margarida da Silva Ferreira Santos

4. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Enadson Silva de Oliveira

Suplente: Nereide Segala Coelho

5. Secretaria de Infra-estrutura e Serviços Públicos:

Titular: Emilson Barbosa de Siqueira

Suplente: João Gonçalves de Almeida

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas:

Titular: Adelson Carneiro da Silva

Suplente: Jorlene Oliveira Lima Mendes

2. Representantes da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas - AMEFAP:

Titular: Marlene Sampaio do Nascimento

Suplente: Edeniz Santos Almeida

3. Representantes da Associação Desportiva 09 de Maio:

Titular: Marinor Carneiro de Sena

Suplente: Simão Lopes Mesquita Neto

4. Representantes da Associação Pintadense de Assistência Social - APAS:

Titular: Orleide Gonçalves da Silva Almeida

Suplente: Arismário de Deus Brasileiro

5. Representantes da Associação Cultural e Beneficente Padre Riccardo:

Titular: Solange Paixão de Jesus

Suplente: Maria Aparecida Ferreira da Silva Cerqueira

**GABINETE DO PREFEITO**

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51

E-mail: adm@pintadas.ba.gov.br - Pintadas - Bahia

FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

Art. 3º - Esse Conselho funcionará de acordo com a Lei Municipal nº 259/05 e de seu Regimento Interno.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pintadas, 13 de setembro de 2006.


Valmir Almeida Rios
PREFEITO

ANEXO D – DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMAS – 2007



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
E-mail: adm@pintadas.ba.gov.br - Pintadas - Bahia
FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

DECRETO Nº 084 DE 06 DE JUNHO DE 2007.

*"Altera o Decreto nº
052/2006 que Dispõe sobre a
nomeação dos membros do
Conselho Municipal de
Assistência Social - CMAS.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS - ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com as atribuições inerentes dispostas na Lei Municipal nº 259 de 22 de junho de 2005, passa a funcionar com a composição estabelecida no artigo 2º.

Art. 2º - Compõem o referido Conselho as seguintes pessoas, representando os respectivos órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Elma silene Gomes de Lima
Suplente: Elisângela Moreira Almeida

2. Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: André Luis da Silva Oliveira
Suplente: Aurelice Carneiro dos Santos



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
 E-mail: adm@pintadas.ba.gov.br - Pintadas - Bahia
 FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

3. *Secretaria Municipal de Educação:*

Titular: Carlos Alberto da Silva Almeida
 Suplente: Maria Margarida da Silva Ferreira Santos

4. *Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:*

Titular: Dernival Epifânio de Almeida
 Suplente: Nereide Segala Coelho

5. *Secretaria de Infra-estrutura e Serviços Públicos:*

Titular: João Gonçalves de Almeida
 Suplente: Lourival de Araújo Sampaio

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1. *Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas:*

Titular: Adelson Carneiro da Silva
 Suplente: Jorlene Oliveira Lima Mendes

2. *Representantes da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas - AMEFAP:*

Titular: Marlene Sampaio do Nascimento
 Suplente: Edeniz Santos Almeida

3. *Representantes da Associação Desportiva 09 de Maio:*

Titular: Marinor Carneiro de Sena
 Suplente: Simão Lopes Mesquita Neto

4. *Representantes da Associação Pintadense de Assistência Social - APAS:*

Titular: Orleide Gonçalves da Silva Almeida
 Suplente: Arismário de Deus Brasileiro

5. *Representantes da Associação Cultural e Beneficente Padre Riccardo:*

Titular: Solange Paixão de Jesus
 Suplente: Maria Aparecida Ferreira da Silva Cerqueira

K

**GABINETE DO PREFEITO**

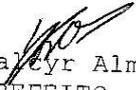
Rua 7 de Setembro, 44 - Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51

E-mail: adm@pintadas.ba.gov.br - Pintadas - Bahia

FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

Art. 3º - Esse Conselho funcionará de acordo com a Lei Municipal nº 259/05 e de seu Regimento Interno.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pintadas, 06 de junho de 2007.



Valcyr Almeida Rios
PREFEITO

ANEXO E – DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMAS – 2009.1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS GABINETE DO PREFEITO

Rua sete de setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196
E-mail: comunicacao@pintadas.ba.gov.br / site: www.pintadas.ba.gov.br



DECRETO Nº 102 de 02 de Fevereiro de 2009.

Nomeia os membros do
Conselho Municipal de
Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS – ESTADO DA BAHIA,
no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com as atribuições inerentes dispostas na Lei Municipal nº 259 de 22 de junho de 2005, passa a funcionar com a composição estabelecida no artigo 2º.

Art. 2º - Compõem o referido Conselho as seguintes pessoas, representando os respectivos órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Elma silene Gomes de Lima
Suplente: Elisângela Moreira Almeida

2. Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Rogério Epifânio de Almeida
Suplente: Aurelice Carneiro dos Santos

3. Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Carlos Alberto da Silva Almeida
Suplente: Leda Teixeira dos Santos Almeida

4. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Darnival Epifânio de Almeida
Suplente: Fabio Ferreira de Almeida



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO**

Rua sete de setembro nº. 44 – CEP 44610 – 000 Centro Pintadas – Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 – 51 Tel: 75 3693-2301 – Fax: 75 3693-2196
E-mail: comunicacao@pintadas.ba.gov.br / site: www.pintadas.ba.gov.br



5. Secretaria de Infra-estrutura e Serviços Urbanos:

Titular: João Gonçalves de Almeida

Suplente: Lourival de Araújo Sampaio

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas:

Titular: Adelson Carneiro da Silva

Suplente: Jorlene Oliveira Lima Mendes

2. Representantes da Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Pintadas – AMEFAP:

Titular: Marlene Sampaio do Nascimento

Suplente: Julieta Trindade de Almeida Gonçalves

3. Representantes da Associação Desportiva 09 de Maio:

Titular: Simão Lopes Mesquita Neto

Suplente: Gildásio da Silva Santos

4. Representantes da Associação das Mulheres Pintadenses – AMP:

Titular: Janice da Silva Mendes

Suplente: Elineusa Coelho Mendes

5. Representantes da Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo:

Titular: Solange Paixão de Jesus

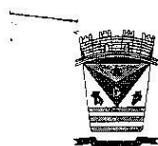
Suplente: Velzi Carmen Stolf

Art. 3º Esse Conselho funcionará de acordo com seu Regimento Interno.

Gabinete do Prefeito, 02 de Fevereiro de 2009.

Valcyr Almeida Rios
PREFEITO

ANEXO F – DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CMAS – 2009.2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS GABINETE DO PREFEITO

Rua sete de setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
E-mail: comunicacao@pintadas.ba.gov.br / site: www.pintadas.ba.gov.br



DECRETO Nº 249 de 03 de Novembro de 2009.

Nomeia os membros do
Conselho Municipal de
Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS – ESTADO DA BAHIA,
no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com as atribuições inerentes dispostas na Lei Municipal nº 259 de 22 de junho de 2005, passa a funcionar com a composição estabelecida no artigo 2º.

Art. 2º - Compõem o referido Conselho as seguintes pessoas, representando os respectivos órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

1. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Elma Silene Gomes de Lima
Suplente: Elisângela Moreira Almeida

2. Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Rogério Epifânio de Almeida
Suplente: Aurelice Carneiro dos Santos

3. Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Carlos Alberto da Silva Almeida
Suplente: Leda Teixeira dos Santos Almeida

4. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

Titular: Dernival Epifânio de Almeida
Suplente: Fabio Ferreira de Almeida



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTADAS
GABINETE DO PREFEITO**

Rua sete de setembro nº. 44 - CEP 44610 - 000 Centro Pintadas - Ba.
CNPJ 13.896.725/0001 - 51 Tel: 75 3693-2301 - Fax: 75 3693-2196
E-mail: comunicacao@pintadas.ba.gov.br / site: www.pintadas.ba.gov.br



5. Secretaria de Infra-estrutura e Serviços Urbanos:

Titular: Lucivaldo de Oliveira Rios
Suplente: Valdomiro Martins dos Santos

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pintadas:

Titular: Orlando Gonçalves de Almeida
Suplente: Manoel Messias Ferreira de Almeida

2. Representantes da Associação dos Agentes de Saúde de Pintadas:

Titular: Isabel Eliene Silva de Almeida
Suplente: Carmelina Lima Almeida de Oliveira

3. Representantes da Associação Desportiva Pintadas Junior:

Titular: Elisandra Mendes de Lima Moreira
Suplente: João Gonçalves de Almeida

4. Representantes da Associação das Mulheres Pintadenses - AMP:

Titular: Anacleia Macedo de Oliveira Almeida
Suplente: Edleuza Coelho de Almeida

5. Representantes da Associação Cultural e Beneficente Padre Ricardo:

Titular: Velzi Carmen Stolf
Suplente: Jorlene Oliveira Lima Mendes

Art. 3º Esse Conselho funcionará de acordo com seu Regimento Interno.

Gabinete do Prefeito, 03 de Novembro de 2009.

Valcyr Almeida Rios
PREFEITO

ANEXO G – REGIMENTO INTERNO DO CMAS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

CAPÍTULO I

NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, instituído pela Lei Municipal nº 117 de 07 de fevereiro de 1996 e suas alterações contidas na Lei nº 259 de 22 de junho de 2005 é um órgão ou instância colegiada de caráter permanente e deliberativo, de composição paritária entre o Governo e Sociedade Civil, que consolida a participação da sociedade na administração e no controle do sistema de assistência social, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, tendo o seu funcionamento regulado por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I – definir as prioridades e diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- II – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social;
- III – propor programas e projetos de Assistência Social;
- IV – fornecer às Entidades e Organizações de Assistência Social atestado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social;
- V – monitorar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social prestados à população pelas entidades governamentais e não governamentais do município;
- VI – propor a formulação de estudos e pesquisas na área da Assistência Social, sugerindo medidas preventivas, com vistas a avaliar situações relevantes para o controle de qualidade dos respectivos serviços prestados pelas organizações governamentais e não governamentais do município;
- VII – apreciar e aprovar a proposta orçamentária anual da Assistência Social para o município no que concerne a Política Municipal de Assistência Social;
- VIII – propor critérios para programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, bem como fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- IX – aprovar o Plano de Aplicação do Fundo, avaliar balancetes e aprovar a prestação de contas no final do exercício;
- X – estabelecer critérios para o atendimento de situações de vulnerabilidade temporária e cíclica, priorizando a população carente do município;
- XI – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas, projetos e serviços aprovados;
- XII – convocar, ordinariamente a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social Municipal e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIII – zelar, estimular e apoiar a efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;

M. M. M. M.
Divisão de
Movimento

Assistência
Social
CMAS

IV – divulgar suas resoluções e atos, através de publicação em jornais da região ou afixação em locais públicos;

XV – definir critérios para a celebração de contratos e/ou convênios entre o setor público e entidades privadas que prestam Serviços de Assistência Social no município;

XVII – apreciar previamente os contratos e/ou convênios referidos no inciso anterior;

XVIII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XIX – divulgar no Diário Oficial do Município ou nos meios de comunicação existente na localidade, todas as suas decisões, bem como as contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

Parágrafo Único: Os serviços administrativos e de apoio aos trabalhos do Conselho serão prestados por servidores de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou órgão equivalente, designado por seu titular.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O Conselho Municipal de Assistência Social é constituído de 50% dos seus membros de representantes do poder executivo escolhidos pelo Prefeito e 50% de representantes da sociedade civil e organizações de assistência social, escolhidos em foro próprio, sob a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - Os membros titulares e suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, elege dentre seus membros, o Presidente e o Vice-Presidente para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 3º - Os membros titulares serão substituídos em suas ausências e impedimentos pelos respectivos suplentes.

§ 4º - As entidades não governamentais poderão a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, através de comunicação formal, por escrito, encaminhada ao Presidente do CMAS.

§ 5º - Perderá o mandato o representante que deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas durante o ano, salvo se a ausência ocorrer por força maior e devidamente justificada por escrito ao CMAS.

§ 6º - Em caso de perda de mandato, assumirá o respectivo suplente para complementação do mandato, devendo a entidade representada designar novo suplente.

§ 7º - Em caso de renúncia do titular ou suplente, caberá a entidade por ele representada indicar o seu substituto.

M. Almeida
Presidente
CMAS

M. Almeida
Presidente
CMAS

SEÇÃO II
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O CMAS tem a seguinte organização:

I – Plenário;

II – Presidência;

III – Secretária Executiva.

§ 1º - O Plenário é a instância colegiada de deliberação superior do Conselho, à qual cabe, além da competência prevista deste Regimento:

I – deliberar sobre os assuntos encaminhados à apreciação e deliberação do CMAS;

II - baixar normas de sua competência, necessárias à regulamentação e implementação da Política Municipal de Assistência Social;

III – aprovar criação e dissolução de comissões e grupos de trabalho;

IV – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos e os critérios de transferência para o município, conforme a legislação vigente.

§ 2º - o plenário será presidido pelo Presidente e, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente sendo que, na ausência ou impedimentos de ambos, o colegiado indicará um de seus membros titulares para conduzir a reunião.

§ 3º - à Presidência compete dirigir os trabalhos, bem como coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades do Conselho.

§ 4º - a Secretaria Executiva do Conselho, constituída por servidores designados pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, compete:

I – levantar e sistematizar as informações necessárias às decisões do colegiado;

II – executar atividades técnico-administrativas de apoio e prestar assessoria ao Conselho, articulando-se com os Conselhos Setoriais que tratam das demais políticas sociais;

III – expedir atos de convocação de reuniões, por determinação do Presidente;

IV – auxiliar o Presidente na preparação da pauta, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuindo-as aos membros do Conselho para conhecimento;

V – preparar e controlar a publicação e/ou divulgação, de todas as decisões proferidas pelo Conselho;

VI – prestar suporte técnico e administrativo suplementar ao Conselho;

VII – secretariar as reuniões, lavrar as atas e promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Conselho;

VIII – providenciar a aquisição de material de consumo e expediente necessário ao funcionamento do CMAS;

IX – estabelecer o plano de trabalho da Secretaria Executiva e propor ao plenário forma de funcionamento e organização da mesma;

X – desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas;

Art. 5º - O Conselho Municipal de Assistência Social poderá instituir, mediante resolução, comissões ou grupos de trabalho para análise, elaboração de propostas, pareceres e recomendações que subsidiem as decisões do Plenário.

Assinatura
Secretaria Executiva
Desenvolvimento

Assinatura
Secretaria Executiva
Mendes

VIII – o que ocorrer;

IX – encerramento.

Parágrafo Único: Os assuntos incluídos na pauta que, por qualquer motivo, não forem discutidos e votados, deverão constar, obrigatoriamente, da pauta da reunião ordinária imediata.

Art. 12 – Das reuniões, lavrar-se-á ata sucinta dos trabalhos.

§ 1º - Qualquer Conselheiro poderá pedir retificação da ata, quando de sua leitura antes da votação.

§ 2º - As retificações constarão da própria ata.

§ 3º - A ata, depois de aprovada, será assinada, pelo Presidente, pela Secretária e conselheiros presentes à sessão.

Art. 13 – Para cada matéria submetida à apreciação do Conselho haverá um relator, cujo parecer será incorporado ao processo.

Art. 14 – O relator terá prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento do processo, prorrogáveis a critério do Presidente, para emitir o seu parecer.

§ 1º - Os pareceres deverão ser entregues à Secretaria Executiva do Conselho para serem distribuídos aos demais Conselheiros.

§ 2º - Em caso de urgência e com a anuência do Presidente, o relator poderá oferecer verbalmente o seu parecer.

§ 3º - O relator poderá requerer, justificadamente, conversão do processo em diligência.

§ 4º - Não sendo o processo relatado em duas reuniões ordinárias, o Presidente designará outro relator.

Art. 15 – Nas reuniões ordinárias e por decisão da maioria presente, o Conselho poderá discutir e votar assuntos de relevante interesse para a Política de Assistência Social, não constante da ordem do dia, desde que solicitado por qualquer dos seus membros e justificada urgência e necessidade.

Art. 16 – A apreciação da matéria constante da ordem do dia, obedecerá ao seguinte procedimento:

I – apresentação do parecer do relator;

II – discussão;

III – votação.

Art. 17 – Iniciada a ordem do dia, o relator designado procederá à leitura do seu parecer fundamentado.

§ 1º - Excluída a hipótese de decisão de caráter normativo e desde que solicitado por qualquer Conselheiro, poderá ser dispensada a leitura do relatório e da fundamentação dos votos, cujas cópias tenham sido, antecipadamente, distribuídas aos Conselheiros, procedendo-se, porém, à leitura de suas conclusões.

§ 2º - Qualquer Conselheiro poderá falar sobre a matéria, objeto de discussão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos prorrogável por igual tempo.

[Handwritten signature]
 5 minutos
 5 minutos

[Handwritten signature]
 5 minutos
 5 minutos

de apoio administrativo;
 III – auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
 IV – exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário, ou delegadas pelo Presidente;

Art. 25 – Aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS incube-se:
 I – participar do Plenário e compor Comissões ou grupo de trabalho para os que forem designados, manifestando-se a respeito de matérias em discussão;
 II – requerer votação de matéria em regime de urgência;
 III – propor a criação de Comissões ou grupos de trabalho bem como sugerir nomes para as mesmas;
 IV – deliberar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas Comissões ou grupo de trabalho;
 V – apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesses da Assistência Social;
 VI – fornecer todos os dados e informações a que tenham acesso ou que se situem nas respectivas áreas de competências, sempre que forem julgados importantes para as deliberações do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
 VII – solicitar à Secretária Executiva do CMAS, o apoio necessário ao desenvolvimento de suas atribuições;
 VIII – executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho ou pelo Plenário;
 IX – relatar processos que lhe forem atribuídos;
 X – requerer vistas ao processo pelo prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 26 – As Comissões e grupos de trabalho poderão escolher, entre seus membros, coordenadores a quem incumbirá:
 I – coordenar reuniões das Comissões ou grupos de trabalho;
 II – assinar as atas das reuniões e das propostas, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão ou grupo de trabalho, encaminhando-as à Presidência do Conselho;
 III – solicitar a Presidência o apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão junto ao Plenário dos recursos colocados à disposição da Comissão ou grupo de trabalho;
 IV – prestar contas junto ao Plenário dos recursos colocados à disposição da Comissão ou grupo de trabalho.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27 – As comissões poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão federal, estadual ou municipal, empresa privada, sindicato ou entidade da sociedade civil, para comparecer às reuniões e, prestar esclarecimentos e emitir parecer técnico, em assuntos de sua competência.

M. J. M. Silva
Secretaria Executiva
CMAS

Armando
Assessor
CMAS

Art. 28 – Os membros do CMAS não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e seus serviços serão considerados para todos os efeitos, como de interesse público e relevante valor social.

Parágrafo Único – A cobertura e o provimento das despesas com transporte e locomoção, estada e alimentação não serão consideradas como remuneração.

Art. 29 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Plenário.

Art. 30 – O presente Regimento entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quorum qualificado da maioria absoluta de seus membros.

Pintaças, 12 de agosto de 2005.

Amador
Almeida
Almeida
Simpliciano
Almeida
Almeida

ANEXO H – LEI DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



GABINETE DO PREFEITO

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
 E-mail: ppintadas.sat@uol.com.br - PINTADAS - BAHIA
 FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

Lei nº 258 de 22 de junho de 2005.

Cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTADAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, órgão da Administração Direta Municipal, com as seguintes funções:

- a) Elaborar, implantar e gerir programas voltados ao atendimento ao idoso, à criança e adolescentes, aos dependentes químicos e aos portadores de deficiências, no âmbito municipal;
- b) Desenvolver ações de inclusão social;
- c) Implantar e coordenar, no município, os programas sociais estaduais e federais dos quais o município venha participar;
- d) Atuar na formulação de estratégias e controle de execução da Política de Assistência Social;
- e) Acompanhar a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- f) Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social, públicos e privados no âmbito municipal, em consonância com Conselho Municipal de Assistência Social;
- g) Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- h) Desenvolver ações de atendimento a situações emergenciais.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, contará com a seguinte estrutura de pessoal.

- I – Secretário – CCA-1;
- II – Assessoria de Assistência Social – CCA-4;
- III - Assessoria de Acompanhamento de Programas e Projetos Sociais – CCA-4 ;
- IV- Assistente Administrativo – CCA-6 - (2)

Lei nº 258 de 22 de junho de 2005 – Cria a Secretaria de Desenvolvimento Social

**GABINETE DO PREFEITO**

Rua 7 de Setembro, 44 – Centro - CNPJ: 13.896.725/0001-51
E-mail: ppintadas.sal@uol.com.br - PINTADAS - BAHIA
FONE: (75) 3693-2301 - FAX: (75) 3693-2196

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar todas as ações, cargos e funções de assistência social da Secretaria de Saúde e Assistência Social, para a Secretaria de Desenvolvimento Social, ficando a primeira denominada apenas Secretaria de Saúde.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial e criar os elementos de despesa para os fins desta lei e manutenção da Secretaria Municipal, ora criada, até o montante de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais.) decorrentes de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2004 ou Anulações parciais ou totais de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 1º, inciso "F" letra "g" da Lei nº 251 de 2004, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pintadas, 22 de Junho de 2005.



VALCYR ALMEIDA RIOS
PREFEITO